

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS
AMBIENTAIS

EVELY BOCARDI DE MIRANDA

**BEM VIVER E RESISTÊNCIA CULTURAL: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARTESÃOS DA COMUNIDADE SÃO GONÇALO BEIRA RIO DE CUIABÁ E
DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES PROFISSIONAIS DE CÁCERES EM MATO
GROSSO**

CÁCERES/MT

2025

EVELY BOCARDI DE MIRANDA

**BEM VIVER E RESISTÊNCIA CULTURAL: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO
SÃO GONÇALO BEIRA RIO DE CUIABÁ E DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES
PROFISSIONAIS DE CÁCERES EM MATO GROSSO**

Tese apresentada à banca de exame de defesa de
Doutorado do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Ambientais da Universidade do Estado do
Mato Grosso – PPGCA/UNEMAT como parte das
exigências para a obtenção do título de Doutora em
Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi.

Coorientadores: Prof^ª Dr^ª. Liliane Cristine Schlemer
Alcântara e Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

CÁCERES/MT

2025

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

M672b Miranda, Evely Bocardi de.

Bem viver e resistência cultural: estudo de caso da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio de Cuiabá e da Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres em Mato Grosso / Evely Bocardi de Miranda. – Cáceres, 2025.

182 f.; il. color.

Orientador: Dr. Sandro Benedito Sguarezi.

Coorientadora: Dra. Liliane Cristine Schlemer.

Coorientador: Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado”, Campus Universitário de Cáceres “Jane Vanini”, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais – PPGCA.

1. Bem Viver. 2. Comunidades Ribeirinhas, Mato Grosso. 3. Conhecimento Tradicional. 4. Conhecimento Ecológico Local. 5. Associações. I. Sguarezi, S. B., Dr. II. Schlemer, L. C., Dra. III. Sampaio, C. A. C., Dr. IV. Título. V. Título: estudo de caso da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio de Cuiabá e da Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres em Mato Grosso.

CDU 502.1(817.2)

EVELY BOCARDI DE MIRANDA

**BEM VIVER E RESISTÊNCIA CULTURAL: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO
SÃO GONÇALO BEIRA RIO DE CUIABÁ E DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES
PROFISSIONAIS DE CÁCERES EM MATO GROSSO**

Essa tese foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de
Doutorado em Ciências Ambientais.
Cáceres/MT, 30 de abril de 2025.

Banca examinadora

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (Orientador)
Presidente da Banca

Profª Drª. Liliane Cristine Schlemer Alcântara (Coorientadora)
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Examinadora Interna

Prof Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio (Coorientador)
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Examinadora Interna

Profª. Drª. Solange Kimie Ikeda Castrillon
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Examinador Interno

Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Examinador Interno

Profª. Drª. Isabel Jurema Grimm
Instituto Superior de Administração e Economia/Fundação Getúlio Vargas - ISAE/FGV
Examinadora Externa

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista – UNESP/TUPA
Examinador Externo

Prof. Dr. Manoel Flores Lesama
Universidade Federal do Paraná – UFPR/LITORAL
Examinador Externo – suplente

Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Examinador Interno – suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todo tempo que esteve comigo nessa jornada, a Nossa Senhora por interceder por mim e ter me sustentado e não deixado desistir nas horas mais difíceis.

Ao meu companheiro de vida Gustavo pelo apoio e amor incondicional em todas as horas, pela compreensão nas ausências.

Aos meus orientadores Doutor Sandro Benedito Sguarezi, Doutora Liliane Cristine Schlemer Alcântara e Doutor Carlos Alberto Cioce Sampaio, pelas manifestações de incondicionais, apoio e disponibilidade, pela compreensão, aconselhamento e estímulo permanente, que muito contribuíram para aumentar o desafio, melhorar a profundidade e a clareza da investigação, pela amizade.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso minha gratidão, por todo aprendizado em fazer ciência de verdade.

O mundo meu é pequeno, Senhor.
Tem um rio e um pouco de árvores.
Nossa casa foi feita de costas para o rio.
Formigas recortam roseiras da avó.
Nos fundos do quintal há um menino e suas latas
maravilhosas.
Seu olho exagera o azul.
Todas as coisas deste lugar já estão comprometidas
com aves.
Aqui, se o horizonte enrubesce um pouco, os
besouros pensam que estão no incêndio.
Quando o rio está começando um peixe,
Ele me coisa
Ele me rã
Ele me árvore.
De tarde um velho tocará sua flauta para inverter
os ocasos.

Manoel de Barros (2011)

BEM VIVER E RESISTÊNCIA CULTURAL: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO SÃO GONÇALO BEIRA RIO DE CUIABÁ E DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES PROFISSIONAIS DE CÁCERES EM MATO GROSSO

RESUMO

O objetivo da tese foi analisar o Bem Viver em comunidades ribeirinhas urbanas, a partir de estudo de caso das Associações dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá e dos Pescadores Profissionais de Cáceres, no estado de Mato Grosso, Brasil, à luz, dos conceitos de conhecimento tradicional e do conhecimento ecológico local. O Bem Viver propõe a construção de uma sociedade baseada na convivência humana em harmonia e diversidade com a natureza, na valoração dos aspectos culturais, conjugando-o com o conhecimento tradicional que é transmitido de geração em geração, na permanência da continuidade histórica por meio da tradição e da experiência e, ainda, com o conhecimento ecológico local, que por sua vez, é adquirido por indivíduos ou grupos com base na observação dos fenômenos ao longo de suas vidas. Esse saber é incorporado à vivência cotidiana e à diversidade cultural em interação com o meio ambiente, o que contribui para a preservação, gestão e conservação dos recursos naturais. As associações estão localizadas em comunidades ribeirinhas, contudo, em áreas que passaram pelo processo de urbanização e vivenciam conflitos e contradições próprios desse processo, o que pode afetar a tradição, cultura, pertencimento, sustentabilidade e dignidade das pessoas. O problema que se apresenta é: Quais os principais fatores que interferem no Bem Viver das associações nas comunidades ribeirinhas, localizadas em perímetros urbanos, nos municípios de Cuiabá e Cáceres no estado de Mato Grosso? Como se dá o diálogo nas associações entre os conceitos de conhecimento tradicional, conhecimento ecológico local e Bem Viver? A pesquisa fundamenta-se em abordagem exploratória, qualitativa, documental e bibliográfica apoiada na revisão sistemática de literatura, na Associação das Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá e na Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres. Como métodos de pesquisa foram utilizados o estudo de caso com bibliometria e revisão bibliográfica, pesquisa de campo com aplicação de questionário socioeconômico ambiental e realização de entrevistas semiestruturadas com associados e as lideranças das associações, ao final, entrevista em profundidade com as lideranças das associações e observação participante. Os dados qualitativos foram analisados com base na aplicação da matriz de indicadores do Bem Viver fundamentados em análise de conteúdo de Bardin. Resultados revelam que as associações estudadas desempenham um papel vital na promoção do desenvolvimento sustentável, preservação das tradições culturais e fortalecimento das comunidades locais. Por intermédio da perspectiva do Bem Viver, essas associações podem continuar a contribuir para um desenvolvimento mais inclusivo, equilibrado e harmonioso, de enfrentar os desafios impostos pelas pressões econômicas e políticas públicas adversas. As associações são exemplos de resistência cultural e inovação social, que oferece lições valiosas sobre como as práticas tradicionais e de conhecimento ecológico local, desenvolvimento sustentável que integrados promovem o Bem Viver coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Bem Viver; comunidades ribeirinhas; conhecimento tradicional; conhecimento ecológico local; associação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	121
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
SÍNTESE DA PESQUISA	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
MANUSCRITO I	29
BEM VIVER, CONHECIMENTO TRADICIONAL E CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL.....	29
INTRODUÇÃO	30
1 COMUNIDADES TRADICIONAIS	32
2 COMUNIDADE DE CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL	37
3 BEM VIVER: OUTRO DESENVOLVIMENTO.....	38
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
MANUSCRITO II.....	56
ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA COMUNIDADE SÃO GONÇALO BEIRA RIO: OS DESAFIOS PARA MANUTENÇÃO DA TRADIÇÃO.....	56
INTRODUÇÃO	56
1 BEM VIVER.....	58
2 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	61
3 COMUNIDADE SÃO GONÇALO BEIRA RIO E A ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS	64
4 COMUNIDADE DE CONHECIMENTO TRADICIONAL	69
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
MANUSCRITO III	92
ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS DE CÁCERES, MATO GROSSO, BRASIL: COMO MANTER VIVA A TRADIÇÃO DA PESCA ARTESANAL?	92
INTRODUÇÃO	92
1 PESCA ARTESANAL.....	94
2 ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES PROFISSIONAIS DE CÁCERES – APPCE.....	97
3 CONHECIMENTO TRADICIONAL E CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL	104

4 BEM VIVER.....	106
5 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	108
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	112
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE	134
ANEXOS 1 – PARECER CEP	153
ANEXO 2 - FORMULÁRIO QUALITATIVO DE COLETA DE DADOS	158
ANEXO 3 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS	176
ANEXO 4 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS	1760
ANEXO 5 - MATRIZ DE INDICADORES DE BEM VIVER.....	176
ANEXOS 6 – PRODUÇÕES ALÉM DA TESE	178

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização é um fenômeno mundial que acontece em alta velocidade. Estima-se que no período de 2007 a 2050 a população mundial passará de 9,2 bilhões, com cerca de 60% localizadas em centros urbanos, ou seja, 6,4 bilhões de pessoas (Almeida *et al.*, 2020), sendo importante considerar a forma desequilibrada com que o crescimento urbano acontece.

A Revolução Industrial é o ponto de partida para a transformação sentida nos dias de hoje ao redor do globo, tais como: o desenvolvimento tecnológico e social, a mecanização produtiva, o aumento populacional nas cidades em busca de melhores condições de vida. Assim como ocorre em qualquer processo de mudança, as transformações decorrentes da Revolução Industrial, trouxeram problemas que, nas últimas décadas, estão sendo experimentados, debatidos e enfrentados, no ambiente urbano.

O modelo de crescimento urbano predominante em muitos países, incluindo o Brasil, é insustentável do ponto de vista socioambiental. Ele se caracteriza por processos urbanos que geram acentuada desigualdade socioterritorial e espacial, o que resulta em significativos impactos ambientais. Nessa perspectiva, há desigualdade socioespacial, não há planejamento para alocar as pessoas nas cidades e prestar-lhes serviços, são espaços desprovidos de infraestrutura e sustentabilidade social e ambiental (Bonduki, 2012; Davis, 2006; Pasternak, D'Ottaviano, 2016; Pasternak; Bógus, 2024).

A urbanização contemporânea deve ser compreendida no contexto da “mundialização do capital”, processo que promove transformações profundas tanto no espaço quanto nas dinâmicas sociais (Carlos, 2003; Veiga, 2002). Nesse cenário, a tradicional dicotomia entre cidade e campo perde centralidade, dando lugar a uma nova contradição mais significativa: a relação entre centro e periferia, marcada pela desigualdade no acesso a recursos, nas funções exercidas pelos territórios e no controle sobre o espaço.

O Brasil vivencia um processo de urbanização generalizada, no qual as dinâmicas urbanas se expandem para além dos limites tradicionais das cidades, alcançando áreas antes consideradas estritamente rurais. Essa urbanização não se resume ao crescimento físico ou populacional dos centros urbanos, não pode ser medida apenas por números, pois envolve processos sociais mais profundos, como a produção do espaço e as relações de poder, à difusão de formas de vida, relações sociais e estruturas econômicas tipicamente urbanas por todo o território nacional. No entanto, esse avanço não implica na completa eliminação do rural, que permanece presente em diversas regiões, seja por meio da permanência de práticas agrícolas

tradicionais, seja por novas formas de organização do espaço, como o turismo rural e a pluriatividade. Assim, o rural não desaparece, mas se redefine em diálogo com o urbano, compondo uma paisagem marcada pela complexa articulação entre o tradicional e o moderno, o local e o global (Carlos, 2003).

Em contraposição, segundo os dados do IBGE, o Brasil deixou de ser efetivamente rural, a partir da década de 1970, quando a população urbana representava 55,9%. Apenas as regiões Sudeste e Centro-Oeste foram consideradas urbanizadas na década de 1970, com 72,76% e 50,94% da população vivendo nas áreas urbanas. Já na década de 1980 a Região Centro-Oeste ultrapassava a média nacional com 70,68% da população urbana, que se deu em razão da aceleração do processo de urbanização e das profundas transformações da sociedade brasileira com migrações internas, falta de reforma agrária e mudanças estruturais na economia (Brito, 2006; Oliveira; Trindade, 2013). Em 2010, por exemplo, pessoas vivendo nas cidades no Brasil representavam o percentual de urbanização de 84,36 % e na região Centro-Oeste 88,8 %. Em 2022, com o Censo Demográfico do IBGE, o percentual de urbanização brasileira corresponde a 85,89% e no Centro-Oeste 89,30%.

No Estado de Mato Grosso, que faz parte da Região-Oeste do Brasil, o processo de urbanização ocorreu em ritmo acelerado e intensificou-se entre as décadas de 1970 e 1980, principalmente, no norte do estado. Esse movimento segue o fluxo contrário à proposta de colonização agrícola, consequência das dificuldades de cultivo de terras no cerrado, propiciando que a população migrasse para as cidades (IBGE, 2022; Jorge, 2005; Vasconcelos, 2018; Vilarinho Neto, 2003).

O Estado Mato Grosso é o maior estado em extensão territorial no período colonial no Brasil, com 1.477.042 km², um território dominado por povos indígenas e a fixação do homem branco se deu a partir da descoberta do ouro na região (Ferreira, 2001). A sua ocupação deu-se em três ondas: a primeira com a descoberta do ouro, no período colonial; a segunda, após a guerra do Paraguai, quando a coroa incentivou a ocupação da região para não perder o território para outros colonizadores. A terceira onda foi a “Marcha para Oeste”, quando o governo de Getúlio Vargas promoveu o projeto de expansão para ocupar e desenvolver a região Centro-Oeste, subsidiando a fronteira agrícola (Maciel, 2002).

O processo de ocupação está relacionado ao processo de colonização e de ciclos econômicos, que influenciaram o fluxo migratório de outros estados para o estado de Mato Grosso. A apropriação de terra, a mecanização e as atividades agrícolas que expulsaram a mão-de-obra do campo para as cidades são o principal componente demográfico da urbanização no estado.

Os ciclos econômicos, a fronteira agrícola e a agropecuária mato-grossense estimularam a fragmentação e a expansão do território, com o surgimento de novos espaços urbanos e de assentamentos humanos. Assim, ocasionaram transformações rápidas com expressivo crescimento populacional, aparecimento de bairros novos, em razão de loteamentos irregulares e de ocupações espontâneas.

A partir da década de 1970, a migração interna ocorrida no Brasil, em particular, em Mato Grosso, fez com que as cidades mato-grossenses crescessem de forma intensa e desorganizada, tendo ocorrido muitas ocupações irregulares, porém os poderes públicos municipais não encontram uma solução definitiva para o caso da moradia para seus habitantes (Felix *et al.*, 2010). A grande população migrante vinda das mais diversas regiões do país dirigiu-se para o Mato Grosso em busca de melhores condições de vida, de emprego e de educação. Esse movimento migratório, para o estado de Mato Grosso, provocou expansão da área urbana nos municípios, fazendo com que a maioria das cidades crescesse de forma desordenada e desigual, sem contar com um plano urbano que orientasse seu crescimento e, geralmente, em áreas de preservação ambiental.

Normalmente, as áreas ocupadas geram ampliação periférica dos municípios, transformaram-se em bairros, nos quais predominam a falta de higiene, doenças, degradação social e moradia sem infraestrutura, ou seja, os bairros se formam com a ausência de: rede de esgoto, coleta de lixo, fornecimento de água, sem ruas asfaltadas, o que resulta em degradação ambiental. Os impactos ambientais integrados ao processo de urbanização expandiram-se nos últimos tempos, o que acarretou um grande desafio ao Poder Público, para garantir a sustentabilidade nos espaços urbanos.

O processo de urbanização, aliado aos impactos negativos das mudanças climáticas, impõem grandes desafios de sustentabilidade às cidades. Embora as mudanças climáticas sejam um fenômeno global, que ameaça o bem-estar e a sobrevivência das gerações presentes e futuras, os riscos, as vulnerabilidades e os danos provocados por eventos climáticos extremos se manifestam e são sentidos, sobretudo, em escala local, nas áreas urbanas. Nesta direção, é essencial a implementação de políticas públicas e de ações para a transformação dos espaços urbanos e a preservação do meio ambiente e, assim, possam garantir vida melhor e Bem Viver aos habitantes.

A expansão territorial das cidades é marcada por uma diversidade étnico-cultural, composta por quilombolas, indígenas, ribeirinhos, caboclos, seringueiros, entre outros, resultante do processo de colonização e miscigenação. Dentre esses grupos sociais, destacam-se, para o contexto deste estudo, as comunidades ribeirinhas.

Nos espaços urbanos encontramos também as Comunidades Tradicionais que “são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos” (Ministério Público de Minas Gerais, 2014, p. 12). São eles que têm o papel ativo na gestão e no uso dos locais onde vivem, a partir de práticas, saberes e conhecimentos tradicionais, inclusivos e participativos rumo à conservação e a sustentabilidade desses locais, em razão da cosmovisão, da relação estreita com a natureza e modo de vida (Oliveira *et al.*, 2022)

O conhecimento tradicional é passado de geração a geração, com continuidade histórica, em razão da tradição e da experiência (Baptista, 2011; Berkes, 1999; Berkes *et al.*, 2000; Diegues, 2000; Roué, 2000; Usher, 2000). O conhecimento ecológico local é o adquirido por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos após a observação dos fatos durante a sua vida, que são incorporados na vivência, na diversidade cultural com o meio ambiente, para a manutenção, gestão e conservação dos recursos naturais (Baptista, 2011; Gilchrist *et al.*, 2005; Usher, 2000).

Deste modo, surge a reflexão do Bem Viver “como proposta alternativa de desenvolvimento, quando se pensa a relação sociedade e natureza”. O tema, de acordo com Alcântara e Sampaio (2017, p. 233), relaciona-se com “a qualidade de vida e remete a questões como espiritualidade, natureza, modos de vida e consumo, política, ética”. Nesta direção, Gudynas e Acosta, (2011, p. 103) consideram que o Bem Viver se apresenta “como uma oportunidade para construir outra sociedade sustentada na convivência do ser humano em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos valores culturais existentes em cada país e no mundo”.

Andrade, Sguarezi e Melo (2023) dialogam sobre o desenvolvimento pautado em duas abordagens contraditórias. Trata-se, portanto, a primeira abordagem, da ocidental eurocêntrica, influenciada pelo colonialismo e pelo capitalismo, estreitamente relacionada à fatores econômicos. Já a segunda abordagem trata-se do Bem Viver, filosofia inspirada nos movimentos indígenas andinos que versa sobre o resgate dos saberes originários e da harmonização das relações com a natureza, como forma de enfrentamento à crise socioambiental global.

Conecta-se o Bem Viver com a melhora do bem-estar das pessoas, um novo rumo, com acesso à moradia, alimentos, trabalho, relações familiares, lazer, meio ambiente, por exemplo. Em conformidade com Alcântara e Sampaio (2017), compreende-se que este tema

deve ser tratado como compromisso de mudança, com o intuito de desenvolver estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática para se buscar a igualdade e a justiça social.

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) propondo uma abordagem integrada que visa erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e assegurar dignidade para todas as pessoas, representa um marco global na promoção do desenvolvimento sustentável. Seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) refletem um compromisso internacional com a justiça social, a inclusão e a sustentabilidade, contemplando desde o acesso a trabalho decente, redução das desigualdades e preservação ambiental até o fortalecimento das parcerias para implementação de políticas (ONU, 2015). No contexto brasileiro, a internalização dos ODS tem buscado adaptar as metas globais às realidades e desafios nacionais, reconhecendo a diversidade cultural e a necessidade de “não deixar ninguém para trás” (Martins *et al.* 2024), sobretudo em comunidades tradicionais e ribeirinhas.

Mais recentemente, reflexões críticas sobre a Agenda 2030 da ONU no Brasil têm proposto a ampliação dos ODS, com a inclusão dos ODS 18 (Igualdade Racial), ODS 19 (Arte, Cultura e Comunicação) e ODS 20 (Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais), conforme destacado no “Guia Agenda 2030” (Cabral; Gehre, 2020). Estes novos objetivos emergem como resposta à necessidade de reconhecimento da diversidade étnico-racial, da valorização das expressões culturais e da proteção dos direitos coletivos de comunidades tradicionais, ampliando o alcance das políticas públicas e promovendo a justiça social em contextos marcados por desigualdades históricas. Nas Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local a inserção desses novos ODS reforça o protagonismo dos saberes tradicionais, legitima as práticas culturais locais e sustenta a luta por direitos territoriais, culturais e ambientais, apontando para uma agenda de desenvolvimento verdadeiramente inclusiva, plural e enraizada nas realidades brasileiras.

Considera-se, neste trabalho, ao se tratar dos indicadores da matriz do Bem Viver e dos ODS, a análise em comunidades ribeirinhas urbanas, a partir de estudo de caso das Associações dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá, e dos Pescadores Profissionais, em Cáceres, ambas no estado de Mato Grosso, Brasil. Esta análise, realizada à luz dos conceitos de conhecimento tradicional e do conhecimento ecológico local, tem a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa – CAAE, sob n. 55832422.4.0000.5166, em razão da relevância social, conforme parecer em Anexo¹.

¹ Cf. o anexo na página 148.

Toma-se como unidade de análise as Associações dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá, e dos Pescadores Profissionais, em Cáceres, ambas no estado de Mato Grosso. As duas cidades são cortadas por rios de grande importância para o estado: a primeira pelo Rio Cuiabá e a segunda pelo Rio Paraguai, além disso, as duas associações estão localizadas em comunidades ribeirinhas. Considera-se para esta análise os paradigmas teóricos do Bem Viver, dos ODS, das Comunidades de Conhecimento Tradicional e de Conhecimento Ecológico Local, que tratam de um espaço-temporal comum, no qual podem conviver distintas ontologias, na construção de uma interculturalidade e cosmologia que apontem alternativas ao desenvolvimento, na relação sociedade e natureza.

Os dados e os resultados da investigação contribuirão para que o Poder Público realize políticas públicas de interesse das associações nas comunidades em que estão inseridas. Estas políticas com vistas à autogestão, à satisfação coletiva, a melhoria da qualidade de vida dos associados, devem ser aliadas à gestão ambiental e a promoção da sustentabilidade, principalmente, no que tange aos aspectos subjetivos e intersubjetivos inerentes aos indicadores de Bem Viver, como fortalecimento da identidade cultural e maior participação social.

O engajamento comunitário, a autogestão e a transmissão de conhecimentos tradicionais não só contribuem para o cumprimento das metas globais, mas também fortalecem a identidade, a participação social e a sustentabilidade em nível local, mostrando o potencial dos ODS para transformar realidades específicas por meio de soluções adaptadas às necessidades e singularidades das comunidades.

O problema que se apresenta é: Quais os principais fatores que interferem no Bem Viver das Associações dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá, e dos Pescadores Profissionais, em Cáceres, que estão localizadas em comunidades ribeirinhas, e em perímetros urbanos no estado de Mato Grosso? Como se dá o diálogo entre os conceitos de conhecimento tradicional, conhecimento ecológico local, ODS e Bem Viver?

A tese tem como objetivo geral analisar o Bem Viver em comunidades ribeirinhas urbanas, a partir de estudo de caso das Associações dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá, e dos Pescadores Profissionais, em Cáceres, no estado de Mato Grosso, Brasil, à luz, dos conceitos de conhecimento tradicional do conhecimento ecológico local, sendo estruturada a partir dos objetivos específicos que se desdobram em três manuscritos da seguinte forma:

- **Manuscrito I** - Bem Viver, conhecimentos tradicionais e conhecimento ecológico local.

- Analisar os artigos publicados sobre Bem Viver, Comunidades Tradicionais, Comunidades de Conhecimento Ecológico Local, em áreas urbanas, no recorte temporal de 2010 a 2024.
- **Manuscrito II** – Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio: os desafios para manutenção da tradição.
- Analisar a associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio e seus desafios para a manutenção da tradição, na perspectiva do Bem Viver e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).
- **Manuscrito III** – Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres: como manter viva a tradição da pesca artesanal
- Analisar como a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres, em Mato Grosso, contribui para a manutenção da pesca artesanal, sob a perspectiva do Bem Viver e do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na metodologia de pesquisa foi utilizado o método de estudo de caso com revisão teórica e bibliométrica, observação sistemática, como ferramentas de pesquisa a aplicação de questionário socioeconômico e realização de entrevistas semiestruturadas com os presidentes das associações e associados, ao final, entrevista em profundidade com as lideranças das associações.

Para Branski, Franco e Lima Junior (2010, p. 01) “o estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto”, trata-se de método empírico, que investiga conceitos e obtém resultados mais efetivos.

O primeiro passo da pesquisa foi a bibliometria que teve por objetivo analisar os artigos publicados de 2010 a 2024 nas bases de dados eletrônicas da *Scopus* e *Web of Science* sobre Comunidades Tradicionais, Conhecimento Ecológico Local (CEL) e o Bem Viver. As bases de dados eletrônicas são instrumentos que possibilitam o desenvolvimento científico e tecnológico (Ravelli *et al.*, 2009), em todas as áreas do conhecimento, inclusive nas Ciências

Ambientais. A bibliometria vem sendo utilizada como metodologia para a obtenção de indicadores de avaliação da produção científica ou técnica pelo estudo quantitativo das publicações com os principais autores, difusão dos temas, a relevância social, política, cultural e ambiental nos trabalhos publicados.

O método de pesquisa bibliométrico foi realizado para criar a relação entre a pesquisa científica e a produção, permitindo identificar padrões de publicações, como: periódicos, principais autores, evolução das publicações, em âmbito nacional e internacional, convergência das palavras-chave, bem como encontrar a base teórica do estudo e a realização da bibliometria com os dados quantitativos gerados, por meio de estudo exploratório e descritivo. Com base nestes parâmetros, construiu-se o manuscrito I - Bem Viver, conhecimentos tradicionais e conhecimento ecológico local.

O segundo passo da pesquisa foi a realização de entrevistas com a representante da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, na cidade de Cuiabá/MT, e com três membros da associação, bem como a utilização do formulário qualitativo de coleta de dados adaptado para a realidade da associação entrevistada (Sampaio; Brasil, 2008, 2021). As entrevistas, na Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, foram realizadas com a presidente Alice Conceição de Almeida, 76 anos e destes 16 à frente da associação. Ela prontamente participou respondendo com muita leveza e responsabilidade as perguntas que lhe foram direcionadas e, em seguida, a entrevista seguiu com os três (03) associados, individualmente.

Do mesmo modo, as entrevistas, também, seguiram com o representante da Associação dos Pescadores profissionais de Cáceres, na cidade de Cáceres/MT e com vinte associados. O pescador Lorival Alves da Motta respondeu atentamente às perguntas, ele está no seu terceiro mandato frente à Associação, cada mandato de presidente corresponde a 4 anos, ou seja, quase 12 anos. A metodologia aplicada se deu por meio da utilização do formulário qualitativo de coleta de dados adaptado para a realidade da associação entrevistada (Sampaio; Brasil, 2008).

Destaca-se que as entrevistas aconteceram com os presidentes das associações pesquisadas e com três (3) membros da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio e com vinte (20) membros da Associação dos Pescadores profissionais de Cáceres. E, posteriormente, foram realizadas as entrevistas de profundidade com os presidentes das associações.

Além das entrevistas semiestruturadas e da aplicação de questionário de entrevista, a pesquisa adotou a observação participante como estratégia para compreender a dinâmica interna das associações estudadas. A pesquisadora integrou-se ao cotidiano dos associados,

acompanhando de forma direta tanto as atividades de pesca artesanal, no caso da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres, quanto o processo de confecção das peças de cerâmica pelos artesãos junto à Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio. Essa aproximação permitiu uma imersão nas práticas tradicionais, nos saberes compartilhados e nas relações comunitárias, revelando aspectos subjetivos e intersubjetivos que dificilmente seriam captados apenas por entrevistas ou questionários. A observação participante, portanto, contribuiu para uma compreensão mais profunda das rotinas, desafios, valores e estratégias de resistência presentes no dia a dia dessas comunidades, enriquecendo a análise qualitativa e aproximando a investigação da realidade vivida pelos associados.

Após as entrevistas com os representantes das associações, realizou-se a aplicação da matriz de indicadores do Bem Viver de Alcântara e Sampaio (2019, 2020), que é estruturada em três dimensões fundamentais: pessoal (harmonia consigo mesmo), social (harmonia com a comunidade integral) e integral (harmonia com a natureza). Essa matriz é composta por 17 indicadores, que abrangem diferentes aspectos como: trabalho, habitação, educação, saúde, família, segurança, pertencimento, religião e convicção, tempo livre e cultura, tomada de decisão recursos materiais, emoções, relações de gênero e juventude, tecnologias de informação e comunicação, fatores produtivos, participação e meio ambiente (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020).

Para se chegar aos resultados fez-se a análise de conteúdo e a sua interação com os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) foi utilizada como base metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, sendo estruturada em três etapas principais:

- **A primeira etapa** se deu pela organização do material coletado, ou seja, das entrevistas realizadas com a presidente da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio e o presidente da Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres. As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e organizadas, de modo a garantir uma base sólida para a análise subsequente. Esse processo inicial foi essencial para assegurar a fidelidade e a integridade das informações coletadas, permitindo uma visão clara e sistemática do conteúdo.
- **A segunda etapa** envolveu o processo de codificação, no qual o conteúdo transcrito foi analisado e segmentado em unidades significativas. A codificação foi dividida em duas dimensões: a) unidade de registro (temática): identificação de temas ou tópicos relevantes nos discursos dos entrevistados; e

b) unidade de contexto: análise do local ou situação em que a unidade de registro está inserida, a fim de compreender seu significado em um contexto mais amplo. Para esta análise, foi aplicada a Matriz do Bem Viver proposta por Alcântara & Sampaio (2019, 2020), que fornece uma perspectiva estruturada para identificar elementos qualitativos que dialogam com os valores do Bem Viver e as dinâmicas sociais e culturais locais das associações.

- **A terceira etapa** correspondeu à categorização, na qual os resultados da aplicação da Matriz do Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020) foram agrupados e relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa fase envolveu a identificação de categorias emergentes que refletem as interações entre as práticas locais descritas pelos entrevistados e os princípios dos ODS. O agrupamento permitiu a construção de uma análise integrada, evidenciando como o conceito de Bem Viver se conecta com os objetivos globais de sustentabilidade e desenvolvimento humano.

Esse processo de análise possibilitou uma compreensão detalhada e contextualizada das práticas e das narrativas locais e, assim, foram construídos dois manuscritos: II – Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio: os desafios para manutenção da tradição; e III – Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres: como manter viva a tradição da pesca artesanal?

Os manuscritos revelaram aspectos importantes sobre os valores culturais, sociais e ambientais das associações analisadas, por exemplo, a autogestão, o fortalecimento dos laços sociais e a promoção do desenvolvimento sustentável local, para atender ao interesse coletivo, visando melhores condições de vida a seus membros e da comunidade de modo geral. Para isso, eles realizam atividades que beneficiam a coletividade, em vez de se concentrarem apenas em interesses individuais, e a resistência para a manutenção das tradições culturais locais.

No quadro abaixo segue a síntese da pesquisa

SÍNTESE DA PESQUISA

Problema Lacuna teórica	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Conceitos, temas associados aos objetivos	Instrumentos de coleta de dados	Indicador de desempenho de atividade	Resultados Esperados	Impacto Interdisciplinar
Quais os principais fatores que interferem no Bem Viver das Associações dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá e dos Pescadores Profissionais em Cáceres que estão localizadas em comunidades ribeirinhas, localizadas em perímetros urbanos no estado de Mato Grosso, Brasil, à luz, dos conceitos de conhecimento tradicional e do conhecimento ecológico local e Bem Viver?	Analisar o Bem Viver em comunidades ribeirinhas urbanas, a partir de estudo de caso das Associações dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá e dos Pescadores Profissionais em Cáceres, no estado de Mato Grosso, Brasil, à luz, dos conceitos de conhecimento tradicional e do conhecimento ecológico local	Analisar os artigos publicados sobre Bem Viver, Comunidades Tradicionais, Comunidades de Conhecimento Ecológico Local, em áreas urbanas, no recorte temporal de 2010 a 2024. Manuscrito I - Bem Viver, conhecimentos tradicionais e conhecimento ecológico local	a) Bem Viver; b) Comunidades Tradicionais; c) Comunidade de Conhecimento Ecológico Local; e	Revisão de literatura e bibliométrica	Levantamento dos artigos publicados entre os anos de 2010 a 2024	a) evolução e quantificação dos temas publicados no recorte temporal proposto; b) difusão dos temas a partir das publicações; c) traçar os principais autores sobre os temas; d) demonstrar a relevância social, política, cultural e ambiental nos trabalhos publicados.	a) científico: Contribuir com base teórica e bibliométrica com a sistematização do material, com a dimensão das pesquisas e publicações nas temáticas, no âmbito internacional e nacional, demonstrando o alcance e difusão dos temas da pesquisa, desde o conteúdo, os precursores, o que demonstrou um caminho para novas possibilidades de estudos, principalmente no Brasil. a) político: Disponibilidade documento científico que permita orientar e ampliar os avanços das políticas públicas e leis que resguardam os valores dos modos de vida de Comunidades Tradicionais e Conhecimento Ecológico Local. Social e Política: contribuir com alternativas ao desenvolvimento hegemônico e avançar em propostas de desenvolvimento mais humano e sustentável, com a participação efetivas das
		Analisar a associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio e seus desafios para a manutenção da tradição, na perspectiva do Bem Viver e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) Manuscrito II - Associação Dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio: os desafios para manutenção da tradição	a) Associativismo; b) Associação dos artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio; c) Perfil socioeconômico ambiental das associações; d) matriz do Bem Viver; e) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	a) Entrevista semiestruturada: a) com os representantes das associações nas comunidades; b) Observação de campo em reuniões; c) Banco de dados secundários; Pesquisa documental: a) Pesquisa semiestruturada com os representantes das associações e associados, como identidade cultural, participação social, aplicação da Matriz	a) Levantamento dos dados socioeconômicos e ambiental das associações b) Diagnóstico do atual estágio das associações nas comunidades. Análise dos aspectos subjetivos e intersubjetivos inerentes aos indicadores a matriz do Bem Viver a partir das entrevistas com os representantes das associações e associados, como identidade cultural, participação social,	A levantamento de dados socioeconômicos e ambiental das associações das comunidades com a perspectiva do Bem Viver, como alternativa ao desenvolvimento, para um desenvolvimento mais humano. a) triangulação dos dados a partir da aplicação da Matriz do Bem Viver; b) Levantamento de aspectos positivos e negativos da vivência das associações nas comunidades;	

[illegible]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. 'Bem Viver' como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, abr. 2017. p. 231-251. DOI. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566> . Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- ALCÂNTARA Liliane Cristine Schlemer.; GRIMM, Izabel.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce.; MANTOVANELLI JR, O.; FEUSER, S.; GARCIA, M. Bem Viver: discussões teórico conceituais. **Revista Pensamiento Actual**, 17(28), 2017. p. 66-77.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer. Bem Viver ou vida em plenitude: tecendo a teia da existência. In: SQUAREZI, Sandro Benedito (Org.). **Ambiente e sociedade no Brasil central: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional**. 2 ed. e-book, São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora Unemat, 2019, *e-book*. ISBN 978-85-7843-922-4 (Editora Oikos). ISBN 978-85-7911-202-7 (Editora UNEMAT).
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem Viver e Ecosocioeconomias**. 1 ed, CuiaBá/MT: EdUFMT, 2019.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 53, jan./jun. 2020. p. 78-101. DOI: [10.5380/dma.v53i0.62963](https://doi.org/10.5380/dma.v53i0.62963). ISSN 2176-9109.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; VÁSQUES-CARRANZA, Luz Marina. Bem viver e pós-desenvolvimento: a desconstrução do imaginário colonialista das comunidades afrolimonenses da Costa Rica. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 14, 2024. p. 233–254. DOI: [10.24302/drd.v14.5102](https://doi.org/10.24302/drd.v14.5102). Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5102>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- BAPTISTA, C. P. B. **O conhecimento ecológico local e a percepção ambiental de uma população de pescadores do Rio Grande do Sul**, São Leopoldo/RS, 91 f. (tese de doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Biologia, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, M. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2011.
- BERKES, F. **Sacred Ecology-Traditional Ecological Knowledge and resource management**. Fhipladelphia: Taylor & Francis, 1999.
- BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Rediscovery of tradicional ecological knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, v. 10, 2000. p. 1251-1262.
- BONDUKI, Nabil. A sustentabilidade das cidades e a Rio+20. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 5, n. 59, p. 6-15, junho/2012.
- BOLÍVIA. **Constitución política del estado plurinacional de Bolívia**. Bolívia, 2009.

BRANSKI, R. M.; FRANCO, R. A. C.; LIMA JUNIOR, O. F. **Metodologia de estudo de caso aplicada à logística**. In: XXIV ANPET Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte, Unicamp, 2010. Disponível em: www.lalt.fec.unicamp.br. Acesso em: 28 mar. 2025.

CARLOS, A. F. A., Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula?". **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N - 13, 2003. p. 179-187.

Carta de São Luís do Maranhão, dezembro de 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/L6D00069.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, Daniella Maria Santos. O estatuto da cidade e os desafios postos à ação do ministério público na atualidade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 40, n. 159, jul.-set., 2003. p. 113-123.

DIAS, Daniella Maria Santos. O direito à moradia digna e a eficácia dos direitos fundamentais sociais. **Revista Eletrônica do CEAFF**. Porto Alegre - RS. Ministério Público do Estado do RS. vol. 1, n.1, out. 2011-jan. 2012.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos: In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB/USP, 2000. p. 1-46.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade 4).

ELLEN, R.; HARRIS, H. Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature: a critical assessment. In: EAST-WEST ENVIRONMENTAL LINKAGES NET WORKSHOP, 3., 1996, Canterbury. **Proceedings...** Canterbury, 1996.

ECUADOR: Asamblea Constituyente. **Constitución de la República del Ecuador**. Registro Oficial 449. Montecristi - Ecuador: p. 15-131, 2008.

FELIX, G. D. N.; WEYER, M.; RIBEIRO, G. T.; GODOI, D. P. A.; MOTA, Anilza Maria Florentino Souza. **Ocupação irregular nos espaços urbanos: estudo de caso bairro Nova Conquista – Cuiabá – MT**. In: Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – ENG2010, realizado de 25 a 31 de julho de 2010. ISBN 978-85-99907-02-3, Porto Alegre - RS, 2010, p. 1-10. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1509. Acesso em: 05 abr. 2016.

GILCHRIST, G; MALLORY, M.; MERKEL, F. Can Local Ecological Knowledge contribute management? Case studies of migratory. **Ecology e Society**, v. 10, n. 1, 20, 2005.

GUDYNAS, E. & ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, 16(53), 2011. p. 71-83. Disponível em: <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasAcostaCriticaDesarrolloBVivirUtopia11.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010:** população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas>. Acesso em: 12 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf. Acesso em: 23 jun. 2016.

JORGE, Wanda. **Periferia e favelização avançam nas grandes cidades da América Latina.** Cienc. Cult. [online]. 2005, vol.57, n.2, pp. 9-12. ISSN 2317-6660. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEROY, J. P e MEIRELES, J. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, M.F., PACHECO, T., e LEROY, J.P., comps. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p 115-131. ISBN 978-85-7541-576-4. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415764>.

LITTLE, P. E. Etnoecologia e direito dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002. p. 39-48.

LOVADINI, V. L; GUSMÃO, C. M. P; OLIVEIRA, R. M; GABIATT, D.; SILVA, J. M.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, C. C.; REIS, R. K; MENEGUETI, M. G; GIR, E. Os impactos e desafios da COVID-19 nas favelas e a questão da (in)visibilidade. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.25371>.

MACIEL, Loura Antunes. **A capital de Mato Grosso.** Cuiabá, MT: EdUFMT, 1992.

MARTINS, G. de A.; TEOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação para ciências sociais aplicadas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Ana Luisa Jorge; MIRANDA, Wanessa Debôrtoli; SILVEIRA, Fabricio; PAES-SOUSA, Rômulo. A agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) como estratégia para equidade em saúde e territórios sustentáveis e saudáveis. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro v. 48, n. especial 1 e8828, ago. 2024. DOI <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18828P>.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. O Bem-Estar Urbano dos município brasileiros – **IBEU Municipal.** 2016. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/o-bem-estar-urbano-dos-municipios-brasileiros-ibeu-municipal/>. Acesso em: 29 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf> Acesso em 01.jul. 2024. Acesso em: 29 mar. 2022.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da leitura territorial do censo de 2010. *In: Dossiê: políticas públicas e formas de provisão de moradia. Cad. Metrópole*, 18, Jan.-Abr. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3504>.

PASTERNAK, S.; BÓGUS L. M. M. Favela: o desafio de morar na metrópole paulistana. *In: Dossiê: mobilidade urbana e equidade, Cad. Metrópole*, 26 (60), maio/ago., 2024, DOI <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6019>.

PIRRELLI, M. A. S.; “Conhecimento tradicional” e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas kaiowá/guarani. *Ciência & Educação*, v. 14, n. 3, 2008. p. 381-96. DOI <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000300002>.

PIZZINATO, A.; GUIMARÃES, D. S.; LEITE, J. F. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39 (n.spe), e032019, 2019. p. 3-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000032019>. Acesso em: 21 mar. 2022.

RAVELLI, A. P. X.; FERNANDES, G. C. M.; BARBOSA, S. F. F.; SIMÃO, E.; SANTOS, S. M. A.; MEIRELLES, B. H. S. A produção do conhecimento em enfermagem e envelhecimento: estudo bibliométrico. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, Jul-Set, 18(3), 2009. p. 506-12. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-07072009000300014>. Acesso em: 10 Abr. 2022.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. *In: DIEGUES, A. C. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, 2000. p. 67-80.

RUDDLE, K. Systems of knowledge: dialogue, relationships and process. *Environment, Development and Sustainability*, v. 2, n. 3-4, 2000. p. 277-304.

SÁEZ, O. C. Prometeo de pie: alternativas étnicas y éticas a la apropiación del conocimiento. *Ensayos e Investigaciones-Cuadernos de Bioética*, Buenos Aires, 2001. p. 1-15. Disponível em: <http://www.bioetica.org/cuadernos/enscons17.htm>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SÁEZ, O. C. Ciência amazonica: notas para um estudio crítico de los saberes nativos. *Soma Interazioni Terapeutiche e Antropologia Médica*, Genova, v. 3, 1998. p. 1-7.

SAMPAIO, C. A. C.; BRASIL, F. S. **Ecosocioeconomia das organizações**. Trabalho Finalista de Melhor Plano de Ensino: Prêmio Ethos Valor de Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável, Instituto Ethos; UniEthos; Jornal Valor Econômico. São Paulo: Instituto Ethos, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; ALCANTARA, L. C. S.; VIEIRA, P. H. Bem Viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-covid-19. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 59, Jan./jun. 2022. p. 162-181. DOI: [10.5380/dma.v59i0.74145](https://doi.org/10.5380/dma.v59i0.74145) e-ISSN 2176-9109.

SARLET, Ingo Wolfgang; ZOCKUN, Carolina Zancaner. Notas sobre o mínimo existencial e sua interpretação pelo STF no âmbito do controle judicial das políticas públicas com base nos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 3, n. 2, maio/ago. 2016. p. 115-141. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.46594>.

SGUAREZI, Sandro B. (org.) **Ambiente e sociedade no Brasil central**: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional. 2 ed. Cáceres/MT: Unemat, 2019. p. 28 – 38.

SGUAREZI, Sandro Benedito; BORGES, Juliano Luis; FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de; GARCIA, Romir Conde. Educação e autogestão: desafios e possibilidades no processo de formação dos sujeitos coletivos da Economia Solidária. **Revista mundo do trabalho contemporâneo**, São Paulo, v.2, 2017. p. 29-49.

SOUZA, S. I. N. **Direito à moradia e de habitação**: análise comparativa e seu aspecto teórico e prático com os direitos da personalidade. 3 ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

USHER, P. J. Traditional Ecological Knowledge in Environmental Assessment e Management. **Artic**, v. 53, n.2, 2000. p.183-193.

VASCONCELOS, Lia. Urbanização – metrópoles em movimento. *In*: **Revista Desafios do desenvolvimento** - IPEA. ano 3, 22 ed., 2006. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=994:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 21 ago. 2018.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VILLAS BOAS, Bruno; CONCEIÇÃO, Ana. Déficit de moradias no país já chega a 7,7 milhões. *In*: **Valor Econômico**. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5498629/deficit-de-moradias-no-pais-ja-chega-77-milhoes>. Acesso em: 22 set. 2018.

VOLOCHKO, Danilo. **Da extensão do campo à centralização do urbano**: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. *In*: Revista Mato-Grossense de Geografia - Cuiabá - n. 16, jan./jun. 2013. p. 18 – 38. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/geografia/article/view/768>. Acesso em: 14 jan. 2016.

MANUSCRITO I

BEM VIVER, CONHECIMENTO TRADICIONAL E CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL

Resumo

As transformações nas cidades têm despertado preocupação em razão do crescimento acelerado, que causa alteração na qualidade do ar, paisagens, poluição da água, desmatamento, desigualdades socioespaciais e outras mazelas. Contudo, nas cidades encontramos as Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local que desenvolvem uma conexão com o local onde vivem, identidade, saberes e práticas sustentáveis. O artigo propõe analisar os artigos publicados sobre Bem Viver, Comunidades Tradicionais, Comunidades de Conhecimento Ecológico Local, em áreas urbanas, no recorte temporal de 2010 a 2024, pelo método bibliométrico. Para a pesquisa utilizou-se do método bibliométrico realizado nas bases de dados da *Scopus* e *Web of Science* criando a relação entre a pesquisa científica e a produção, a partir de dados quantitativos, permitindo-se identificar padrões de publicações, periódicos, principais autores, evolução de publicações, em âmbito nacional e internacional, convergência das palavras-chave. Os resultados demonstram o alcance e a difusão dos temas, os precursores e as tendências, sendo um caminho para possibilidades de estudos, no Brasil e no mundo. O Bem Viver é o conhecimento oriundo das Comunidades Tradicionais e do Conhecimento Ecológico Local e constituem temáticas de relevância a serem debatidas e compreendidas na sociedade, sobretudo, nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: Bem Viver; Comunidades Tradicionais; Conhecimento Ecológico Local; cidades.

GOOD LIVING, TRADITIONAL KNOWLEDGE, AND LOCAL ECOLOGICAL KNOWLEDGE

Abstract

The transformations in cities have raised concern due to the accelerated growth, which causes air and landscape alteration, water pollution, deforestation, socio-spatial inequalities, and other problems. However, in the cities, we find the Traditional Communities and Local Ecological Knowledge that develop an intimate connection with the place where they live, identity, knowledge, and sustainable practices. Thus, this paper proposes to analyze the papers published on Good Living, Traditional Communities, and Communities of Local Ecological Knowledge, in urban areas, in the interval from 2010 to 2024, using the bibliometric method. The bibliometric research was carried out in the Scopus databases and Web of Science, creating the relationship between scientific research and production, based on quantitative data, allowing to identify patterns of publications, journals, main authors, the evolution of publications, nationally and internationally, and convergence of keywords. Results demonstrate the themes' reach and diffusion, precursors, and a path for study possibilities, mainly in Brazil.

Keywords: Good Living, Traditional Communities; Local Ecological Knowledge; bibliometric; cities

EL BUEN VIVIR, LOS CONOCIMIENTOS TRADICIONALES Y LOS CONOCIMIENTOS ECOLÓGICOS LOCALES

Resumen

Las transformaciones en las ciudades han despertado preocupación debido al crecimiento acelerado que provoca cambios en el aire, los paisajes, la contaminación del agua, la deforestación, las desigualdades socio-espaciales y otros males. Sin embargo, en las ciudades encontramos Comunidades Tradicionales y Conocimientos Ecológicos Locales que desarrollan una íntima conexión con el lugar donde viven, la identidad, el conocimiento y las prácticas sostenibles. Así, el artículo propone analizar los indicadores bibliométricos de los artículos publicados sobre el Vivir Bien, Comunidades Tradicionales, Comunidades de Conocimiento Ecológico Local, en el ámbito urbano, en el marco temporal de 2010 a 2024. La investigación bibliométrica se llevó a cabo en las bases de datos Scopus y Web of Science creando la relación entre la investigación y la producción científica, a partir de datos cuantitativos, lo que permite la identificación de los patrones de las publicaciones, las revistas, los principales autores, la evolución de las publicaciones, a nivel nacional e internacional, la convergencia de palabras clave. Los resultados demuestran el alcance y la difusión de los temas, precursores y un camino de posibilidades de estudios, especialmente en Brasil.

Palabras clave: Vivir bien; comunidades tradicionales; conocimientos ecológicos locales; bibliometría; ciudades.

INTRODUÇÃO

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Censo, 2022) apontam que no Brasil cerca de 90% dos brasileiros moram em áreas urbanas. A Organização das Nações Unidas – ONU, estima que 90% da população mundial se concentra em grandes centros e de que a população mundial atingirá 10,3 bilhões em meados da década de 2080. O crescimento urbano é um fenômeno mundial que ocorre com velocidade assustadora, nesta direção, Almeida *et al.* (2020) considera a estimativa de “que no período de 2007 a 2050 a população mundial passará de 6,7 para 9,2 bilhões, com cerca de 6,4 bilhões de pessoas (60%) localizadas em centros urbanos”. Logo, há de se considerar que o crescimento urbano tem ocorrido de forma desequilibrada.

No Estado de Mato Grosso, o processo de ocupação ocorreu em ritmo acelerado e intensificou-se entre as décadas de 1970 e 1980, avançando, principalmente, para o norte do Estado, em áreas ocupadas pelos indígenas. Em 2021, o Estado passou a ser o 16º (décimo sexto) com maior população no país, com 3.567.234 habitantes, conforme estimativas divulgadas pelo IBGE, 2010. Mais de 80%, desta população, vive nas cidades, concentrada nas áreas urbanas em Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop e Cáceres. Esse movimento,

segundo (Jorge, 2005; Vasconcelos, 2018; Vilarinho Neto, 2009), segue o fluxo contrário à proposta de colonização agrícola, em razão das dificuldades de cultivo de terras no cerrado, o que propicia a migração da população para as cidades

Nessa perspectiva, para Davis (2006, p. 14) “[...] há pouco ou nenhum planejamento para acomodar essas pessoas e prestar-lhes serviços” nas cidades, inclusive tratando-se do mercado habitacional formal que não consegue oferecer estoque de moradias e, por necessidade, a população menos favorecida economicamente recorre às locações informais, loteamentos clandestinos, barracos e às calçadas das ruas.

Portanto, há desigualdade socioespacial e indicativos de que as cidades do futuro serão construídas em grande parte de tijolo aparente, blocos de cimento, restos de madeira, papelão e lonas, instaladas na miséria, cercadas de poluição e deterioração, conforme apontam (Davis, 2006; Pasternak; Bógus, 2024; Pasternak; D’ottaviano, 2016). O crescimento desordenado das cidades tem despertado preocupação acerca dos mecanismos de proteção da dignidade das pessoas e um “mínimo existencial” (Sarlet, 2016), ou seja, o acesso à moradia, ao trabalho, ao meio ambiente e ao bem-estar dos seus habitantes. O fato de as ocupações se darem, geralmente, em áreas de riscos, encostas, margens de rio, áreas de preservação permanente, sem infraestrutura necessária para uma vida digna, só alimenta a falta de acesso ao saneamento básico, à escola, à saúde, ao transporte, à segurança e ao lazer.

Aliada à falta de planejamento público, o processo de ocupação das áreas urbanas gera a poluição da água, do ar, das paisagens, do desmatamento, da ausência de áreas verdes nas cidades e outras mazelas. Dias (2012, p. 30) pontua que a falta de planejamento urbano é “fator decisivo para degradação ambiental e, por consequência, para a diminuição da qualidade de vida daqueles que habitam estas áreas”.

O artigo propõe analisar os artigos publicados sobre Bem Viver, Comunidades Tradicionais, Comunidades de Conhecimento Ecológico Local, em áreas urbanas, no recorte temporal de 2010 a 2024, em razão da expressividade literária no período, a partir do método de bibliometria. Desta forma, é importante investigar como se comportam as comunidades tradicionais e de conhecimento ecológico local em meio às transformações nas cidades, em razão da ligação com o local onde vivem, a identidade, a espiritualidade, os saberes, as práticas e o ambiente.

Os dados encontrados contribuem para saber como as comunidades são impactadas em meio às transformações e o crescimento das cidades mato-grossenses na perspectiva do Bem Viver. Os resultados demonstram o alcance e difusão dos temas, os precursores, bem como um caminho para possibilidades de estudos, sobretudo, no Brasil.

1 COMUNIDADES TRADICIONAIS

As Comunidades Tradicionais do Brasil são grupos que possuem práticas sociais, conhecimentos e saberes pautados, geralmente, no respeito ao ser humano e à natureza, os quais têm mostrado resiliência e protagonismo nas questões que envolvem bases sustentáveis (Oliveira *et al.*, 2021). A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) em seu artigo 2º, inciso XV, trouxe o conceito de população tradicional, definido como: “grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável” (Brasil, 2000).

Contudo, conceituação sofreu críticas em razão das ambiguidades em sua terminologia, assim, o artigo 2º, inciso XV da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi vetado (Barreto Filho, 2006; Little, 2004; Santilli, 2004). Apesar do veto na referida Lei, da denominação de população tradicional, esses grupos demonstraram sua importância, o que de acordo com Calegare *et al.* (2014, p. 117), “significou que com seu paulatino reconhecimento passaram a ter o *status* de protagonistas: guardiões da floresta e prestadores de serviços ambientais preciosos não só à preservação da floresta, mas à humanidade como um todo”.

As discussões conceituais e de reconhecimento se estabeleceram por meio de três fatores: primeiro, iniciou-se a partir da “[...] incorporação dos debates ambientalistas acerca da criação das Áreas Protegidas (AP) e os conflitos com as populações locais” (Carvalho; Macedo, 2018, p. 181). Tendo em vista que essas áreas seriam intocadas, por causa da preocupação com o valor da perda da biodiversidade e das espécies e, deste modo, as populações ali existentes e no seu entorno seriam retiradas, surgiu o conflito das áreas protegidas *versus* comunidades locais. Assim, nasceu um olhar para a biodiversidade e a sociodiversidade, passou-se a pensar a relação do homem com a natureza, a qual merecia valorização e reconhecimento, considerando que os saberes daquele povo contribuíram para a conservação e a manutenção das áreas e da biodiversidade, que deveriam ser consideradas a partir do ecossistema, de suas necessidades e da qualidade de vida.

O segundo fator deu-se com “o processo de formação do povo brasileiro” marcado pela miscigenação (Carvalho; Macedo, 2018, p. 181). A partir de um eixo étnico que se expandiu pelo Brasil, a começar pela Costa Atlântica e, em seguida, embrenhar-se pelos sertões, florestas e rios, resultou em diferentes culturas, nomeada de cultura rústica (Ribeiro, 2015) e com variações regionais como: cultura crioula, caipira, cabocla, sertaneja e gaúcha.

Ao longo da história brasileira, esse modelo cultural, esteve à margem do modelo econômico dominante, em locais periféricos e isolados abrigavam-se suas populações, com abundância de recursos naturais, o que colaborou com sua reprodução social, manutenção e sobrevivência com variações regionais, a partir de uma economia de subsistência. A utilização das técnicas milenares dos indígenas, desde a sociabilidade das técnicas de plantio e organização do trabalho, legitimou o uso e o manejo sustentável dos recursos naturais, com respeito aos ciclos naturais e à capacidade de regeneração das espécies, mantendo a diversidade cultural e a particularidades das Comunidades (Diegues; Arruda, 2001).

O terceiro fator, refere-se ao “protagonismo dos movimentos sociais do campo que resistiram à expropriação e violência contra seus territórios” (Carvalho; Macedo, 2018, p. 181). Esse protagonismo surgiu do entendimento dos grupos de que é fundamental a formação de sujeitos políticos, o que trouxe a transformação, a luta, a instrumentalização e a mobilização, para pleitear o reconhecimento. Dizendo de outra forma, deu-se início com o movimento dos indígenas e dos seringueiros, seguidos pelas quebradeiras de coco-babaçu, castanheiros, ribeirinhos e outros, a movimentação para o reconhecimento oficial de suas formas de uso, ocupação e manejo dos recursos naturais, tendo por base os conhecimentos tradicionais, cujo período foi marcado pela redemocratização do Brasil, inquietação dos movimentos sociais, empenho do debate internacional e pelo reconhecimento das populações tradicionais e dos povos originários pelo Poder Público.

Com a efervescência dos movimentos sociais, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (1992), o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT, com o objetivo de implementar planos, ações e projetos pelas populações tradicionais (Barretto Filho, 2006; Carvalho; Macedo, 2018).

Discussões foram trazidas ao sistema jurídico brasileiro pelas convenções e declarações internacionais, a partir de 1990, tratando dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais (Shiraishi Neto, 2007) que com estratégia e alianças políticas garantiram a participação nos trabalhos da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, conforme o Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Para Calegare, Higuchi e Bruno (2014, p. 125):

A discussão de quem eram as *comunidades tradicionais* ultrapassou os limites das UCs (Unidades de conservação), sendo apropriada por inúmeros grupos sociais portadores de identidade étnica e coletivas nos mais diversificados contextos ambientais, regionais e sociais. Isso vem clarificar que o rótulo de

populações e comunidades tradicionais passou a ser utilizado segundo o interesse político de distintos grupos sociais brasileiros, como estratégia de reconhecimento de suas demandas e reivindicações perante o Estado.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais teve sua nomenclatura reformulada no ano de 2006, incluindo o termo “Povos” passando a denominar-se Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme Decreto nº 10.884 de 13 de julho de 2006. No ano seguinte, a edição do Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais trouxe a definição de Povos e Comunidades Tradicionais, como sendo:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007, s.p.).

As comunidades tradicionais são denominadas como “grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos” (Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2014, p. 12). Dito de outra maneira, são grupos socioculturais, conhecidos como guardiões do meio ambiente, que trazem consigo a ideia indissociáveis de sustentabilidade, a partir dos modos de uso do território que ocupam, como conservação e preservação da cultura, dos recursos naturais e da biodiversidade.

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais, representam o reconhecimento coletivo dos Povos e Comunidades Tradicionais, com aspectos de direitos culturais, sociais e econômicos, bem como condições de vida, trabalho e conservação de seus territórios, meio ambiente, modo de vida, cultura e a efetiva participação para a consecução de uma possível alternativa de desenvolvimento.

Para Leroy e Meireles (2013, p.114):

As comunidades e povos tradicionais estão na contramão desse desenvolvimento. Suas relações extrativistas e de usufruto estão estruturadas e inseridas nas teleconexões continente-oceano-atmosfera-hidrosferabiósfera, que fundamentam ancestralidades e vínculos interdependentes com a conservação dos biomas e ecossistemas.

Entre as comunidades tradicionais encontramos pescadores artesanais, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, marisqueiras, praieiros, quilombolas, ciganos, grupos de matriz africana, comunidades de fundo de pasto, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, faxinalenses, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, vazanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros (SEPPIR, 2015).

Para Córdula e Nascimento (2020, p.1)

[...] as comunidades tradicionais possuem uma visão própria do mundo que os cerca, repleta de saberes, tradições, mitos, lendas e permeadas pelo misticismo e pelo sobrenatural, gerando assim, seu sistema de ideias e sentimentos acerca do universo e do mundo; concepção do mundo, ou seja, sua cosmovisão.

As Comunidades Tradicionais também são guardiãs da cultura e trazem consigo “explicitamente a diversidade linguística, a diversidade dos conhecimentos e práticas tradicionais e das demais expressões culturais dos povos” (Almeida, 2007, p. 16). Para Pizzinato; Guimarães e Leite (2019, p. 3) “[...] utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos, predominantemente, por tradição oral”. Deste modo, implícita resiliência, simbologia e a força que guarnecem em seus territórios e a organização social própria como condição para a reprodução social, cultural, religiosa, econômica e ancestral.

O conhecimento tradicional, o termo mais utilizado por pesquisadores e, também, por organizações internacionais, como a IUCN, UNESCO, é a sigla TEK, *Traditional Ecological Knowledge* que é o conhecimento de populações nativas passadas de geração a geração, em razão da experiência e tradição, com continuidade histórica e de preservação ambiental (Baptista, 2011; Berkes, 1999; Berkes *et al.*, 2000; Usher, 2000). Para Diegues (2000, p. 30) o “[...] conhecimento tradicional é o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração”. Conforme Pirrelli (2008) traça atributos característicos de conhecimentos tradicionais a partir de análise empírica, o quais são:

(1) a dinâmica e a organização das sociedades nas quais é gerado, experimentado, modificado e transmitido; (2) a sua geração em um determinado grupo e local; (3) a sua relação com o natural e sobrenatural; (4) a oralidade como forma de transmissão; (5) o engajamento prático; (6) a confiança nele depositada pela sociedade que o produziu; (7) a exigência intelectual para saber e fazer; (8) as peculiaridades do processo de produção desse tipo de conhecimento, isto é, os modos como ocorrem a sua aquisição, ensinamento e transmissão (p. 368).

As Comunidades Tradicionais a partir da sua organização social e de seus representantes decidem sobre o cotidiano, com engajamento diário e prático dos conhecimentos ao longo das gerações. Os conhecimentos são ensinados, mantidos, reforçados, repetidos e transmitidos na vivência em grupo, com confiança e lealdade à produção e ao saber-fazer, mantendo a cultura, identidade, originalidade da produção e pertencimento. Assim, as Comunidades Tradicionais nomeiam, ordenam, classificam e experimentam seus conhecimentos no plano espiritual, simbólico e prático (Diegues; Arruda, 2001).

O conhecimento tradicional é transmitido entre os membros da comunidade de forma diversa segundo critérios adotados pelo próprio grupo, como função social, gênero, idade, parentesco ou, ainda, preferências individuais. A distribuição do conhecimento tradicional entre os membros da comunidade é segmentada e assimétrica, isto é, aquilo que é dado a conhecer aos membros da coletividade não é igualmente distribuído, variando segundo critérios como gênero, idade, função social (Ellen; Harris, 1996; Pirelli, 2008; Sáez, 1998, 2001). Para Pirelli (2008, p. 389) o conhecimento tradicional:

[...] é um conhecimento empírico, fruto de trabalho intelectual, transmitido oralmente de geração em geração, e aprendido no engajamento prático, ou obtido por revelações divinas. Não separa o mundo físico, do espiritual e social. Cada tipo de ensinamento exige lugares apropriados para a transmissão, e o ambiente natural é lugar privilegiado para a sua transmissão, reprodução e produção. Não há especialistas detentores da sua totalidade, pois os canais de distribuição são diversos, tornando-o fragmentado no seio da comunidade.

Para perpetuação e conservação dos conhecimentos tradicionais, muitos grupos têm reivindicado a documentação de seus saberes, a criação de banco de registro e dados, como fizeram os indígenas no documento produzido na Carta de São Luís do Maranhão (2001, p. 2) na qual reivindicaram aos governos o reconhecimento dos “[...] conhecimentos tradicionais como saber e ciência, conferindo-lhe tratamento equitativo em relação ao conhecimento científico ocidental, estabelecendo uma política de ciência e tecnologia que reconheça a importância dos conhecimentos tradicionais”.

Sendo assim, reflexo de fortalecimento cultural, cosmologia, organização social e pertencimento como lógicas que sustentam os conhecimentos que produzem, como empoderamento e salvaguarda das Comunidades Tradicionais.

2 COMUNIDADE DE CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL

O conhecimento ecológico local, termo em inglês *Local Ecological Knowledge (LEK)*, é o adquirido por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos após a observação dos fatos durante a sua vida, repetidos na prática, que são incorporados na vivência, na diversidade cultural, meio ambiente, para a manutenção, gestão e conservação dos recursos naturais (Baptista, 2011; Córdola; Nascimento, 2020; Gilchrist *et al.*, 2005; Usher, 2000;).

Berkes (1999) define o conhecimento ecológico local como a observação geral e progressiva dos indivíduos locais em contextos socioecológicos específicos. Trata-se de valorização dos saberes ecológicos comunitários e participação no processo de gestão como condição de conservação e manejo dos lugares onde vivem, com desenvolvimento social e ética ambiental.

Assim, o conhecimento ecológico local inclui aspectos da ecologia, procedimento, comportamento e outras atitudes que decorrem da experiência local acumulada, para além do indivíduo, alcançando a gestão colaborativa de bases sociais, como por exemplo em associações, grupos, cooperativas e aplicações nas atividades pesqueiras. Nesse sentido, Ruddle (2000) menciona quão importante o entendimento das bases sociais do conhecimento local e ligações cognitivas entre esse conhecimento acerca dos peixes e suas aplicações nas atividades de pesca.

Para Islas, Behling e Schnorr (2018, p. 508) “[...] o conhecimento ecológico local pode ser caracterizado como os saberes, as práticas e os sistemas de crenças relacionados à natureza, em como seus organismos e suas interações, que as comunidades humanas possuem sobre os ambientes em que vivem”. Na mesma direção, Santos *et al.* (2024, p. 3), afirma que

o conhecimento ecológico local é aquele desenvolvido por indivíduos de uma população, acerca do ambiente que vivem e o recurso que exploram [...] não é algo estático e independente das mudanças da vida humana ou do ambiente, consiste em algo gerado de modo contínuo, em um contexto de envolvimento com o meio natural.

O conhecimento ecológico local mostra-se como fornecedor de subsídios para a gestão da pesca, bem como para diminuição da incredulidade acadêmica sobre o conhecimento etnobiológico, podendo, ainda, ser utilizado no manejo da pesca, com o fornecimento de diretrizes para pesquisas biológicas, o que contribui para as estratégias de manejo compartilhado (Santos *et al.*, 2024).

Ruddle (2000) propõe a elaboração de novas estratégias e tecnologias de pesca, com fundamentos no conhecimento ecológico local desenvolvido por pescadores, no qual se destaca a alta eficiência e as especificidades como tempo, local, ciclo lunar, locais, abundância, por exemplo, para captura de espécies-alvo para o bom rendimento da pesca, a partir de método eficiente e sem comprometer o meio ambiente.

Em suma, o conhecimento ecológico local é importante no contexto da pesca, mas também em outras atividades, uma vez que o sucesso dependerá da manipulação dos conhecimentos adquiridos da observação do meio em que vive ao longo do tempo, como a utilização da isca, equipamentos de pescas, seleção de habitat, conhecimento ecológico do rio, das espécies de peixes ao ponto de manter ou substituir as técnicas de pesca e, também, das estratégias para uma exploração sustentável.

3 BEM VIVER: OUTRO DESENVOLVIMENTO

O Bem Viver difundido como filosofia de vida, retrata a integração do ser humano consigo, com outro e com a natureza, com vivência participativa e harmoniosa com o meio ambiente, constante nos saberes e prática das Comunidades Tradicionais. O Bem Viver para Alcântara e Sampaio (2017, p. 235) é entendido como “um paradigma que compreende um espaço-temporal comum, no qual podem conviver distintas ontologias na construção de uma interculturalidade que aponte ‘alternativas ao desenvolvimento’”.

Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2017, p. 1) definem o Bem Viver como “*El buen vivir puede ser definido como una forma de vida en armonía con uno mismo (identidad), con la sociedad (equidad) y con la naturaleza (sustentabilidad)*”². Essa definição é comumente aceita pela maioria dos intelectuais e políticos que usam o termo e, além disso, o torna um conceito universalmente aceito. Na perspectiva de Jacques (2021, p. 105) o Bem Viver “é um caminho em construção, fundamentado na solidariedade entre os seres humanos e a natureza, o qual já é uma realidade em determinadas culturas ao redor do mundo”. Ou seja, o conceito passou a ser difundido como filosofia de vida, viver melhor, uma cosmologia ou alternativa ao desenvolvimento.

O Bem Viver está em constante harmonia com o Todo, tem como escopo a construção de uma sociedade melhor, com um novo rumo, com justiça social e solidariedade, no qual há uma clara proporção espiritual com os valores e saberes que a englobam a vinculação e o

² “um modo de vida em harmonia consigo mesmo (identidade), com a sociedade (equidade) e com a natureza (sustentabilidade)”. (Tradução nossa).

pertencimento com um Todo e para com os que sofrem complacência e solidariedade entre todos. Nos ensinamentos de Boff (2013a, p. 62), o Bem Viver:

Pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui, além do ser humano, o ar, água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais, o Sol, a Lua e as estrelas; é buscar um caminho de equilíbrio e estar em profunda comunhão com a *Pacha* (a energia universal), que se concentra na *Pachamama* (Terra), com as energias do universo e com Deus.

O conceito de Bem Viver surgiu a menos de uma década, sendo considerado no novo meio acadêmico. Este conceito tem influência da cosmologia indígena da região andina, está reportado à proposta de *Sumak Kawsay* ou *Suma Qamaña* e presente nas Constituições do Equador (2008), da Bolívia (2009), (Alcântara, 2019; Hidalgo-Capitán, 2014). Para Boff (2013a, p. 61):

o ideal que propõem é o *bem-viver* (*sumak kawsay* ou *suma qamaña*). O “bem-viver” não é o nosso “viver melhor” ou “qualidade de vida” que, para se realizar, muitos têm que viver pior e ter uma má qualidade de vida. O bem-viver andino visa uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo.

Cunha e Souza (2023, p. 325) pontuam que:

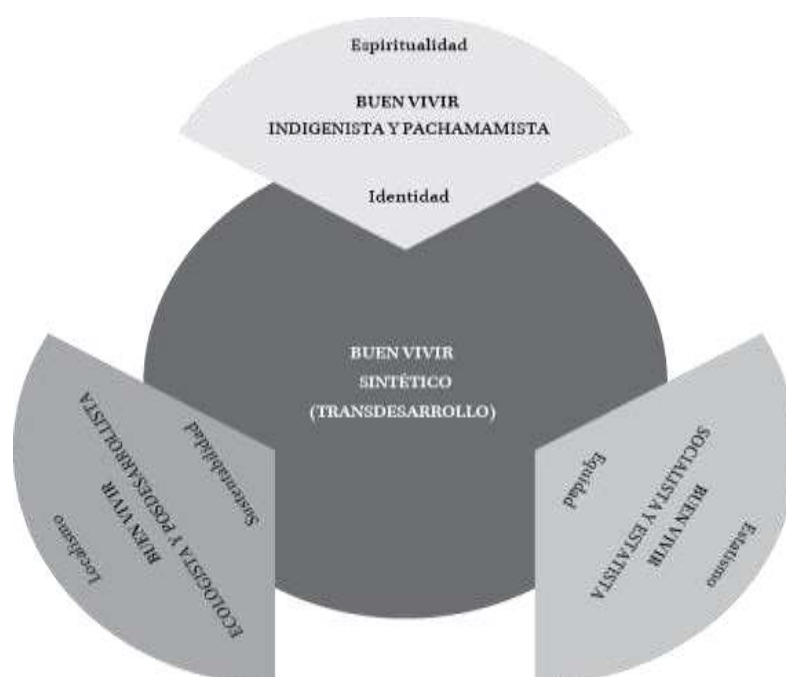
bem viver é um conceito que se fundamenta em práticas tradicionais de povos nativos das Américas, apresentando princípios, cosmovisões e formas de vida a partir de elementos comuns entre si. Por outro lado, a fortaleza das práticas e conceitos pré-hispânicos ancoram-se justamente na constituição de uma cultura mestiça, ou seja, permeável a mudanças e incorporações

Um aspecto fundamental do conceito do Bem Viver é a sua origem nas práticas tradicionais dos Povos Originários e a presença de elementos comuns entre diferentes culturas indígenas, reforçando a ideia de que o Bem Viver não se restringe a um modelo estático ou homogêneo, mas sim, a um conjunto de valores e práticas que refletem a diversidade sociocultural, a adaptabilidade das tradições ao longo da história (Cunha; Souza, 2023).

Gudynas e Acosta (2011, p. 103) apresentam o Bem Viver “como uma oportunidade para construir outra sociedade sustentada na convivência do ser humano em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos valores culturais existentes em cada país e no mundo”. O Bem viver relaciona-se à melhoria da vida das pessoas em sociedade com gestão participativa, acesso ao trabalho, à moradia, à cultura, ao lazer, ao meio ambiente, por

exemplo, com o intuito de desenvolver estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática para se galgar a igualdade e justiça social (Alcântara; Sampaio, 2017).

O Bem Viver é um movimento de maior expressão de resistência ao colonialismo na América Latina em muitas comunidades, as quais não foram totalmente impactadas pelo capitalismo, que romperam as lógicas antropocêntricas e incorporaram um fazer coletivo com a proposta de uma visão de sociedade e de economia alternativa (Alcântara, 2019), a partir de uma perspectiva desconstrutivista, assim, há três formas de entender o Bem Viver, baseado em Hidalgo-Capitán (2012), conforme figura 1:



Fonte: Hidalgo-Capitán & Cubillo-Guevara, 2017.

1) *a indígenista e a pachamamista*, prioriza a autodeterminação e a identidade dos povos indígenas, e por elementos espirituais (la Pachamama) para uma vida em plenitude; 2) *a socialista e estadista*, é destacada pela gestão política-estatal, na qual prioriza a equidade social e a vontade popular; por fim, 3) *a pós-desenvolvimentista e ecologista*, prioriza a sustentabilidade e é reconhecida a partir da construção participativa como alternativa ao desenvolvimento (Alcântara; Sampaio, 2017, 2020; Alcântara, 2019; Hidalgo-Capitán, 2012; Hidalgo-Capitán; Cubillo-Guevara, 2017).

Para Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2017, p. 2), cada uma dessas versões “corresponde a uma corrente ideológica que tenta colocar o conceito de Bem Viver a serviço de seus propósitos políticos em um contexto de luta pela hegemonia da esquerda latino-

americana na era pós-neoliberal”. Dito de outra forma, as três correntes do Bem Viver são o resultado de processos de reflexão de numerosos intelectuais latino-americanos que travaram luta ao modelo hegemônico existente e seus principais atores são os movimentos indígenas, ambientalistas e revolucionários de influência bolivariana.

Deste modo, o Bem Viver deve ser tratado como compromisso de mudança, respectivamente, no desenvolvimento com identidade, desenvolvimento com equidade e desenvolvimento sustentável “para a transformação das sociedades em sociedades multinacionais, pós-capitalistas e biocêntricas, sob uma concepção transmoderna de transdesenvolvimento que transcende os paradigmas do bem-estar” (Hidalgo-Capitán; Cubillo-Guevara, 2017, p. 4). Já para Alcântara *et al.* (2017, p. 68) trata-se de uma cosmovisão que foi se construindo ao longo de muitos anos e que propõe uma nova “visão de sociedade e de economia alternativa para repensar o conceito de desenvolvimento”.

Nesta direção, o Bem Viver apresenta-se como uma alternativa ao desenvolvimento, fundamentada em saberes ancestrais e práticas comunitárias, que propõe uma visão holística de equilíbrio entre o ser humano, a sociedade e a natureza. Sua essência está na busca por justiça social e na sustentabilidade, rompendo com a lógica antropocêntrica e capitalista predominante. Ao integrar diferentes cosmovisões, o Bem Viver valoriza a diversidade cultural e incentiva formas de organização baseadas na solidariedade e no respeito ao meio ambiente.

O Bem Viver se manifesta como um movimento de resistência ao colonialismo e às desigualdades estruturais. E evidencia seu potencial como um modelo de sociedade mais inclusivo e equilibrado. Dessa forma, o Bem Viver não se limita a uma visão estática, mas representa um caminho em construção, capaz de inspirar novas formas de organização política, econômica e ambiental que priorizem o bem comum e a harmonia coletiva.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente utilizou-se da pesquisa descritiva pelo método bibliométrico, com o objetivo de analisar os artigos publicados de 2010 a 2024 nas bases de dados eletrônicas da *Scopus* e *Web of Science* sobre Comunidades Tradicionais, Conhecimento Ecológico Local (CEL) e Bem Viver. Conforme Ravelli *et al.* (2009, p. 506) “as bases de dados eletrônicas são ferramentas promotoras de conhecimento e possibilitam o desenvolvimento científico e tecnológico”, em todas as áreas do conhecimento, inclusive nas Ciências Ambientais.

O método de pesquisa de bibliometria foi aplicado para criar a relação entre pesquisa científica e produção, permitindo identificar padrões de publicações, como: periódicos,

principais autores, evolução das publicações, em âmbito nacional e internacional, convergência das palavras-chave. Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica utilizando artigos científicos, livros e teses para encontrar a base teórica do estudo e, em seguida, a realização da bibliometria com os dados quantitativos gerados, por meio de estudo exploratório e descritivo.

Nesse sentido, buscou-se nas bases de dados da *Scopus* e *Web of Science*, no recorte temporal de 2010 e 2024, utilizando os descritores em inglês *Good Living (GL)*, *Traditional Communities (TC)* e *Local Ecological Knowledge (LEK)*, assim como o operador booleano *and* associando os descritores, a estratégia de busca utilizada, conforme figura 2:

Figura 2: Estratégia de busca



Fonte: construção dos autores

Com a estratégia de busca dos termos, foram realizadas novas buscas a partir da perspectiva de países das publicações, os principais autores e dos periódicos com as palavras-chave e, ainda, a evolução do número de publicações a cada ano, cujos dados foram tabulados no programa Excel da Microsoft para a construção de gráficos e facilitação da análise.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscou-se na base de dados da *Web of Science* e da *Scopus*, que são plataformas de dados de publicações e citações mundiais, e que dão suporte às pesquisas científicas em todas as áreas do conhecimento, entre os anos de 2010 e 2024, utilizando os seguintes descritores em inglês: *Good Living – GL*, *Traditional Communities – TC* e *Local Ecological Knowledge – LEK*. As buscas foram realizadas individualmente, aplicou-se o operador booleano *and* associando os termos, no âmbito nacional, com a finalidade de análise da evolução e quantidade de publicação dos termos, (Tabela 1 e 2):

Tabela 1: buscas em âmbito brasileiro na *Web of Science*

Buscas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Brasil																
TC	1	8	8	10	12	7	13	10	15	36	40	59	50	45	36	350
LEK	4	1	5	9	9	11	17	11	17	16	20	31	19	24	20	214
GL	0	0	1	0	0	1	0	2	1	5	6	10	7	6	6	45
TC+LEK	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	4
TC+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados *Web of Science*, construção dos autores

Verifica-se na base de dados da *Web of Science* que há poucas publicações sobre TC e LEK no ano de 2010, todavia, no decorrer dos anos houve um aumento expressivo de publicações até 2024 sobre os temas em estudo, atingindo o ápice de publicações em 2021 com o aumento de 5.900% e 775%, respectivamente. Quanto ao Bem Viver (GL), no ano de 2012 temos uma única publicação, outra no ano de 2015, nota-se a partir do ano de 2017 com 2 publicações. Em 2019 com 5 publicações, atingindo seu ápice no ano de 2021 com 10 publicações, momento de crescente difusão do tema no âmbito brasileiro.

Tabela 2: buscas em âmbito brasileiro na *Scopus*

Buscas Brasil	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
TC	4	13	14	17	23	17	28	24	33	31	40	43	57	45	73	462
LEK	4	3	4	9	10	12	17	11	19	15	20	25	18	23	26	216
GL	6	3	8	3	4	10	6	8	7	6	21	8	7	10	9	116
TC+LEK	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	2	0	6
TC+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TC+LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados *Scopus*, construção dos autores

Na base de dados da *Scopus* há publicações em todos os anos (2010-2024) dos termos pesquisados. Verifica-se, também, um aumento relevante de publicações com os termos TC e LEK. Já no termo GL tivemos aumento tímido e no ano de 2021 foi o auge de 21 publicações, demonstrando o período de maior difusão do tema no Brasil.

No entanto, quando se faz a conjugação dos temas com o operador booleano *and*, na *Web of Science* encontrou-se 4 publicações com a junção dos termos TC e LEK, nos anos de 2021, 2022 e 2023 e na *Scopus* encontrou-se 6 publicações com a junção dos termos TC e LEK nos anos de 2014, 2018, 2021, 2022 e 2023. E apenas uma publicação com a junção dos termos TC e GL em 2021 no âmbito Brasileiro, tanto *Web of Science* quanto na *Scopus*.

Os mesmos parâmetros de buscas foram utilizados nas bases de dados em âmbito mundial, *Web of Science* e *Scopus*, nas quais se encontrou um número maior de publicações nos descritores em todos os anos pesquisados (Tabela 3 e 4):

Tabela 3: buscas em âmbito mundial na *Web of Science*

Buscas Mundial	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
TC	10	14	25	28	25	18	23	27	29	64	63	83	85	77	66	637
LEK	30	35	30	28	65	52	69	67	89	99	116	109	129	139	97	1154
GL	8	14	15	18	18	13	21	27	28	66	61	60	77	61	36	523
TC+LEK	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	5
TC+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
TC+LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados *Web of Science*, construção dos autores

Tabela 4: buscas em âmbito mundial na *Scopus*

Buscas Mundial	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
TC	43	59	76	84	84	74	102	103	99	168	135	143	184	168	206	1728
LEK	28	32	26	30	59	50	65	64	82	79	114	103	118	155	143	1148
GL	12	16	36	23	32	31	29	54	53	55	73	92	79	80	67	732
TC+LEK	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	2	2	1	8
TC+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TC+LEK+GL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados *Scopus*, construção dos autores

Os resultados gerais de busca nas bases de dados eletrônicas da *Scopus* e *Web of Science* com base nos termos *Good Living – GL*, *Traditional Communities – TC* e *Local Ecological Knowledge – LEK* demonstram que entre os anos de 2010 e 2024 houve uma evolução considerável nas publicações no âmbito mundial, o que denota que os temas estão em evidência e têm grande relevância.

Ao realizar a análise da conjugação temática dos termos por meio do operador booleano *and* nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, observa-se uma quantidade limitada de publicações no período compreendido entre 2020 e 2024. Na *Web of Science*, a associação entre os termos TC e LEK apresentou o seguinte panorama: uma publicação em 2021, uma em 2022, duas em 2023 e uma em 2024, totalizando cinco publicações. Na *Scopus*, a mesma combinação de termos registrou um histórico mais extenso, com publicações nos anos de 2014, 2018, 2021, 2022, 2023 e 2024, somando oito publicações.

Quanto à combinação de TC e GL, identificou-se apenas uma publicação em 2021, tanto na *Web of Science* quanto na *Scopus*. Já para a associação entre LEK e GL, encontrou-se uma única publicação em 2018 na *Web of Science*. Por fim, na análise da junção dos três termos simultaneamente TC, LEK e GL, não foi localizada qualquer publicação em nenhuma das bases de dados mencionadas. Essa escassez de publicações evidencia a necessidade de aprofundamento e ampliação de estudos que abordem a interseção entre Comunidades Tradicionais, Conhecimento Ecológico Local e o Bem Viver, especialmente de forma integrada.

Quanto aos autores que trabalham o tema Bem Viver – *Good Living*, encontrou-se autores latino-americanos em sua maioria, dos quais destaca-se Cubillo-Guevara, Hidalgo-Capitan, Alcântara e Sampaio, que são autores importantes e estão entre os 10 (dez) autores que mais publicam sobre o tema e trazem o repertório teórico deste artigo, conforme figuras 5 e 6.

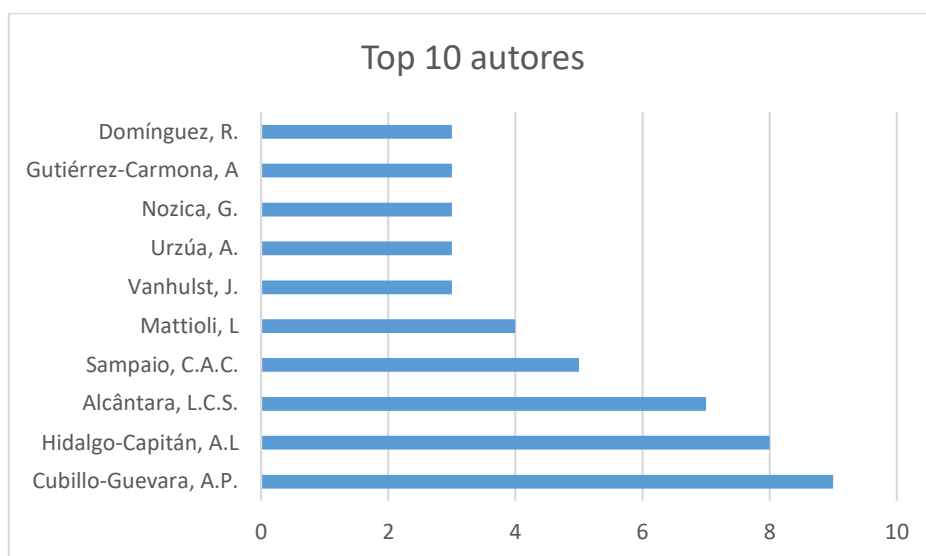
Figura 5: Lista dos 10 Autores que mais publicam na base de dados da *Web of Science*



Fonte: Dados *Web of Science*, construção dos autores.

Importante destacar que a autora Ireton-Jones publica trabalhos voltados à área da nutrição e saúde, assim não estão no aporte teórico desta pesquisa, em que pese se identifique o Bem Viver nestas publicações, não se referem ao tema chave ligado às Comunidades Tradicionais e as Comunidades de Conhecimento Ecológico Local.

Figura 6: Lista dos 10 Autores que mais publicam na base de dados da *Scopus*

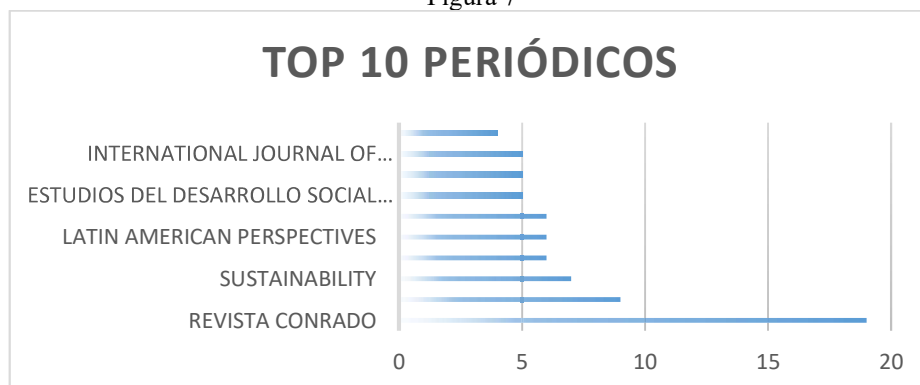


Fonte: Dados *Scopus*, construção dos autores.

Verifica-se que entre os 10 (dez) autores que mais publicam em âmbito mundial, há 2 (dois) autores brasileiros, Alcântara e Sampaio, que disseminam o tema do Bem Viver no Brasil, com pesquisas e publicações de relevância.

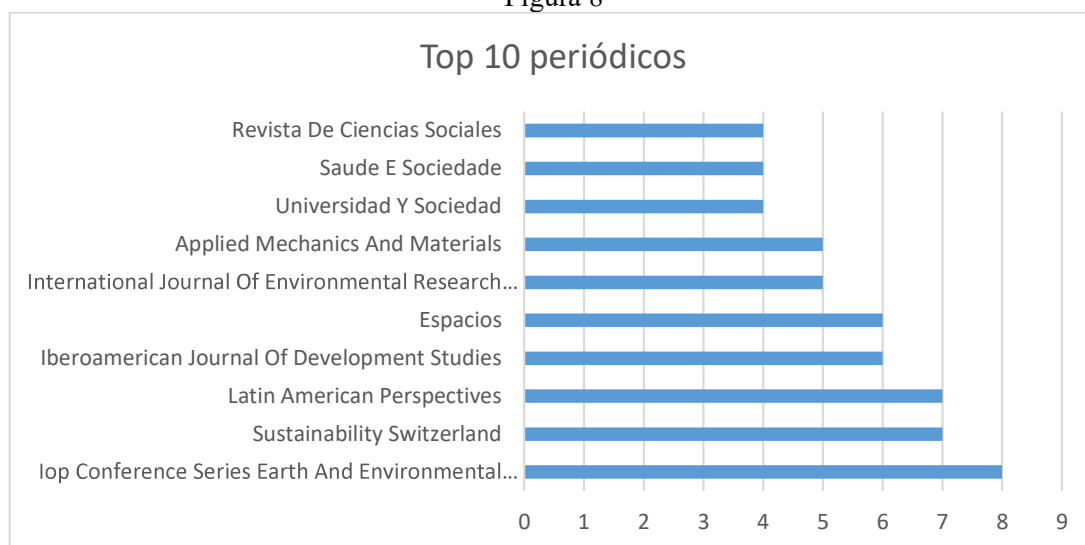
No decorrer dessa pesquisa, analisou-se o número de periódicos com publicações relacionadas ao Bem Viver nas bases de dados eletrônicas da *Scopus* e *Web of Science*, observem as Figuras 7 e 8:

Figura 7



Fonte: Dados *Web of Science*, construção dos autores

Figura 8



Fonte: Dados *Scopus*, construção dos autores

Em análise aos periódicos que publicam sobre o tema Bem Viver verificou-se que o *Iberoamerican Journal of Development Studies*, *Applied Mechanic and Materieals*, *Universidad y Sociedad*, *Latin American Perspectives* e *International Journal of Environmental Research and Public Health* aparecem nas duas bases de dados, assim, considerou-se quinze (15) periódicos.

A análise das publicações em periódicos indexados nas plataformas *Web of Science* e *Scopus* sobre os temas Comunidades Tradicionais (CT), Conhecimento Ecológico Local (LEK) e Bem Viver (GL) entre os anos de 2010 e 2024 evidencia uma evolução gradual e crescente da produção científica na área. Observa-se um aumento progressivo ao longo do tempo, especialmente, a partir de 2020, o que indica uma maior valorização dessas temáticas no cenário acadêmico internacional e nacional.

Esse crescimento reflete a ampliação do interesse da comunidade científica por estudos que abordam a inter-relação entre os saberes tradicionais e as práticas ecológicas sustentáveis, bem como o impacto dessas dinâmicas no Bem Viver das populações locais. A valorização do conhecimento tradicional e do conhecimento ecológico local, em especial, vem se consolidando como uma vertente fundamental para pesquisas interdisciplinares, incluindo áreas como ciências ambientais, antropologia, ecologia e políticas públicas. Esse avanço pode estar relacionado ao reconhecimento da importância do conhecimento tradicional na formulação de estratégias de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, em conformidade com agendas globais.

Apesar do crescimento da produção acadêmica sobre CT, LEK e GL, a escassez de estudos que combinem os três eixos temáticos demonstra a necessidade de maior integração entre esses campos de pesquisa. Enquanto os estudos sobre CT e LEK têm sido mais frequentes nas bases de dados analisadas, a abordagem do Bem Viver (GL) ainda se apresenta de forma incipiente e dispersa. Essa lacuna sugere um espaço promissor para futuras investigações que busquem compreender como as comunidades tradicionais aplicam seus conhecimentos ecológicos para promover modos de vida sustentáveis alinhados ao Bem Viver.

A importância de pesquisas indexadas em bases de alto impacto, como *Web of Science* e *Scopus*, reside na ampliação do alcance e da credibilidade dos estudos, promovendo uma maior visibilidade das pautas relacionadas às Comunidades Tradicionais e Comunidades de Conhecimento Ecológico Local e Bem Viver. Além disso, a disseminação científica desses temas fortalece o reconhecimento acadêmico da relevância dos saberes ancestrais na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento convencional, promove diálogos transdisciplinares e contribui para políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

Dessa forma, o crescente volume de publicações entre 2010 e 2024 reflete não apenas o avanço na produção do conhecimento acadêmico sobre os temas, mas também a necessidade contínua de expansão dessas pesquisas para preencher lacunas teóricas e práticas que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável e o Bem Viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, percebeu-se que Bem Viver está relacionado à resiliência, emancipação humana, interconectividade, a ligação entre homem e natureza, questões éticas e o desenvolvimento de estratégias inclusivas, sustentáveis, democráticas, econômicas. Como alternativa ao projeto hegemônico, parte-se da “possibilidade de se imaginar outros modos de vida possíveis” (Sampaio *et al.*, 2022, p. 170) no mundo, com base em “uma filosofia de vida cujo valor fundamental está conectado ao bem maior de preservação da natureza e ao direito das comunidades de viverem de acordo com suas tradições” (Alcântara *et al.*, 2017, p. 69).

Entendido como filosofia de vida, viver em plenitude, viver melhor ou modelo ao desenvolvimento o Bem Viver, tem como objetivo a construção de uma sociedade sociodiversa, que respeita os valores e os saberes territoriais, baseada na democracia, justiça social, inclusão e solidariedade, que respeite a dinâmica da natureza, tornando ambas, sociedade e natureza, resilientes.

As Comunidades e os Povos, com seus conhecimentos tradicionais e conhecimento ecológico local, constituem-se em saberes e práticas de convivência coletiva e com a natureza que contém aprendizados a serem assimilados pelos modos de vida urbanos, homogeneizados. Aliás, quando se refere às crises estruturais, sejam climáticas e de desigualdades sociais, referem-se à vida das cidades. Diante de tal importância, há que ampliar os avanços das políticas e leis que resguardecem os valores dos modos de vida de Comunidades Tradicionais e Povos Originários.

Com a aplicação do método bibliométrico sobre os temas Bem Viver, Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local, tornou-se possível a sistematização do material. A dimensão das pesquisas e das publicações nas temáticas, no âmbito internacional e nacional, no marco temporal proposto (2010-2024), bem como o alcance e a difusão do conteúdo, os precursores, demonstrou um caminho para novas possibilidades de estudos, sobretudo, no Brasil. Pesquisas sob tal perspectiva são essenciais, para construir alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico e avançar em propostas de desenvolvimento mais humano e sustentável, com a participação efetiva das comunidades.

O Bem Viver é o conhecimento oriundo das Comunidades Tradicionais e do Conhecimento Ecológico Local, que constituem temáticas de relevância a serem debatidas e compreendidas na sociedade, sobretudo, nas Universidades brasileiras. Relevante porque a ciência precisa se dar conta que a realidade se torna visível na comunidade. Ou seja, é o espaço concreto da vida, onde de fato ela ocorre. Na maioria das vezes, o academicismo produtivista ignora a comunidade.

A comunidade não desperta interesse à lógica hegemônica, a comunidade não quer escala de produção, ela quer Bem Viver, pois na sua gênese, nos seus valores, propícios desde a sua constituição, interessa para a comunidade que está ligada à produção e à reprodução da vida em harmonia com a natureza. O que é importante, o que possui visibilidade e, realmente, interessa é um projeto de desenvolvimento equilibrado, harmônico.

O conhecimento identificado em uma comunidade, ainda, que os territórios sejam geograficamente pequenos, cada um à sua maneira encontra uma alternativa e que na maioria das vezes podem apresentar padrões comuns. Daí a importância da ciência, da academia aprender a aprender esse local, esses lugares, mas para isso precisam se tornar unidades de análises de pesquisa científicas, e não serem simplesmente ignorados pela lógica hegemônica da acadêmica, ligada à lógica de mercado e do consumismo.

Estudos de casos de Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local, além de descreverem suas particularidades, onde se encontra riqueza de informação, poderiam

fazer referências a outros estudos, sejam comparativos ou não, incorporando quando possível, dados quantitativos, pois estes qualificam ainda mais a pesquisa.

Precisa se dar conta que o método científico necessita ser desafiado. Quando o instrumental científico não possui ferramenta adequada para compreender certo fenômeno, não deveria simplesmente dizer que ele não existe, mas considerar a possibilidade que ainda não há uma racionalidade devidamente explícita. A dimensão tácita do conhecimento não deve ser ignorada. Ela deveria “acender a chama” da curiosidade científica e aprofundar as análises em novas perguntas, tais como: Em que medida o Bem Viver pode cooperar para o empoderamento dos moradores das Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local? Como os saberes das Comunidades Tradicionais e de Conhecimento Ecológico Local podem contribuir como alternativa para o enfrentamento da lógica hegemônica, na busca do Bem Viver? Quais os principais fatores que interferem no Bem Viver junto às comunidades ribeirinhas? Como se dá o diálogo entre os conceitos de conhecimento tradicional, conhecimento ecológico local e Bem Viver?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. ‘Bem Viver’ como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, abr. 2017. p. 231-251. DOI. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566> . Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566>. Acesso em: 17 ago. 2017.

ALCÂNTARA Liliane Cristine Schlemer.; GRIMM, Izabel.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce.; MANTOVANELLI JR, O.; FEUSER, S.; GARCIA, M. Bem Viver: discussões teórico conceituais. **Revista Pensamiento Actual**, 17(28), 2017. p. 66-77.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer. Bem Viver ou vida em plenitude: tecendo a teia da existência. In: SQUAREZI, Sandro Benedito (org.). **Ambiente e sociedade no Brasil central: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional**. 2 ed. e-book, São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora Unemat, 2019, *e-book*. ISBN 978-85-7843-922-4 (Editora Oikos). ISBN 978-85-7911-202-7 (Editora UNEMAT)

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 53, jan./jun. 2020. p. 78-101. DOI: [10.5380/dma.v53i0.62963](http://dx.doi.org/10.5380/dma.v53i0.62963). ISSN 2176-9109.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; VÁSQUES-CARRANZA, Luz Marina. Bem viver e pós-desenvolvimento: a desconstrução do imaginário colonialista das comunidades afrolimonenses da Costa Rica. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 14, 2024. p. 233–254. DOI: [10.24302/drd.v14.5102](http://dx.doi.org/10.24302/drd.v14.5102). Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5102>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ALMEIDA, L. S.; COTA, A. L. S.; RODRIGUES, D. F. Saneamento, arboviroses e determinantes ambientais: impactos na saúde urbana. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, out. 2020. p. 3857-3868. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SYkNjBXG7JMCJxCjshr7sLB/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BAPTISTA, C. P. B. **O conhecimento ecológico local e a percepção ambiental de uma população de pescadores do Rio Grande do Sul**, São Leopoldo/RS, 91 f. (tese de doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Biologia, 2011.

BARRETTO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: Adams, C.; Murrieta, R.; Neves, W. (org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 109–143.

BERKES, F. **Sacred Ecology-Traditional Ecological Knowledge and resource management**. Philadelphia: Taylor & Francis, 1999.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, v. 10, 2000. p. 1251-1262.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOFF, L. **Constitucionalismo ecológico na América Latina**. 2013. Disponível em <http://leonardoboff.wordpress.com>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BOLÍVIA. **Constitución política del estado plurinacional de Bolívia**. Bolívia, 2009.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

CALEGARE, M. G. A; HIGUCHI, M. I. G; BRUNO, A. C. S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 3, jul.-set. 2014, p. 115-134. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2021.

Carta de São Luís do Maranhão, dezembro de 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/L6D00069.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

CARVALHO, Andressa Veras de; MACEDO, João Paulo. **Povos e comunidades tradicionais: revisão sistemática da produção de conhecimento em psicologia**. *Psicol. teor.*

prat. [online]. vol.20, n.3, 2018, p.198-215. ISSN 1516-3687. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v20n3p198-215>. Acesso em 14 mai. 2021.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. Conhecimento ecológico local e o segredo da sustentabilidade ambiental: saberes, práticas e relações ecológicas. **Revista Educação Pública**, ISSN: 1984-6290, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/26/conhecimento-ecologico-local-e-o-segredo-da-sustentabilidade-ambiental-saberes-praticas-e-relacoes-ecologicas>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CUNHA, E. V.; SOUSA, W. J. R. O bem viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. **R. Katál.**, Florianópolis, v.26, n. 2, p. 321-332, maio-ago. 2023. ISSN 1982-0259. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e91555>. Acesso em: 30 jan. 2025.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, Daniella Maria Santos. O direito à moradia digna e a eficácia dos direitos fundamentais sociais. **Revista Eletrônica do CEAf**. Porto Alegre - RS. Ministério Público do Estado do RS. vol. 1, n.1, out. 2011-jan. 2012.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos: *In*: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB/USP, 2000. p. 1-46.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade 4).

ECUADOR: Asamblea Constituyente. **Constitución de la República del Ecuador**. Registro Oficial 449. Montecristi - Ecuador: p. 15-131, 2008.

ELLEN, R.; HARRIS, H. Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature: a critical assessment. *In*: EAST-WEST ENVIRONMENTAL LINKAGES NET WORKSHOP, 3., 1996, Canterbury. **Proceedings...** Canterbury, 1996.

GILCHRIST, G; MALLORY, M.; MERKEL, F. Can Local Ecological Knowledge contribute management? Case studies of migratory. **Ecology e Society**, v. 10, n. 1, 20, 2005.

GUDYNAS, E. & ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, 16(53), 2011. p. 71-83. Disponível em: <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasAcostaCriticaDesarrolloBVivirUtopia11.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2025.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. El bueno vivir: la (re)creación del pensamiento del **PYDLOS**. Cuenca: Ecuador, 2012.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], n. 48, 2014. p. 25-40, DOI: 10.17141/iconos.48.2014.1204. Disponível em: <https://iconos.flacsoandes.edu.ec/index.php/iconos/article/view/1204>. Acesso em: 10 abr. 2024.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Orto y ocaso del Buen Vivir en la planificación nacional del desarrollo en Ecuador (2007-2021). **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 78, fev. 2018. p.37-54. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14201/alh2018783754>. Acesso em: 10 out. 2020.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Deconstrucción y genealogía del “buen vivir” latinoamericano: El (trino) “buen vivir” y sus diversos manantiales intelectuales. **International Development Policy**, Geneva, n. 9, set. 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/poldev/2517>. Acesso em: 20 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas>. Acesso em: 12 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf. Acesso em: 23 jun. 2016.

ISLAS, Camila Alvez; BEHLING, Greici Maia; SCHNORR, Samuel Molina. Conhecimento ecológico local e educar pela pesquisa: bases para um ensino de ciências contextualizado. **Ensino em Re-Vista**, [S.l.], v. 25, n. 2, 2018. p. 506–525. DOI: [10.14393/ER-v25n2a2018-13](https://doi.org/10.14393/ER-v25n2a2018-13). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/43263>. Acesso em: 10 abr. 2024.

JACQUES, Flávia Verônica Silva. O “buen vivir” e a construção de uma nova sociedade. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 23, n. 3, jan. 2021. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8481>. Acesso em: 10 abr. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i3.8481>.

JORGE, Wanda. **Periferia e favelização avançam nas grandes cidades da América Latina**. *Cienc. Cult.* [online]. 2005, vol.57, n.2, pp. 9-12. ISSN 2317-6660. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2018.

LEROY, J. P e MEIRELES, J. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. *In*: PORTO, M.F., PACHECO, T., e LEROY, J.P., comps. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p 115-131. ISBN 978-85-7541-576-4. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415764>.

LITTLE, P. E. Etnoecologia e direito dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. *In*: LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002. p. 39-48.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2014). **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: Superintendência de Comunicação Integrada, Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, v. 1. ISBN: 978-92-2-824257-7 Disponível em: http://portal.iphhan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Perspectiva Global Reportagens Humanas. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/07/1834411>. Acesso em 18 fev. 2025.

PASTERNAK, S.; D’OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da leitura territorial do censo de 2010. *In*: Dossiê: políticas públicas e formas de provisão de moradia. **Cad. Metrópole**, 18, Jan.-Abr. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3504>.

PASTERNAK, S.; BÓGUS L. M. M. Favela: o desafio de morar na metrópole paulistana. *In*: Dossiê: mobilidade urbana e equidade, **Cad. Metrópole**, 26 (60), maio/ago., 2024, DOI <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6019>.

PIRELLI, M. A. S.; “Conhecimento tradicional” e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas kaioiwá/guarani. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, 2008. p. 381-96. DOI <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000300002>.

PIZZINATO, A.; GUIMARÃES, D. S.; LEITE, J. F. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39 (n.spe), e032019, 2019. p. 3-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000032019>. Acesso em: 21 mar. 2022.

RAVELLI, A. P. X.; FERNANDES, G. C. M.; BARBOSA, S. F. F; SIMÃO, E.; SANTOS, S. M. A; MEIRELLES, B. H. S. A produção do conhecimento em enfermagem e envelhecimento: estudo bibliométrico. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Jul-Set, 18(3), 2009. p. 506-12. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-07072009000300014>. Acesso em: 10 Abr. 2022.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

RUDDLE, K. Systems of knowledge: dialogue, relationships and process. **Environment, Development and Sustainability**, v. 2, n. 3-4, 2000. p. 277-304.

SÁEZ, O. C. Prometeo de pie: alternativas étnicas y éticas a la apropiación del conocimiento. **Ensayos e Investigaciones-Cuadernos de Bioética**, Buenos Aires, 2001. p. 1-15. Disponível em: <http://www.bioetica.org/cuadernos/enscons17.htm>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SÁEZ, O. C. Ciência amazonica: notas para um estudo crítico de los saberes nativos. **Soma Interazioni Terapeutiche e Antropologia Médica**, Genova, v. 3, 1998. p. 1-7.

SAMPAIO, C. A. C; ALCANTARA, L. C. S; VIEIRA, P. H. Bem Viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-covid-19. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 59, Jan./jun. 2022. p. 162-181. DOI: [10.5380/dma.v59i0.74145](https://doi.org/10.5380/dma.v59i0.74145) e-ISSN 2176-9109.

SANTILLI, J. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. Ricardo, F. (org.). **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, 2004, p. 42-49.

SANTOS, A. J. D.; ARAÚJO, A. A. R.; BARROS, R. F. M. de; SILVA, P. R. R. Conhecimento ecológico local de trabalhadores rurais sobre moscas-das-frutas em área comercial de cajá (*Spondias mombin* L.) no Nordeste brasileiro. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. e3653, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.3-270. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/3653>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SARLET, Ingo Wolfgang; ZOCKUN, Carolina Zancaner. Notas sobre o mínimo existencial e sua interpretação pelo STF no âmbito do controle judicial das políticas públicas com base nos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 3, n. 2, maio/ago. 2016. p. 115-141. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.46594>.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPIR. **O que são Povos e Comunidades Tradicionais**. 2015. Disponível em: <http://seppir.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SHIRAISHI NETO, J. (org.). Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007, p. 09-17.

USHER, P. J. Traditional Ecological Knowledge in Environmental Assessment e Management. **Artic**, v. 53, n.2, 2000. p.183-193.

VASCONCELOS. Lia. Urbanização – metrópoles em movimento. In: **Revista Desafios do desenvolvimento** - IPEA. ano 3, 22 ed., 2006. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=994:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 21 ago. 2018.

VASCONCELOS. L. C. S. **A dinâmica da mobilidade urbana: avanços, contradições e desafios em Cuiabá e Várzea Grande – MT**. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2018.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MANUSCRITO II

ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA COMUNIDADE SÃO GONÇALO BEIRA RIO: OS DESAFIOS PARA MANUTENÇÃO DA TRADIÇÃO

RESUMO

O Bem Viver é uma filosofia de vida que apresenta a integração do ser humano e a natureza, prima pela vivência comunitária, respeitosa e harmoniosa com o meio ambiente, constante na interação e prática que os Povos e Comunidades Tradicionais têm com o seu meio, a partir de uma ética da suficiência para toda a comunidade e não da subjetividade. As comunidades de Conhecimento Tradicional são conhecidas como guardiãs da cultura, da diversidade dos conhecimentos, saberes e práticas tradicionais, deste modo, o estudo tem o objetivo de analisar a Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio e seus desafios para a manutenção da tradição, na perspectiva do Bem Viver e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A metodologia é estudo de caso que inclui pesquisa de campo com entrevista, observação participante, aplicação da matriz de indicadores do Bem Viver de Alcântara e Sampaio (2019; 2020) e análise de conteúdo temática (Bardin, 2016). Conclui-se que a associação através da autogestão, solidariedade e sustentabilidade, propõe atividades que visam à transformação, resistência cultural e inovação social, oferecendo lições valiosas sobre como as práticas tradicionais e o desenvolvimento sustentável podem ser integrados para promover o bem-estar coletivo, contribuindo para uma sociedade mais humana, equitativa e sustentável.

Palavras-chave: associação, conhecimento tradicional; Bem Viver; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

INTRODUÇÃO

O Bem Viver é uma filosofia de vida, cosmologia ou modelo de desenvolvimento que se fundamenta na construção de uma sociedade melhor, promovendo inclusão, solidariedade e justiça social (Alcântara; Sampaio, 2017, 2019). Influenciado pela cosmologia indígena da região andina, o Bem Viver remete às noções de Sumak Kawsay ou Suma Qamaña (Alcântara, 2019; Alcântara; Sampaio, 2020; Alcântara; Hidalgo-Capitán, 2014; Jacques, 2020; Vásquez-Carranza, 2024). Essa abordagem valoriza a interconexão entre todos os elementos da vida e busca o bem-estar coletivo, em contraste com a visão ocidental centrada no consumismo e no crescimento econômico a qualquer custo.

O presente estudo tem o escopo de analisar a Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio e seus desafios para a manutenção da tradição, na perspectiva do Bem Viver e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Trata-se de associação que está inserida no município de Cuiabá no Estado de Mato Grosso, em Comunidade de Conhecimento Tradicional. O Conhecimento Tradicional é transmitido de geração em geração, mantendo continuidade histórica devido à tradição e à experiência (Baptista, 2011; Berkes, 1999; Berkes *et al.*, 2000; Diegues, 2000; Roué, 2000; Usher, 2000). O ponto que direcionou o estudo foi a especificidade da associação a partir da interação de sua presidente, com o meio externo e a forma de tratamento das atividades que desenvolvem, as técnicas, a autogestão e a sustentabilidade, para alcançarem o objetivo comum que é promoção do interesse coletivo da associação para a manutenção da tradição na confecção da cerâmica, na perspectiva do Bem Viver.

A opção é trabalhar numa perspectiva mais progressista, que se aproxima do pós-desenvolvimentismo, que não se aprofunda nos princípios da ciência econômica. Por outro lado, produz uma reflexão interdisciplinar relacionada às externalidades negativas oriundas da lógica hegemônica de crescimento e desenvolvimento econômico, a partir de novas alternativas epistemológicas que se ocupam de um diálogo mais equilibrado e harmônico com a natureza e a coletividade.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se conectam com as Comunidades Tradicionais e o Bem Viver ao promoverem um desenvolvimento que valorize a sustentabilidade, a inclusão social e a diversidade cultural, respeitando os modos de vida locais. Os ODS que fazem parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, com o objetivo de erradicar a pobreza em todas as suas formas e promover a paz e a justiça (ONU, 2015). Os ODS podem refletir e influenciar a associação de diversas maneiras, bem como ajudar a alinhar suas atividades com metas globais de desenvolvimento sustentável e a promover práticas mais responsáveis e inclusivas, para melhoria de vida e do interesse coletivo.

O conceito de Bem Viver, inspirado em cosmovisões indígenas e filosofias comunitárias, propõe um equilíbrio entre ser humano, natureza e coletividade, o que dialoga diretamente com os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Nas comunidades, essa conexão se manifesta por meio do fortalecimento das economias locais, do respeito aos saberes tradicionais e da construção de políticas participativas que garantem uma vida digna e a justiça social para todos, integrando práticas sustentáveis e solidárias que promovem um futuro mais justo e equilibrado.

É importante buscar outras coletividades, como as associações, para que nos mostrem a desconstrução do viés hegemônico do capital e da exploração, com diálogo e mudança para a

diminuição das desigualdades sociais e a pobreza, com a busca de novas estratégias ao desenvolvimento econômico.

Transformação social, cultural, tradição e saberes possuem uma multiplicidade de aspectos que permeiam e podem se materializar em forma de empreendedorismo. Pensa-se nas formas de associação e sociabilidade que caracterizam em coletivos e se mobilizam em prol do bem comum, com a solidariedade e serviços que visam à transformação social e manutenção da tradição.

Metodologicamente, trata-se de estudo de caso com pesquisa de campo e observação, no qual fez-se entrevistas com a presidente e os três (3) membros da associação. Posteriormente, foi realizada a entrevista de profundidade com a presidente da associação, aplicou-se o formulário qualitativo de coleta de dados adaptado para a realidade da associação entrevistada (Sampaio; Brasil, 2008). Após as entrevistas, realizou-se a aplicação da Matriz de indicadores do Bem Viver de Alcântara e Sampaio (2019, 2020) com análise de conteúdo temático (Bardin, 2016) e, em seguida, fez-se o alinhamento com os ODS.

Os resultados revelam a importância da pesquisa por oferecer lições valiosas sobre como as práticas tradicionais e o desenvolvimento sustentável podem ser integrados para promover o bem-estar coletivo. Tais lições contribuem para uma sociedade mais humana, equitativa e sustentável para a associação por meio da autogestão, da solidariedade e de atividades que visam a transformação, a resistência cultural e a inovação social.

1 BEM VIVER

O Bem Viver (BV) é uma filosofia de vida, cosmologia ou modelo ao desenvolvimento, e tem como princípio basilar a construção de uma sociedade melhor, com um novo rumo, inclusão, solidariedade e justiça social (Alcântara, 2019; Alcântara; Sampaio, 2020; Alcântara; Vásquez-Carranza, 2024; Hidalgo-Capitán, 2014; Jacques, 2020). Sofre influência da cosmologia indígena da região andina, remete à proposta de *Sumak Kawsay* ou *Suma Qamaña* e está presente nas Constituições do Equador (2008), da Bolívia (2009), cuja concepção acadêmica é considerada nova, uma vez que surgiu a menos de uma década (Alcântara, 2019; Hidalgo-Capitán, 2014).

O BV aborda a integração do ser humano e a natureza, prima pela vivência comunitária, respeitosa e harmoniosa com o meio ambiente, constante na interação e na prática que os Povos e as Comunidades Tradicionais têm com o seu meio, a partir de uma ética da suficiência para toda a comunidade e, não individualmente. O BV “é entendido como um

paradigma que compreende um espaço-temporal comum, no qual podem conviver distintas ontologias na construção de uma interculturalidade que aponte ‘alternativas ao desenvolvimento’” (Alcântara; Sampaio, 2017, p. 235).

Para Gudynas e Acosta (2011, p. 103) o BV se apresenta “como uma oportunidade para construir outra sociedade sustentada na convivência do ser humano em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos valores culturais existentes em cada país e no mundo”. Nesta direção, Alcântara e Sampaio (2017) afirmam que o BV se relaciona à melhoria da vida das pessoas com o acesso à alimentos, moradia, trabalho, ócio, relações familiares, meio ambiente etc., com o intuito de desenvolver estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática para se buscar a igualdade e a justiça social, cujo tema deve ser tratado como compromisso de mudança.

O Bem Viver ou *Bien Vivir* entrelaça-se com as questões éticas, de emancipação humana, da vivência estreita do homem e a natureza, bem como a promoção do desenvolvimento de estratégias inclusivas, sustentáveis, democráticas, econômicas, que possibilitam a ampliação e o fortalecimento do debate, como alternativa ao projeto hegemônico (Quijano, 2014).

Para Tybusch e Silva (2022, p. 631):

há países da América Latina que têm aplicado, em suas legislações e decisões judiciais, os princípios da filosofia do Bem-Viver e que têm dado passos firmes rumo à concretização de uma democracia plena e em harmonia com a natureza. Assim, tais países não têm apenas sonhado com bons-viveres democráticos e em harmonia com a natureza, mas também construído pontes para a consolidação de meios alternativos de vida.

O BV converge para uma visão coletiva e democrática. Sustenta-se na necessidade de dar respostas ao modelo hegemônico vigente, no qual as pessoas e a natureza estão a serviço do mercado e da economia, ou seja, meios alternativos de vida. O BV funciona como alternativa ao desenvolvimento mais humanizado, pautado no respeito ao ser humano e as suas necessidades fundamentais, em comunhão com a natureza, priorizando uma vida harmônica, sustentável, sadia, adequada e inclusiva, para a diminuição das desigualdades e da pobreza em todas as dimensões: social, cultural, econômica, entre outras (Krenak, 2020; Pereira; Zitzoski, 2024; Quijano, 2014).

Alcântara e Sampaio (2019, 2020) propuseram a matriz de indicadores do BV esperando que a

aplicação da matriz nas comunidades possa levar à formulação de políticas públicas concretas organizadas nos próprios territórios, emancipatórias e promotoras de direitos sociais, no que diz respeito a questões éticas e educacionais, saúde, valorização de formas de vida tradicionais, economia social e solidária, relações de gênero, geração de trabalho e renda e outras. (Alcântara; Sampaio, 2020, p. 97)

A matriz de indicadores do Bem Viver elaborada por Alcântara e Sampaio (2019, 2020), é organizada em três dimensões fundamentais: pessoal (harmonia consigo mesmo), social (harmonia com a comunidade integral) e integral (harmonia com a natureza). E, ainda, é estruturada por 17 indicadores, que abrangem diversos elementos como: habitação, trabalho, educação, saúde, pertencimento, família, segurança, religião e convicção, emoções, tempo livre e cultura, tomada de decisão, recursos materiais, relações de gênero e juventude, tecnologias de informação e comunicação, fatores produtivos, participação e meio ambiente.

A aplicação da Matriz do BV para Alcântara e Sampaio (2019, 2020) é de extrema importância, uma vez que se trata de uma ferramenta que proporciona uma abordagem holística e integrada para avaliar a melhoria de vida das comunidades, como a promoção do desenvolvimento sustentável, por exemplo. A matriz considera não apenas o individual, mas também, o social e o ambiental, sendo crucial para as comunidades que levem em conta além dos aspectos econômicos, os sociais e os ambientais, assim como, a identificação de necessidades e de prioridades. A matriz permite, também, identificar as necessidades e as prioridades específicas das comunidades, ajudando a direcionar recursos e esforços para áreas que mais necessitam de atenção, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, lazer e entre outros.

A filosofia do Bem Viver é “a articulação entre os direitos à terra, à água, à natureza em harmonia com as culturas locais, à dignidade e à vida” (Santana; Magalhaes, 2022, p. 609). E “nos convida a pensar em novos modelos de vida e relações mais orientadas para o respeito, a justiça, a solidariedade e a paz” (Santana; Magalhaes, 2022, p. 615).

O Bem Viver, ao envolver as comunidades, promove o engajamento coletivo e comunitário, capacita os residentes a participarem ativamente na identificação de problemas e na busca por soluções que promovam o bem comum coletivo. A matriz do BV pode fornecer subsídios claros e mensuráveis que podem ser utilizados para monitorar e avaliar o progresso ao longo do tempo, o que permite acompanhar o impacto das intervenções e políticas implementadas nas comunidades; e tomada de decisões informadas: com base nos resultados da aplicação da matriz do BV, os gestores públicos, líderes comunitários e demais envolvidos podem tomar decisões mais pontuais e estratégicas para promover o BV das populações locais.

Assim, a aplicação da matriz do BV para Alcântara e Sampaio (2019, 2020) pode contribuir, significativamente, para o desenvolvimento coletivo, a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento das comunidades, ao considerar de forma integrada as dimensões pessoal, social e integral do viver bem, ou seja, uma alternativa ao desenvolvimento hegemônico, a partir do conhecimento ancestral dos povos indígenas.

2 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são 17 (dezessete) objetivos globais estabelecidos em setembro de 2015, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, durante a Cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) para tratar sobre Desenvolvimento Sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram implementados de 2000 a 2015, sucedidos pelos ODS que fazem parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. É um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, com o objetivo de erradicar a pobreza em todas as suas formas e promover a paz e a justiça (Lavall; Olsson, 2019).

Segundo Martins *et al.* (2024, p.2), o ponto central da Agenda 2030 é a condição estabelecida no lema “para além da integralidade dos objetivos, está o princípio transformador central de ‘Não deixar ninguém para trás’ (*Leaving No One Behind* – LNOB)”. Esse lema se transfigura na importância de garantir que todas as pessoas se beneficiem do desenvolvimento, independentemente, de renda, etnia, gênero, dentre outros aspectos. Neste sentido, Moreira *et al.* (2019, p.23) considera que a Agenda 2030 é,

uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que propõe um pacto global em prol do desenvolvimento sustentável. Seu principal intuito é garantir o desenvolvimento humano e o atendimento às necessidades básicas do cidadão por meio de um processo econômico, político e social que respeite o ambiente e a sustentabilidade.

O papel dos ODS na sociedade é multifacetado e pluridimensional, isto é, servem como um guia para os países desenvolverem políticas e estratégias que promovam o desenvolvimento sustentável, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais (Lavall, Olsson, 2019). Do mesmo modo, Martins *et al.* (2024, p. 2) formula que “a implementação da Agenda 2030 exige a sua adoção em todos os níveis governamentais, bem como a identificação de indicadores para o monitoramento local. Isso significa que os ODS precisam ser traduzidos localmente em objetivos e metas concretas e relevantes”. Além disso, os ODS incentivam a colaboração entre diferentes setores da sociedade, incluindo governos, empresas, organizações

não governamentais, como é o caso das associações estudadas e cidadãos, para alcançar as metas estabelecidas. Nesse sentido, Moreira *et al.*, (2019, p.23) afirma que a

Agenda é distribuída por 17 Objetivos – os ‘ODS, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável’ – compostos por 169 metas que devem ser cumpridas até o ano de 2030. Ampla, diversificada e demandando a interação de suas metas, tal proposta envolve uma diversidade de campos de atuação que transitam pela erradicação da pobreza e da fome; saúde e bem-estar; educação; igualdade de gênero; acesso à água potável e saneamento; energia limpa; trabalho decente; crescimento econômico sustentável; redução das desigualdades sociais; sustentabilidade da vida; inovações em infraestrutura; consumo responsável; cidades saudáveis; responsabilidade climática; redução das desigualdades; instituições eficazes; e paz social.

Ao promover uma visão global comum e objetivos claros, os ODS visam criar um futuro mais sustentável e equitativo para todos, o que garante o desenvolvimento presente para que não comprometa as necessidades das futuras gerações. Neste cenário, a maior prioridade é “o fim da pobreza em todas as suas formas e dimensões, por sua vez, recebe o *status* de o maior desafio global é pressuposto para o desenvolvimento sustentável” (Lavall, Olsson, 2019, p. 58).

Ainda sobre as reflexões acerca dos ODS, Martins *et al.*, (2024, p. 3), pontua que

Entre as novidades trazidas pela Agenda 2030, destacam-se a visão holística do processo de desenvolvimento e o seu enfoque no combate às desigualdades. De fato, ao propor 17 objetivos integrados e indivisíveis, a Agenda 2030 agrega características inéditas aos acordos globais para o desenvolvimento. Essa nova visão implica enxergar e lidar com os diferentes objetivos traçados como partes interligadas que buscam o equilíbrio das dimensões econômica, social e ambiental, considerados os pilares do desenvolvimento sustentável.

Importante destacar que Cabral e Gehre (2020), a partir de estudos críticos sobre a Agenda 2030, sugerem um conjunto de outros objetivos, entre eles ODS 18 - “Promover a igualdade racial a partir do enfrentamento a todos os tipos de racismo”, ODS 19 - “Arte, Cultura e Comunicação” e ODS 20 - “Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais”, que emergem como propostas fundamentais no contexto de “Reimaginando a Agenda 2030”, no Brasil.

No cenário atual do Brasil e do mundo, onde as desigualdades sociais e raciais são exacerbadas por crises políticas e ambientais, a implementação destes ODS se torna ainda mais urgente. A inserção dos ODS 18, 19 e 20 na agenda de políticas públicas não apenas atende a uma necessidade emergente de justiça social, mas também contribui para a construção de sociedades mais resilientes e sustentáveis.

Ao promover a diversidade cultural e étnica, o Brasil reafirma seu compromisso com os direitos humanos e se posiciona como um líder regional na promoção de práticas que respeitam e valorizam a diversidade, alinhando-se aos esforços globais para a erradicação da pobreza, das desigualdades sociais e a promoção do desenvolvimento sustentável. Essa abordagem holística não apenas beneficia as comunidades diretamente afetadas, mas também enriquece o tecido social brasileiro e mundial como um todo. Ao reimaginar a Agenda 2030 (Cabral; Gehre, 2020) o Brasil tem a oportunidade de liderar um movimento significativo em direção à inclusão e à equidade, servindo como modelo para outros países que lutam contra as mesmas questões globais.

Os ODS e as metas são “integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (ONU, 2015, p.1). Isto é, economicamente sustentável, sendo capaz de produzir bens e serviços de forma equilibrada, mantendo “níveis administráveis de dívida interna e externa, e evitar desequilíbrios setoriais extremos, capazes de prejudicar a produção agrícola ou industrial” (Lavall; Olsson, 2019, p. 59).

A dimensão economicamente sustentável voltada para associações refere-se à capacidade dessas organizações de operar de maneira financeiramente viável, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento econômico de suas comunidades, com geração de renda. Empreendedorismo e inovação possibilitam a criação de novos negócios e iniciativas que atendam às necessidades locais, tais como: a criação de redes de comercialização ou parcerias locais; a busca de fontes diversificadas de fomento; o desenvolvimento local, as iniciativas que fomentem a economia da região/local, como feiras, eventos e projetos comunitários que atraem investimentos e visitantes (Harris *et al.*, 2001; Lavall; Olsson, 2019).

A dimensão da sustentabilidade social, é assegurada quando há equidade na distribuição de renda e de oportunidades, bem como a oferta adequada de serviços sociais, incluindo alimentação, saúde, educação, moradia e a promoção de uma participação política ativa. Numa abordagem coletiva fala-se em desenvolvimento humano, no sentido de ampliação de capacidades individuais (Harris *et al.*, 2001; Lavall; Olsson, 2019; Sen., 2000).

Voltando o olhar para as associações, a sustentabilidade social é compreendida como a capacidade de promover a justiça social, a equidade e a melhoria da qualidade de vida para seus membros. Dito de outra maneira, o acesso igualitário a recursos e oportunidade; fortalecimento da participação comunitária, a partir de um ambiente democrático e inclusivo; desenvolvimento de capacidade com acesso a capacitação e o treinamento de seus membros; rede de solidariedade e apoio mútuo, fortalecendo os laços sociais e o senso de comunidade.

Por fim, a dimensão de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento sustentável trata-se da importância de conservar e proteger os recursos naturais e os ecossistemas, assegurando que as ações humanas não prejudiquem a capacidade do planeta de sustentar a vida. Destaca-se nessa perspectiva a necessidade de preservar a biodiversidade, a qualidade dos recursos hídricos e atmosféricos, e a integridade dos habitats naturais, promovendo um equilíbrio entre a exploração dos recursos e a conservação do meio ambiente (Harris *et al.*, 2001; Lavall; Olsson, 2019).

Na perspectiva da associação, a dimensão ambiental envolve a responsabilidade em promover práticas que protejam o meio ambiente e incentivem a conservação dos recursos naturais, tudo isso a partir da conscientização da comunidade e da sensibilização da preservação ambiental. Bem como, incentivar a adoção de práticas sustentáveis entre os membros, como o uso responsável de recursos, a reciclagem e a redução de resíduos, é essencial para minimizar o impacto ambiental das atividades das associações.

Deste modo, os ODS são de extrema importância tanto para o Brasil quanto para o mundo, pois estabelecem uma agenda global que visa enfrentar os desafios sociais, econômicos e ambientais de forma integrada e sustentável. Eles representam um compromisso global para enfrentar desafios comuns, como a pobreza, a fome, a desigualdade e as mudanças climáticas, promovendo uma abordagem colaborativa para a solução de problemas que afetam a todos indistintamente.

A busca por soluções para alcançar os ODS estimula a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias, inclusive sociais, que podem melhorar a qualidade de vida e a eficiência dos recursos em todo o mundo, sendo a implementação dos ODS crucial para garantir que as gerações futuras tenham acesso a recursos naturais e a um ambiente saudável, promovendo a sustentabilidade do planeta.

3 COMUNIDADE SÃO GONÇALO BEIRA RIO E A ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS³

A Comunidade São Gonçalo Beira Rio, está localizada na zona urbana do município de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, no Brasil, é um dos primeiros povoados do município.

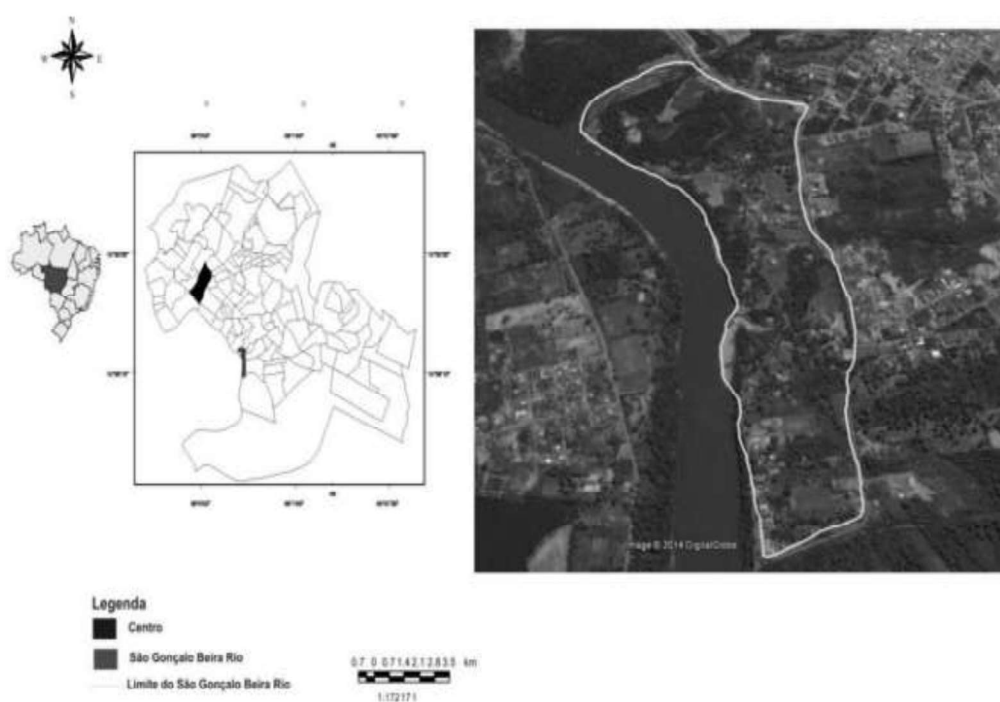
³ Trecho deste manuscrito foi publicado no capítulo de livro MIRANDA, E. B.; OLIVEIRA, V. S.; ALCANTARA, L. C. S.; SGUAREZI, S. B.; BARROS, F. B.; SAMPAIO, C. A. C. Desenvolvimento à escala humana, bem viver por povos e comunidades tradicionais: alternativa frente ao projeto hegemônico de desenvolvimento econômico vigente? In: ZUÑIGA, C. H.; RAMÍREZ, S.; ALCANTARA, L. C. S. **Experiências, vivências y aplicaciones del desarrollo a escala humana: enfoques, metodologías y aplicaciones**. Fundación Manfred Max-Neef, ISBN: 978-956-09908-0-8, Valdivia/Chile, 2023.

De acordo com Alcântara e Duarte (2020, p. 204), esta comunidade “destaca-se por sua notável resistência em cultivar suas tradições culturais”, mesmo que engolida pelo crescimento urbano, mantém suas tradições, sua culinária, seu artesanato e suas danças típicas (Siriri e Cururu).

Considerada o berço de Cuiabá, foi batizada no Século XVII por bandeirantes paulistas. Também, na Comunidade São Gonçalo Beira Rio, foi lavrada a ata de fundação da capital mato-grossense, em 08 de abril de 1719, portanto, é protagonista na história de Mato Grosso (Alcântara; Duarte, 2020; Cuiabá, 2018).

A figura abaixo demonstra a localização da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, no município do Cuiabá/MT:

Figura 1: Mapa de localização do bairro São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá-MT.



Fonte: Vasconcelos (2015)

A 11 quilômetros do centro da capital mato-grossense, localizada à margem esquerda do Rio Cuiabá, a Comunidade São Gonçalo Beira Rio possui cerca de 400 moradores distribuídos entre 100 famílias aproximadamente. Estas famílias lutam ativamente para manter a identidade cultural e as tradições cuiabanas (Romanci, 2005; Vasconcelos, 2015). Para Alcântara e Duarte (2020, p. 210):

No âmbito da cultura local a presença dos índios Coxiponé ficou refletida nos traços dos moradores de São Gonçalo, nas rimas e músicas, na cerâmica, na

pesca, no uso de plantas medicinais, na canoa feita de um tronco de árvore, na benzedeira, nas danças, entre outras tradições cultivadas.

A Comunidade São Gonçalo Beira Rio tem algumas características culturais que se destacam, entre elas, as festas de santo. Alcântara e Duarte (2020, p. 10) afirmam que “entre as tradições orais a dança de São Gonçalo, realizada há mais de 50 anos, contribui para a memória coletiva da comunidade”, além disso, grupos de cururu e siriri, a confecção de artesanato de cerâmica e da viola de cocho, as peixarias que mantêm o comércio de peixes *in natura* e a gastronomia local favorecem a existência da memória coletiva. (Romancini, 2005; Santos, 2009; Vasconcelos, 2015).

Apesar de toda a diversidade cultural, a Comunidade São Gonçalo Beira Rio esteve por muito tempo à margem da sociedade cuiabana, esquecida pelas autoridades públicas, mesmo localizada no centro urbano, ficou por longo período desguarnecida de infraestrutura. Em 1990 com o início da expansão do turismo mato-grossense a comunidade começou a receber irrisória infraestrutura, contudo, seu ápice se deu em 2014, em razão do recebimento dos jogos da Copa do Mundo. Nessa época, efetivamente, foram realizadas obras de infraestrutura, como pavimentação de avenidas, obras de mobilidade urbana e acesso de ligação a outras localidades (Alcântara; Duarte, 2020; Monçale; Moreira, 2013; Vasconcelos, 2015).

A diversidade cultural é elemento marcante na Comunidade São Gonçalo Beira Rio, uma vez que representa a cultura brasileira e, especialmente, do Mato Grosso. A Associação Cultural Flor Ribeirinha, grupo de danças folclóricas se destaca no Brasil e internacionalmente, já conquistou o primeiro lugar no Festival Internacional de Arte e Cultura, em Istambul na Turquia, no ano de 2017 (Andrade, 2017); o primeiro lugar no XXVI Festival Internacional de Dança “*Folk Harbor*”, na Polônia, em 2021 (Mendes, 2021); em 2022, conquistou o troféu “*Golden Peak*” (Pico de Ouro), em festival na Bulgária (G1, 2023) e em 2023 venceu o “*Cheonan World Dance Festival*”, na Coreia do Sul, considerado o maior evento de dança folclórica da Ásia e o segundo maior do mundo (Gonzaga, 2023).

Abaixo seguem fotos dos dançarinos e da pintura no quintal da Associação Cultural Flor Ribeirinha, Igreja Católica de São Gonçalo, culinária, grupo de cantores de cururu:

Figura 2 - Fotos da comunidade



Fonte: Os autores (2021) e Google (2021)

Cururu e Siriri é um movimento de turismo para apreciar a culinária, a natureza, o pôr do sol, a margem do rio Cuiabá e a venda do artesanato regional na Casa dos Artesãos. A localidade é guardiã das tradições cuiabanas, também chamada de “guardiã da cuiabania”. Atualmente, a Comunidade São Gonçalo Beira Rio conta com aproximadamente 100 famílias, com algum grau de parentesco entre elas. A principal fonte de renda vem da gastronomia local com restaurantes que são chamados de “peixarias” e do artesanato, a força das Associações de Moradores, Flor Ribeirinha, Artesãos e a Casa dos Artesãos faz a diferença na Comunidade.

Na Comunidade São Gonçalo Beira Rio encontramos a Associação dos Artesãos que tem a finalidade de “resgatar a cultura e transformar o futuro” de seus associados, tem por presidente Alice Conceição de Almeida, que está há 16 anos à frente da associação, que é

composta de 7 (sete) membros (6 (seis) mulheres e 1 (um) homem), que confeccionam itens de cerâmica (barro), vejamos:

“Hoje na associação nós temos só sete pessoas, algumas foram morrendo, outras deixando de fazer, porque você sabe que é um trabalho difícil, não é tão fácil como as muitas vezes pessoas pensam, outras deixaram porque tem peixarias hoje em dia, então eles resolveram ficar com as peixarias e deixar o artesanato. E eu acho uma pena porque vai acabar, vai acabar a tradição, vai diminuindo. A gente produz de tudo, de cerâmica”. (Entrevista com Dona Alice).

O artesanato produzido na associação é passado de geração em geração, caracterizando o conhecimento tradicional, desde a coleta do barro às margens do rio a sua produção, como queima, modelos, pintura e cores. São saberes e tradição adquiridos dos seus antepassados, contudo, a dificuldade de produção está afastando muitos artesãos e a associação tenta reavivar e manter a tradição na Comunidade.

“eu comecei com minha mãe, a gente sobreviveu só de cerâmica, a gente não tinha outros meios de trabalho, e aí eu dei continuidade, casei, continuei trabalhando e hoje em dia já não trabalho como trabalhei antigamente, já tô numa idade de 76 anos e mas eu sei fazer. E eu dê valor no que a gente começou a trabalhar, eu tenho amor nesse trabalho, né?! Porque eu acho que se a gente começou a trabalhar junto com a nossa mãe, então a gente deve valorizar, ter amor, e querer que esse trabalho vá pra frente, que nosso trabalho seja bem visto e que a cultura não acaba e acho que todos nós devemos ter esse pensamento”. (Entrevista com Dona Alice).

A Associação dos Artesãos tem um local na Comunidade chamado de Casa dos Artesãos onde comercializam as peças de cerâmicas produzidas pelos membros da associação para turistas que visitam a Comunidade e, também, participam de feiras, exposições no estado de Mato Grosso e fora do estado, fomentando a região e as peças produzidas pela associação.

“as nossas peças de cerâmicas são produzidas e depois de prontas são trazidas aqui na casa do artesão para venda, para os turistas, outras enviadas para Sesc Arsenal. E hoje somos poucos artesãos aqui na comunidade São Gonçalo [...] me inspiro na natureza, nos pássaros, na religião, gosto do que faço, desde criança, aprendi com meu pai seu Clínio Moura”. (Entrevista com Seu Ozil).

Abaixo, seguem as fotos da Casa dos Artesão, local no qual as peças de cerâmica são expostas para venda, banner da Associação que traz todas as fases de confecção da cerâmica e foto da presidente da associação com a autora deste trabalho.

Figura 2 - Fotos da comunidade



Fonte: Os autores (2023)

Deste modo, pensar e manter a cultura é uma forma de continuidade, de manutenção da tradição que é importante para a preservação da identidade e memória da Comunidade e da associação dos artesãos, que trazem a história ancestral de conquistas e resistência da localidade e do seu povo.

4 COMUNIDADE DE CONHECIMENTO TRADICIONAL

A Comunidade Tradicional adota práticas sociais, conhecimentos e saberes fundamentados, em sua maioria, no respeito ao ser humano e à natureza. Para Fonseca e

Zaninelli (2024) essas comunidades têm demonstrado resiliência e desempenhado um papel ativo nas questões relacionadas à sustentabilidade.

As Comunidades Tradicionais são conhecidas como guardiãs da cultura e carregam “explicitamente a diversidade linguística, a diversidade dos conhecimentos e práticas tradicionais e das demais expressões culturais dos povos” (Almeida, 2007, p. 16). Para Pizzinato, Guimarães e Leite (2019, p. 3) as Comunidades Tradicionais utilizam-se dos “conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos, predominantemente, por tradição oral”, assim, assegura-se a resiliência implícita, a simbologia e a força que sustentam seus territórios, além de uma organização social própria que é fundamental para a reprodução social, econômica, cultural, religiosa e ancestral.

Para Diegues (2000, p. 30) o "conhecimento tradicional é o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração". Trata-se do conhecimento das populações nativas que é transmitido de geração em geração, fundamentado na experiência e na tradição, com uma continuidade histórica e um foco na preservação ambiental (Baptista, 2011; Berkes, 1999; Berkes *et al.*, 2000; Usher, 2000).

As Comunidades Tradicionais, por meio de sua organização social e de seus representantes, tomam decisões sobre o cotidiano, envolvendo-se diariamente e de forma prática com os conhecimentos acumulados ao longo das gerações. Esses saberes são ensinados, preservados, reforçados, repetidos e transmitidos na convivência em grupo, com confiança e lealdade à produção e ao saber-fazer, o que ajuda a manter o sentimento de pertencimento, a cultura, a identidade e a originalidade da produção. Dessa forma, as Comunidades Tradicionais nomeiam, organizam, classificam e vivenciam seus conhecimentos nos âmbitos prático, simbólico e espiritual (Diegues; Arruda, 2001).

Para garantir a perpetuação e a preservação dos conhecimentos tradicionais, muitos grupos têm solicitado a documentação de seus saberes e a criação de bancos de registro e dados. Um exemplo disso é a Carta de São Luís do Maranhão (2001, p. 2), na qual os indígenas pediram aos governos o reconhecimento dos “conhecimentos tradicionais como saber e ciência”, este pedido busca um tratamento equitativo em relação ao conhecimento científico ocidental e a implementação de uma política de ciência e tecnologia que valorize a importância dos conhecimentos tradicionais. Trata-se, portanto, de assegurar o fortalecimento cultural, uma cosmologia, uma organização social e um sentimento de pertencimento que sustentam os conhecimentos que as comunidades produzem, promovendo o empoderamento e a proteção das Comunidades Tradicionais.

O conhecimento tradicional constitui uma estrutura complexa, formada por uma rica herança cultural que abrange crenças, valores e práticas derivadas da experiência de povos e comunidades tradicionais em seu meio ambiente e esse saber ancestral orienta o modo de vida dessas comunidades, assegurando sua autonomia político-administrativa e a preservação da tradição (Fonseca; Zaninelli, 2024).

A gestão do conhecimento tradicional representa um grande desafio, independentemente, de sua origem em comunidades indígenas ou não, devido à sua natureza informal, à complexidade de seu registro e à sua diversidade (Fonseca; Zaninelli, 2024). Para Borges *et al.* (2024, p.347) “a proteção e conservação dos saberes tradicionais contidos nas Comunidades Tradicionais fazem parte de uma agenda marcada por lutas sociais que incluem aspectos como: território, ambiente local, saberes, autodenominação, inclusão social e direitos culturais”.

As comunidades de conhecimentos tradicionais desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade e na manutenção de ecossistemas saudáveis, utilizando práticas que respeitam a dinâmica natural e promovem a sustentabilidade, são essenciais para a conservação e manejo sustentável dos recursos naturais. São conhecimentos que fortalecem a identidade cultural e a coesão social, uma vez que as práticas de manejo e as tradições culturais estão intrinsecamente ligadas à forma como as comunidades se relacionam com seu ambiente.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de estudo de caso, utilizada neste trabalho, primou pela pesquisa de campo e entrevistas com a representante da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá em Mato Grosso, e três (3) membros da associação, com a aplicação do formulário qualitativo de coleta de dados adaptado para a realidade da associação entrevistada (Sampaio; Brasil, 2008), bem como a observação participante.

As entrevistas aconteceram na Casa do Artesão, local onde a Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio expõe e comercializa os produtos produzidos por seus membros. A primeira entrevista aconteceu numa manhã ensolarada de sábado, a presidente Alice Conceição de Almeida, com 76 anos de idade e 16 anos à frente da associação, prontamente respondeu com muita leveza e responsabilidade as perguntas que lhe foram direcionadas. Após, foram realizadas as entrevistas com 3 (três) membros da associação que

falaram abertamente sobre a confecção das peças de cerâmica e a tradição da profissão. Posteriormente, houve entrevista de profundidade com a representante da associação.

Na observação participante, o pesquisador envolve-se diretamente com o evento que analisa, buscando compreendê-lo a partir da vivência pessoal. Ele participa das interações sociais e interpreta as ações dentro do contexto observado, agindo com atenção e sensibilidade às dinâmicas daquele universo (Proença, 2007). A participação no cotidiano da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beiro Rio permitiu uma imersão significativa na dinâmica da comunidade e nas práticas coletivas que sustentam sua identidade e tradição cultural. Através da observação participante, foi possível não apenas acompanhar as atividades desenvolvidas pelos associados, mas também vivenciar suas rotinas, desafios e conquistas de forma próxima e envolvida.

Ao integrar-se aos encontros semanais na associação, a pesquisadora passou a compreender, em profundidade, os modos como os saberes tradicionais são compartilhados, a importância do artesanato como expressão cultural e fonte de renda, e os vínculos afetivos e solidários que se constroem entre os membros. As conversas informais, o trabalho conjunto nas produções artesanais e a participação em eventos comunitários como a tradicional Festa de São Gonçalo, revelaram aspectos que, dificilmente, seriam percebidos apenas por meio de entrevistas ou registros documentais.

Após realizou-se a aplicação da matriz de indicadores do Bem Viver, conforme proposto por Alcântara e Sampaio (2019, 2020). A matriz está estruturada em três dimensões fundamentais: pessoal (harmonia consigo mesmo), social (harmonia com a comunidade integral) e integral (harmonia com a natureza), cuja matriz é composta por 17 indicadores, que abrangem diferentes elementos como: trabalho, habitação, educação, saúde, família, segurança, pertencimento, religião e convicção, tempo livre e cultura, tomada de decisão recursos materiais, emoções, relações de gênero e juventude, tecnologias de informação e comunicação, fatores produtivos, participação e meio ambiente e a sua interação com os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015).

Para se chegar aos resultados, fez-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) como base metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, estruturada em três etapas principais:

Na primeira etapa, a organização do material coletado, ou seja, entrevistas realizadas com a presidente da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio. As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e organizadas, de modo a garantir uma base sólida para a análise subsequente. Esse processo inicial foi essencial para assegurar a

fidelidade e a integridade das informações coletadas, permitindo uma visão clara e sistemática do conteúdo.

A segunda etapa envolveu o processo de codificação, no qual o conteúdo transcrito foi analisado e segmentado em unidades significativas. A codificação foi dividida em duas dimensões: a) unidade de registro (temática): identificação de temas ou tópicos relevantes no discurso da entrevistada; e b) unidade de contexto: análise do local ou situação em que a unidade de registro está inserida, a fim de compreender seu significado em um contexto mais amplo. Para esta análise, foi aplicada a Matriz do Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019; 2020), que fornece uma perspectiva estruturada para identificar elementos qualitativos que dialogam com os valores do Bem Viver e as dinâmicas sociais e culturais locais da associação.

A terceira etapa, correspondeu à categorização, na qual os resultados da aplicação da Matriz do Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020) foram agrupados e relacionados aos ODS (ONU, 2015). Essa fase envolveu a identificação de categorias emergentes que refletem as interações entre as práticas locais descritas pela entrevistada e os princípios dos ODS. O agrupamento permitiu a construção de uma análise integrada, evidenciando como Bem Viver se conecta com os objetivos globais de sustentabilidade e desenvolvimento humano.

A análise realizada possibilitou uma compreensão detalhada e contextualizada das práticas, narrativas e desafios locais. O que revelou aspectos importantes sobre os valores tradicionais, culturais, sociais e ambientais da associação analisada, como o fortalecimento dos laços sociais, da autogestão e promoção do desenvolvimento sustentável local. Valores necessários para atender ao interesse coletivo, visando melhores condições de vida a seus membros e a resistência para a manutenção das tradições culturais ceramistas locais.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resistência ao capitalismo, que se tornou a lógica hegemonia da sociedade, nasce o movimento em que os trabalhadores criaram uma tecnologia social que a partir do associativismo, as organizações coletivas de massa, como sindicatos, comitês de fábrica e cooperativas, buscam modificar as relações de produção das unidades de trabalho (Vieitez; Dal Ri, 2010). São lutas sociais que se opõem de algum modo à ordem estabelecida. Ainda nas palavras de Vieitez e Dal Ri (2010, p. 71).

O trabalho associado remonta a meados do século XIX e a sua importância foi se apresentando em razão do potencial de resistência dos trabalhadores ao capital do que propriamente por sua presença quantitativa na sociedade.

Porém, a partir de 1980, em muitos países do mundo, mas particularmente na América Latina, o trabalho associado foi adquirindo maior visibilidade ().

O trabalho associado traduz a construção de novas relações sociais de produção e socialização como alternativa de natureza sistêmico-organizacional, com a finalidade de promover renda e trabalho, ou seja, a partir de organização socioproductiva, como mecanismo de defesa frente às desigualdades sociais e desemprego, na busca de valorização, liberdade, acumulando experiências e saberes. Nesta direção, Sguarezi *et al.*, (2017, p. 31), afirma que:

A construção de saberes por meio das experiências autogestionárias vivenciadas [...] constitui eminentemente um processo educativo, pois estabelece formas de aprendizado decorrentes de relações sociais em mobilizações políticas e interações no âmbito produtivo. Esses elementos carregam em si atos pedagógicos, construídos em espaços dialógicos, que se estabelecem por meio das diferenças individuais e dos sonhos coletivos, caracterizados por demandas particularmente locais.

O associativismo e as relações associativas desempenham um papel fundamental em espaço de diálogo, valorização, pertencimento e na formação de sujeitos coletivos. Para o fortalecimento e a autonomia coletiva, a autogestão e a democracia, a partir da participação efetiva nas decisões e no funcionamento da associação, no compartilhamento de saberes e conhecimentos, bem como na construção de redes de cooperação e parcerias, para trocas comerciais (Sguarezi *et al.*, 2017).

A Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT pode ser considerada uma pequena associação em razão do contexto e do setor que está inserida. Ainda, pelo tamanho e número de membros, estrutura organizacional simples, capacidade de atuação (local) e recursos limitados. Deste modo, o associativismo desempenha um papel crucial no fortalecimento e na sustentabilidade das atividades das associações, proporcionando benefícios como fortalecimento coletivo, acesso a recursos, compartilhamento de custos, aprendizado mútuo, ampliação de contatos e representatividade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a resiliência dessa organização.

A Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT, tem as seguintes características, conforme quadro 1 abaixo:

Quadro 1

Sector de atuação	focada na promoção e na valorização do artesanato local, principalmente a cerâmica;
-------------------	---

Atividades e produtos	está envolvida na produção e na comercialização de artesanato, como peças de cerâmica, tecelagem, pintura, entre outros;
Público-alvo	principalmente artesãos locais e interessados em produtos artesanais, como a comercialização de produtos;
Interesse comunitário	interesse em promover o desenvolvimento e o bem comum da comunidade local, por meio da valorização da cultura e do artesanato;
Trabalho coletivo	beneficia-se do trabalho coletivo e da cooperação dentro da associação para alcançar objetivos comuns, como a melhoria das condições de trabalho, a comercialização dos artesanatos, a defesa de seus direitos e políticas públicas;
Envolvimento com questões locais	envolvimento em iniciativas e projetos que visam o desenvolvimento sustentável, a preservação da cultura local e a promoção da economia solidária local.

Fonte: Construção da Autora

Verifica-se que em que pese a Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT representar uma organização comunitária que busca promover interesses coletivos, valorizar a cultura local, a solidariedade, a inclusão, o empoderamento e contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade, o que se encaixa perfeitamente na visão holística do BV que na sua cosmovisão valoriza a harmonia entre os seres humanos, a natureza e o cosmos, a partir do equilíbrio entre o viver bem individual e coletivo, a sustentabilidade ambiental, a justiça social e a espiritualidade (Hidalgo-Capitán, 2014; Alcântara, 2019), vejamos o quadro 2:

Quadro 2

Valorização da coletividade	O BV enfatiza a importância das relações comunitárias, da solidariedade e da cooperação, valores que estão alinhados com os princípios da economia solidária, que também valoriza o trabalho coletivo e a autogestão.
Respeito à natureza	O BV destaca a interdependência entre os seres humanos e a natureza, promovendo práticas sustentáveis e o cuidado com o meio ambiente. Na associação e empreendimentos de economia solidária, essa visão pode se refletir em práticas <i>eco-friendly</i> e na valorização de produtos e processos sustentáveis.
Justiça social e equidade	O BV busca a equidade, a inclusão e o respeito às diversidades culturais e sociais. Na associação, esses princípios podem se traduzir em práticas de inclusão, distribuição justa de benefícios e valorização da diversidade.

Fonte: Construção da Autora

O BV oferece uma base filosófica e ética interessante para orientar as práticas das associações e empreendimentos e promove valores de solidariedade, sustentabilidade e justiça

social. No entanto, sua implementação pode enfrentar desafios e exigir adaptações para conciliar as visões holísticas do BV com as realidades e dinâmicas da associação, tendo em vista os desafios estruturais, culturais e econômicos, especialmente, em contextos que predominam modelos de desenvolvimento baseados no crescimento econômico e na acumulação de capital, mas o BV mostra-se como alternativa ao modelo hegemônico vigente, uma quebra de paradigma.

Vejamos as dimensões da Matriz do BV (Alcântara; Sampaio, 2019; 2020) aplicadas a Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, no quadro 3 abaixo:

Quadro 3

Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT	
Foco na atuação	Tem um foco voltado para a produção e comercialização de artesanato de cerâmica, valorizando a cultura local e as tradições artísticas da comunidade. As atividades são centradas na criatividade, na preservação de técnicas tradicionais e na geração de renda através do turismo e do mercado local.
Dimensões da Matriz do Bem Viver	
Dimensão Pessoal	Na associação dos artesãos, a dimensão pessoal é expressa através da valorização da identidade cultural e da autoexpressão artística, promovendo o bem-estar individual por meio da criatividade, na confecção do artesanato;
Dimensão Social	A associação dos artesãos promove a inclusão social por meio de oficinas e capacitações, fortalecendo a coesão social e a solidariedade entre os membros; A confecção das peças muitas vezes é realizada de forma conjunta, bem como a queima das peças no forno da associação.
Dimensão Integral	A relação com a natureza é mediada pela inspiração na flora, fauna e na cultura local, refletindo-se nas obras de arte e no artesanato produzido. Enfatiza a sustentabilidade por meio da utilização de materiais locais e recicláveis, além de práticas que respeitam a biodiversidade cultural e ambiental;

Fonte: Construção da Autora

Com base na análise realizada sob a ótica do Bem Viver, evidencia-se a singularidade da Associação dos Artesãos da Comunidade Beira Rio e o quanto ela contribui para a construção de uma alternativa ao modelo de desenvolvimento. Um modelo que prioriza a harmonia entre os seres humanos, a natureza e a cultura local, promove o bem-estar coletivo e a sustentabilidade e assegura o fortalecimento das comunidades tradicionais ribeirinhas no estado de Mato Grosso.

A associação estudada compartilha um forte compromisso com a sustentabilidade, seja ela ambiental, social ou econômica. Busca por práticas que respeitem e preservem os recursos naturais e que promovam um desenvolvimento que não comprometa as gerações futuras. A valorização da cultura local e das tradições na comunidade em que vivem, também é uma busca incessante da associação, atuando como guardião do patrimônio cultural, capaz de promover a identidade local e a continuidade de saberes e de práticas tradicionais.

Com objetivo na melhoria da qualidade de vida de seus membros e da comunidade em geral, a associação promove a inclusão social, a solidariedade e a justiça econômica. Busca, também, o bem-estar coletivo por meio de suas atividades, da comercialização do artesanato, da exposição das peças produzidas, participação em feiras e entre outros. Como organização comunitária fortalece a coesão social, proporciona um espaço para que os membros se unam em torno de interesses comuns e promove a participação democrática e a defesa de direitos.

Importante destacar que a associação também pode contribuir, significativamente, para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). No quadro 4 abaixo estão maneiras pelas quais a associação se relaciona com os ODS:

Quadro 4

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	contribuir para a promoção do trabalho decente e crescimento econômico, fornecendo oportunidades de emprego digno e sustentável para os membros da comunidade, seja através da produção e comercialização de artesanato local;
ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis	promover práticas de consumo e produção sustentáveis, incentivando a produção de artesanato local com materiais sustentáveis e técnicas tradicionais e a preservação dos recursos naturais;
ODS 14 - Vida na Água	desempenhar um papel importante na conservação dos ecossistemas aquáticos, contribuindo assim para a proteção da vida na água, especificamente em rios. Importante mencionar que a Associação dos Artesãos está às margens do Rio Cuiabá;
ODS 15 - Vida Terrestre	estar envolvida na promoção da conservação da biodiversidade local e na valorização dos recursos naturais da região, alinhando-se com o ODS 15;
ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos	estabelecer parcerias com outras organizações, instituições governamentais e setor privado para fortalecer suas iniciativas e ampliar seu impacto na comunidade, contribuindo para a implementação eficaz dos ODS.

Fonte: Construção da Autora

A Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT e demais associações têm o potencial de desempenhar um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e na realização dos ODS da Agenda 2030, por meio de suas atividades, práticas e engajamento comunitário voltados para a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Importante destacar que a Agenda 2030 adota o lema “Não deixe ninguém para trás” e, em várias de suas metas, contempla aspectos relacionados à diversidade cultural, ao combate às discriminações e à justiça social. No entanto, os ODS não apresentam metas específicas ou representações visuais para alguns grupos populacionais que refletem as realidades latino-americana e brasileira.

Deste modo, Cabral e Gehre (2020) propuseram, a partir de reflexões críticas sobre a Agenda 2030 no Brasil, um conjunto de outros objetivos, entre eles ODS 19 - “Arte, Cultura e Comunicação” e ODS 20 - “Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais”, cuja proposta encaixa-se perfeitamente para a associação estudada, vejamos no quadro 5 abaixo:

Quadro 5

ODS 19 - Arte, Cultura e Comunicação	A Associação dos Artesãos promove a valorização da arte e da cultura local, colocando em vidência as tradições e saberes da Comunidade São Gonçalo Beira Rio. Por meio da produção e comercialização de artesanato, principalmente produtos de cerâmica, os membros expressam sua identidade cultural e preservam práticas tradicionais, o que contribui para a diversidade cultural e a promoção do patrimônio imaterial.
ODS 20 - Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	A Associação dos Artesãos atua como um espaço de defesa dos direitos dos membros da comunidade, que são provenientes da comunidade tradicional e tradições ribeirinhas. A associação busca garantir que os direitos culturais, sociais e econômicos dos artesãos sejam respeitados e valorizados, promovendo um ambiente de solidariedade e apoio mútuo, para manutenção da identidade cultural e para a continuidade das tradições locais ante as pressões hegemônicas.

Fonte: construção da Autora

A valorização da arte e da cultura local é um dos pilares da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, inclusive está no seu objetivo “resgatar a cultura e transformar o futuro”. Através dos seus trabalhos artesanais, os membros da associação não apenas expressam a sua identidade cultural, como também preservam técnicas e saberes tradicionais que têm sido passados de geração em geração, desde seus antepassados até os dias

de hoje. A produção de artesanato local é uma forma de comunicação que traz visibilidade às particularidades culturais da comunidade e da associação e contribui, significativamente, para a diversidade cultural na região.

Além disso, a associação se empenha em criar espaços para a expressão artística, o que permite aos artesãos compartilharem não apenas suas obras, mas também as histórias e significados por trás de cada peça confeccionada. Essa abordagem fortalece os laços comunitários e promove a coesão social. Os eventos e as exposições que a associação participa servem como plataformas para apresentar o trabalho dos artesãos, o que possibilita a visibilidade das obras e promove a cultura ribeirinha. Quanto à comunicação eficaz é fundamental para a promoção da identidade cultural, que ajuda a levar o trabalho dos artesãos a um público mais amplo e conscientizar a sociedade sobre a importância da cultura ribeirinha.

A atuação da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, também, se destaca na defesa dos direitos dos membros da comunidade e na valorização da tradição da produção da cerâmica. Como parte de uma comunidade tradicional, os artesãos enfrentam diversas dificuldades relacionadas ao reconhecimento de seus direitos culturais, sociais e econômicos. A associação torna-se, portanto, um espaço de luta, resistência e empoderamento, onde a solidariedade e o apoio mútuo são fundamentais para a manutenção das tradições e da cultura.

Além da autonomia econômica, a preservação de saberes e práticas tradicionais é uma missão da associação, que se traduz em um compromisso não apenas com a identidade cultural, mas também com a continuidade das tradições locais, em um contexto que, frequentemente, pressiona comunidades tradicionais a abandonarem seus modos de vida em favor de estilos modernos e consumistas. Portanto, o fortalecimento da autonomia dos artesãos da associação com o incentivo para empreender e oportunidade de reconhecer o seu valor, tanto no mercado quanto na sociedade, gera alternativas de renda e promove a sustentabilidade econômica da comunidade.

Alinhando o BV com os ODS e a Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, verifica-se a valorização e a interconexão entre todos os elementos da vida e a busca da melhoria de vida individual e coletiva, em contraste com a visão ocidental centrada no consumismo e no crescimento econômico a qualquer custo, sendo possível identificar pontos de convergência e potencial para uma quebra de paradigma, conforme quadro 6 abaixo:

Quadro 6

A ênfase na sustentabilidade	O BV e os ODS compartilham a preocupação com a sustentabilidade, seja ambiental, social ou econômica. A associação pode promover práticas sustentáveis em suas atividades, como a valorização dos recursos naturais, a preservação da cultura local e a promoção de relações equilibradas entre os seres humanos e a natureza.
O foco na melhoria de vida coletiva:	Tanto o BV quanto os ODS buscam o viver melhor coletivo e a melhoria da qualidade de vida para todos. A associação pode contribuir para esse objetivo ao promover a inclusão social, a justiça social e econômica e, ainda, a participação democrática na comunidade.
O respeito à diversidade e cultura local	O BV valoriza a diversidade cultural e a sabedoria tradicional, aspectos que também são importantes para a promoção dos ODS. A associação respeita e valoriza a cultura local em suas práticas, fortalecendo a identidade e os conhecimentos tradicionais da comunidade.

Fonte: Construção da Autora

O alinhamento do BV com os ODS e as atividades da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio representa resistência e resiliência em relação ao modelo de desenvolvimento vigente e hegemônico, que prioriza o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade e da melhoria de vida das pessoas. Ao adotar uma abordagem mais holística e integrada, a associação pode inspirar mudanças significativas em direção a uma alternativa de desenvolvimento, que fortalece não somente as práticas sustentáveis e as comunitárias, mas também contribuir para uma transformação positiva em direção a um desenvolvimento mais inclusivo, equilibrado e humano.

Considerando a perspectiva da matriz do Bem Viver (Alcantara; Sampaio, 2019, 2020), que engloba as dimensões pessoal, social e integral, podemos analisar as entrevistas com a presidente da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio Cuiabá/MT, conforme quadro 7 abaixo:

Quadro 7

Dimensão Pessoal	A presidente demonstra um vínculo pessoal muito forte com a comunidade e com a tradição artesanal, visto que nasceu na comunidade e está envolvida com o artesanato há muitos anos. Sua liderança na associação reflete seu comprometimento pessoal com a preservação da arte local. Os membros demonstram laços muito forte com a comunidade e a preservação da identidade e do artesanato ceramista.
------------------	--

Dimensão Social	A presidente destaca a importância da associação na comunidade, fornecendo suporte e oportunidades para os artesãos locais. Ela menciona a preocupação com a diminuição do número de artesãos e a necessidade de preservar a tradição artesanal da cerâmica na comunidade. Os membros entrevistados também destacaram a diminuição dos associados e a necessidade do fortalecimento da associação para manter a tradição do artesanato.
Dimensão Integral	Os desafios vivenciados pelos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio como a falta de infraestrutura adequada e a dificuldade para obter materiais (barro) impactam diretamente a vivência e na arte. A valorização e o cuidado com os saberes tradicionais, os laços comunitários e a preservação da identidade cultural. Fortalecer a atuação da Associação é essencial para garantir que os artesãos possam exercer sua arte com dignidade, liberdade criativa e reconhecimento dentro e fora da comunidade.

Fonte: Construção da Autora a partir da Matriz do Bem Viver (Alcântara e Sampaio, 2019; 2020).

A análise da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio revela que, apesar de sua estrutura pequena e dos desafios enfrentados, como a diminuição do número de artesãos e a concorrência com outras atividades econômicas na comunidade, ela se mantém como um espaço essencial para a valorização da cultura local e da tradição ceramista. A autogestão e a solidariedade entre os membros demonstram como as práticas coletivas fortalecem a identidade comunitária e promovem um desenvolvimento sustentável e mais humano alinhados ao conceito do BV. Além disso, a associação reflete a resistência cultural contra o modelo econômico hegemônico, adotando estratégias que promovem justiça social e sustentabilidade ambiental, aspectos fundamentais para a manutenção das tradições locais.

A relação da associação com o BV e os ODS evidencia seu potencial para contribuir com um modelo alternativo de desenvolvimento baseado na inclusão e na equidade. A integração do conhecimento tradicional e a preservação da cultura ribeirinha são elementos centrais para a sustentabilidade da comunidade, reforçando sua importância como guardião do patrimônio cultural cuiabano. No entanto, para garantir sua continuidade e ampliação, é necessário maior suporte governamental, incentivo a políticas públicas e fortalecimento de redes de cooperação que possibilitem a expansão de oportunidades e a valorização do trabalho artesanal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá/MT, evidencia sua importância na preservação do conhecimento tradicional, na valorização da cultura local e na promoção do Bem Viver, reforçando a necessidade de práticas sustentáveis e do fortalecimento de comunidades tradicionais. A associação desempenha um papel fundamental na resistência cultural, mantendo viva a arte da cerâmica, um ofício transmitido por gerações. No entanto, enfrenta desafios como a redução do número de artesãos, a falta de incentivos financeiros e estruturais, além das pressões do crescimento urbano e da mudança de interesse das novas gerações.

A participação no cotidiano da Associação dos Artesãos permitiu uma imersão significativa na dinâmica da comunidade e nas práticas coletivas que sustentam sua identidade. Por meio da observação participante, foi possível não apenas acompanhar as atividades desenvolvidas pelos associados, mas também vivenciar suas rotinas, desafios e conquistas de forma próxima e envolvida.

Após alguns encontros compreendeu-se, em profundidade, os modos como os saberes tradicionais são compartilhados, a importância do artesanato ceramista como tradição, expressão cultural e fonte de renda, e os vínculos afetivos e solidários que se constroem entre os membros. As conversas informais, o trabalho conjunto nas produções artesanais e a participação em eventos comunitários revelaram aspectos que dificilmente seriam percebidos apenas por meio de entrevistas ou registros documentais.

Essa convivência permitiu perceber, como as decisões são tomadas coletivamente, os papéis que cada associado desempenha na manutenção das atividades e o impacto da associação na autoestima e na valorização dos saberes locais. A observação participante foi essencial para compreender as práticas sociais em seu contexto vivo, possibilitando um olhar mais sensível e respeitoso sobre as experiências da comunidade e da associação.

A perspectiva do Bem Viver, adotada como base teórica no estudo, oferece um olhar diferenciado para o desenvolvimento sustentável, destacando valores como coletividade, respeito à natureza e harmonia entre os seres humanos e o meio ambiente. Esse conceito se contrapõe à lógica de crescimento econômico predatório e propõe uma alternativa mais equilibrada e integradora, alinhada com a filosofia das comunidades tradicionais. A Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá/MT, ao longo de sua história, demonstrou grande resiliência na manutenção de suas tradições ao resistir à urbanização e ao preservar sua identidade cultural por meio do artesanato, das festas religiosas, da culinária típica e das danças como o Siriri e o Cururu.

A conexão entre a associação e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforça sua contribuição para um futuro mais inclusivo e sustentável. O trabalho desenvolvido pela associação dialoga diretamente com o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), que promove a geração de renda local e a valorização do artesanato como meio de sustento e renda digna para seus membros. Além disso, as práticas produtivas da associação estão alinhadas ao ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis), pois envolvem o uso de matérias-primas naturais e técnicas de produção que respeitam o meio ambiente. A localização da comunidade, às margens do Rio Cuiabá, também reforça sua conexão com o ODS 14 (Vida na Água), que favorece o uso sustentável dos recursos naturais e defende a conservação ambiental do entorno.

Além dos ODS estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU, a proposta dos ODS 19 (Arte, Cultura e Comunicação) e os ODS 20 (Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais) reforça a necessidade de um olhar mais atento às comunidades tradicionais e às suas expressões culturais. A associação se encaixa diretamente nessas novas propostas, pois trabalha pela valorização da arte ceramista e da identidade ribeirinha, ao mesmo tempo em que atua na defesa dos direitos de seus membros como detentores de um patrimônio cultural único. O reconhecimento institucional dessas novas metas poderia fortalecer ainda mais iniciativas como a da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, proporcionando maior apoio governamental e visibilidade às suas atividades.

A análise da matriz do Bem Viver aplicada à associação revelou que os valores dessa filosofia estão intrinsecamente presentes no modo de vida da comunidade, destacando-se em três dimensões: pessoal, social e integral. No aspecto pessoal, há um forte vínculo dos artesãos com sua identidade cultural, evidenciada pelo compromisso em manter a tradição ceramista. No social, a associação promove a coesão comunitária, que incentiva a troca de saberes e a valorização da coletividade. Já na dimensão integral, observa-se um respeito à natureza e uma relação sustentável com os recursos naturais utilizados na produção artesanal.

Dessa forma, a Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio exemplifica como é possível alinhar o desenvolvimento com a valorização cultural e a sustentabilidade. No entanto, para garantir a continuidade dessas práticas, é essencial que haja políticas públicas mais eficazes de incentivo ao artesanato e ao fortalecimento das comunidades tradicionais. O reconhecimento do conhecimento tradicional como ciência legítima, aliado a iniciativas de fomento à produção artesanal e ao turismo cultural, pode contribuir, significativamente, para que essas comunidades se fortaleçam, mantendo suas raízes vivas e

promovendo o Bem Viver para as futuras gerações, para tanto é fundante transcender a lógica hegemônica e o Bem Viver comporta essa possibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ADJ. Associação de Juízas e Juizes para a Democracia. Disponível em: <https://www.ajd.org.br/noticias/3211-nota-em-defesa-da-pesca-artesanal-no-mato-grosso>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. ‘Bem Viver’ como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, abr. 2017. p. 231-251. DOI. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566> . Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566>. Acesso em: 17 ago. 2017.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer. Bem Viver ou vida em plenitude: tecendo a teia da existência. In: SGUAREZI, Sandro Benedito (org.). **Ambiente e sociedade no Brasil central**: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional. 2 ed. e-book, São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora Unemat, 2019, *e-book*. ISBN 978-85-7843-922-4 (Editora Oikos). ISBN 978-85-7911-202-7 (Editora UNEMAT)

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem Viver e Ecosocioeconomias**. 1 ed, CuiaBá/MT: EdUFMT, 2019.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 53, jan./jun. 2020. p. 78-101. DOI: [10.5380/dma.v53i0.62963](https://doi.org/10.5380/dma.v53i0.62963). ISSN 2176-9109.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; VÁSQUES-CARRANZA, Luz Marina. Bem viver e pós-desenvolvimento: a desconstrução do imaginário colonialista das comunidades afrolimonenses da Costa Rica. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 14, 2024. p. 233–254. DOI: [10.24302/drd.v14.5102](https://doi.org/10.24302/drd.v14.5102). Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5102>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ALCÂNTARA, L. C. S. & SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. **Revista Rupturas**, Costa Rica, 2017.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; VÁSQUES-CARRANZA, Luz Marina. Bem viver e pós-desenvolvimento: a desconstrução do imaginário colonialista das comunidades afrolimonenses da Costa Rica. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 14, 2024. p. 233–254. DOI: [10.24302/drd.v14.5102](https://doi.org/10.24302/drd.v14.5102). Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5102>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ALMEIDA, A. W. B. Apresentação. In: SHIRAISHI NETO, J. (org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional, Manaus: UEA, 2007, p.09-17.

ANDRADE, T. Flor Ribeirinha comemora título mundial conquistado na Turquia. **Notícias Mato Grosso**. 2017. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/7949448-flor-ribeirinha-comemora-titulo-mundial-conquistado-na-turquia>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO - ALMT. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BAPTISTA, C. P. B. **O conhecimento ecológico local e a percepção ambiental de uma população de pescadores do Rio Grande do Sul**, São Leopoldo/RS, 91 f. (tese de doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Biologia, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETTO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: Adams, C.; Murrieta, R. & Neves, W. (org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**, São Paulo: Annablume, 2006, p. 109–143.

BERKES, F. **Sacred Ecology-Traditional Ecological Knowledge and resource management**. Fhipladelphia: Taylor & Francis, 1999.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Rediscovery of tradicional ecological knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, v. 10, 2000. p. 1251-1262.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOFF, L. **Constitucionalismo ecológico na América Latina**. 2013. Disponível em <http://leonardoboff.wordpress.com>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BOLÍVIA. **Constitución política del estado plurinacional de Bolívia**. Bolívia, 2009.

BONDUKI, Nabil. A sustentabilidade das cidades e a Rio+20. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 5, n. 59, p. 6-15, junho/2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 10.884, de 13 de julho de 2006**. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn10884.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 8.750, de 9 de maio de 2016.** Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago (org.). **Guia agenda 2030:** integrando ODS, educação e sociedade, São Paulo: Lucas Fúrio: Raquel Cabral, 2020 [livro eletrônico]. Disponível em: <https://www.guiaagenda2030.org/>. Acesso em: 04 jan. 2025.

CARDOSO, R. O. **O trabalho do Antropólogo.** 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000, p. 220.

Carta de São Luís do Maranhão, dezembro de 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/L6D00069.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

CATELLA, A.C. Uma nova visão do manejo pesqueiro. **Agonline.com.br.** 2006. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigo.php?id=329>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CATELLA, A.C. Conhecimento ecológico tradicional e manejo da pesca. **Agonline.com.br.** 2006b. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigo.php?id=284>. Acesso em: 21 jan. de 2024.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. Conhecimento ecológico local e o segredo da sustentabilidade ambiental: saberes, práticas e relações ecológicas. **Revista Educação Pública**, ISSN: 1984-6290, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/26/conhecimento-ecologico-local-e-o-segredo-da-sustentabilidade-ambiental-saberes-praticas-e-relacoes-ecologicas>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CUNHA, E. V.; SOUSA, W. J. R. O bem viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. **R. Katál.**, Florianópolis, v.26, n. 2, p. 321-332, maio-ago. 2023. ISSN 1982-0259. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e91555>. Acesso em: 30 jan. 2025.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos: *In*: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB/USP, 2000. p. 1-46.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade 4).

DUARTE, E. N.; RAMALHO, F. A.; AUTRAN, M. M. M.; PAIVA, E. B.; ARAÚJO, M. B. S. Estratégias metodológicas adotadas nas pesquisas de iniciação científica premiadas na UFPB: em foco a série “Iniciados”. **Encontros Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.** ISSN 1518-2924, Florianópolis, v. 14, n. 27, 2009. p.170-190. DOI <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2009v14n27p170>.

ECUADOR: Asamblea Constituyente. **Constitución de la República del Ecuador.** Registro Oficial 449. Montecristi - Ecuador: p. 15-131, 2008.

ELLEN, R.; HARRIS, H. Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature: a critical assessment. In: EAST-WEST ENVIRONMENTAL LINKAGES NET WORKSHOP, 3., 1996, Canterbury. **Proceedings...** Canterbury, 1996.

FAO. **The State of World Fisheries and Aquaculture 2022**. Towards Blue Transformation. Rome, FAO, 2022. DOI <https://doi.org/10.4060/cc0461en>.

FAVALESSA, Mikhail. DPU aponta que lei da pesca tira pescadores da Previdência Social. **Mídiajur**. 2023. Disponível em: <https://www.midiajur.com.br/justica/dpu-aponta-que-lei-da-pesca-tira-pescadores-da-previdencia-social/53481>. Acesso em: 03 abr. 2024.

FIGUEIREDO, D. M.; BARROS, F. B.; SILVA, C. J. Conhecimento tradicional de pescadores artesanais sobre serviços ecossistêmicos da pesca no Pantanal (MT): da escala local à bacia hidrográfica. **Revista GEOgrafias**, v. 20, n. 2, dez. 2024. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/52625/47987>. Acesso em 03 Abr. 2025.

G1 Mato Grosso. **Flor Ribeirinha conquista troféu 'Golden Peak' em festival na Bulgária**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/07/17/flor-ribeirinha-conquista-trofeu-golden-peak-em-festival-na-bulgaria.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2025.

GILCHRIST, G; MALLORY, M.; MERKEL, F. Can Local Ecological Knowledge contribute management? Case studies of migratory. **Ecology e Society**, v. 10, n. 1, 20, 2005.

GONZAGA, Alexandre. Premiado grupo folclórico Flor Ribeirinha encanta público no último dia do Festival. **Festival América do Sul 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.festivalamericadosul.ms.gov.br/premiado-grupo-folclorico-flor-ribeirinha-encanta-publico-do-palco-paraguai-no-ultimo-dia-do-festival/>. Acesso em: 31 de jan. 2025.

GUDYNAS, E. & ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, 16(53), 2011. p. 71-83. Disponível em: <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasAcostaCriticaDesarrolloBVivirUtopia11.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2025.

HARRIS, Jonathan M.; WISE, Timothy A.; Gallagher, Kevin P.; GOODWIN, Neva R. **A Survey of Sustainable Development: Social and Economic Dimensions**. Washington, Covelos and London: Island Press, 2001.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], n. 48, 2014. p. 25–40, DOI: 10.17141/iconos.48.2014.1204. Disponível em: <https://iconos.flacsoandes.edu.ec/index.php/iconos/article/view/1204>. Acesso em: 10 abr. 2024.

IGNÊZ, J.R. **Conhecimento ecológico tradicional da pesca pelos pescadores da comunidade de Estirão Comprido** – Barão de Melgaço, Pantanal mato-grossense. Dissertação. (Mestrado em Ecologia), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil, 2008.

ISLAS, Camila Alvez; BEHLING, Greici Maia; SCHNORR, Samuel Molina. Conhecimento ecológico local e educar pela pesquisa: bases para um ensino de ciências contextualizado. **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2018. p. 506–525. DOI: [10.14393/ER-v25n2a2018-13](https://doi.org/10.14393/ER-v25n2a2018-13). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/43263>. Acesso em: 10 abr. 2024.

JACQUES, Flávia Verônica Silva. O “buen vivir” e a construção de uma nova sociedade. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 23, n. 3, jan. 2021. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8481>. Acesso em: 10 abr. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i3.8481>.

LAVALL, Tuana Paula; OLSSON, Giovanni. Governança global e o desenvolvimento na sua pluridimensionalidade: um olhar sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas. **Direito e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2019. p. 51–64. DOI: 10.26843/direitoedesenvolvimento.v10i1.990. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/990>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MAMEDE, J. S. S; DAVID, M; TSUKAMOTO FILHO, A. A; PASA, M. C. Os Quintais e as manifestações culturais da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá – MT. **Revista Biodiversidade**, v 14, n. 1, 2015.

MARTINS, Ana Luisa Jorge; MIRANDA, Wanessa Debôrtoli; SILVEIRA, Fabricio; PAES-SOUSA, Rômulo. A agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) como estratégia para equidade em saúde e territórios sustentáveis e saudáveis. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro v. 48, n. especial 1 e8828, ago. 2024. DOI <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18828P>.

MAX-NEEF, M. A. **Desarrollo a Escala Humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria, 1993.

MAX-NEEF, M. A. **“Empoderamento” de Comunidades e Desenvolvimento Alternativo por Max Neef**. Ass. de Pedagogia Social de Base Antroposófica no Brasil. Transcrito de gravação da Palestra de Max Neef. Tradução de Endre Király. Pedagogia Social Artigos, Boletim nº 17, 2003.

MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento a escala humana**: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2014). **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: Superintendência de Comunicação Integrada, Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MIRANDA, E. B.; OLIVEIRA, V. S; ALCANTARA, L. C. S.; SGUAREZI, S. B.; BARROS, F.B.; SAMPAIO, C. A. C. **Desenvolvimento à escala humana, bem viver por povos e comunidades tradicionais: alternativa frente ao projeto hegemônico de desenvolvimento econômico vigente?** In: ZUÑIGA, C. H.; RAMÍREZ, S.; ALCANTARA, L. C. S. Experiencias, vivencias y aplicaciones del desarrollo a escala humana: enfoques, metodologias y aplicaciones. Fundación Manfred Max-Neef, Valdivia/Chile, 2023.

MORAES, V. R.; CARNEIRO JUNIOR, J. J.; VALENTINI, C. M. A.; FARIA, R. A. P. G. Caracterização dos modelos de esgotamento sanitário na comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá, MT. **Revista Biodiversidade**, v.12, n.1, 2013. p. 60-74.

MOREIRA, M. R.; KASTRUP, É.; RIBEIRO, J. M.; CARVALHO, A. I. DE.; BRAGA, A. P. O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros(as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS Brazil heading to 2030. **Saúde Em Debate**, 43(spe7), 22–35, 2019. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S702>.

MORENO, N. S.; SILVA, D. D.; SOUZA, W. J. Desenvolvimento à Escala Humana na economia solidária: síntese de necessidades e satisfatores de trabalhadoras do segmento da produção de artesanato. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.9, n.2 maio/ago. 2020.

MONÇALE, A. M.; MOREIRA, B. D. Fotografia, etnografia e festa: um olhar sobre a festa de santo na comunidade São Gonçalo Beira Rio – Cuiabá/MT. **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-oeste**, 15 ed., Rio Verde, GO, 30 maio a 1º jun. 2013, 2013.

O ECO jornalismo ambiental. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias>. Acesso em: 02 maio 2024.

OLIVEIRA-MONTEIRO N; SCACHETTI RE; NAGIB V. Identidades de pescadores caiçaras: heroísmo e precariedade em populações tradicionais? **Desenvolv Meio Ambient**. 41, 2017. p. 124-39. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v41i0.48341>.

OLIVIERA, Gustavo Zanielo; SILVA, Carolina Joana. Conhecimento ecológico tradicional de pescadores profissionais sobre peixes da baía Caiçara, Pantanal de Mato Grosso, Cáceres, Brasil. **Revista Brasileira de Zoociências**. v.15 (1, 2, 3): 171-181, ISSN 1517-6770, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, v. 1. ISBN: 978-92-2-824257-7 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf> Acesso em 01.jul. 2024. Acesso em: 01 jul. 2024.

PEREIRA, V. A.; ZITKOSKI, J. J. La sostenibilidad desde la perspectiva del buen vivir: una mirada más allá del desarrollo sostenible. **ETD –Educação Temática Digital**, Campinas/SP v.26, e024065, 2024. p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8672124/34838>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PIRRELLI, M. A. S.; “Conhecimento tradicional” e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas kaioiwá/guarani. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, 2008. p. 381-96. DOI <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000300002>.

PIZZINATO, A.; GUIMARÃES, D. S.; LEITE, J. F. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39 (n.spe), e032019, 2019. p. 3-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000032019>. Acesso em: 21 mar. 2022.

PROENÇA, W. L. O método de observação participante: contribuições e aplicabilidade para pesquisa no campo religioso brasileiro. **Revista Aulas**, dossiê religioso, n. 4 abr./jul., 2007. Disponível em: https://unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf. Acesso em: 03 abr. 2025.

PUTNAM, R. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. **The American Prospect**, v.4, n.13, 1993. p. 35-42. Disponível em: <http://epn.org/prospect/13/13putn.html>. Acesso em: 21 mar. 2022.

QUIJANO, A. **Des/colonialidad y Buen Vivir**: un nuevo debate en América Latina [Des/coloniality and living well: A new debate in Latin America]. Universidad Ricardo Palma, Editorial Universitaria – Cátedra América Latina y Colonialidad del Poder, 2014.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

ROMANCINI, S. R. Paisagem e simbolismo no arraial pioneiro São Gonçalo em Cuiabá-MT. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 19-20, jan./dez., 2005. p. 81-87.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, 2000. p. 67-80.

RUDDLE, K. Systems of knowledge: dialogue, relationships and process. **Environment, Development and Sustainability**, v. 2, n. 3-4, 2000. p. 277-304.

SANTANA, P. M. S.; MAGALHAES, T. Q. Caso Xukuru e o Bem Viver do povo Fulni-ô (PE), **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 01, 2022, p. 607-635, DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/65133>.

SANTOS, A. L. C. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSs), políticas públicas de mitigação da violência e o direito à cidade segura. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 13, n 4, ISSN 2317-7721, 2021. p.2158-2188. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2021.59692>.

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: CES, 2009.

SANTOS JUNIOR C. F.; POLETO P. R.; BATISTA S. H. S. S. Colônias de pescadores da região costeira do Estado de São Paulo: empoderamento, saúde e qualidade de vida. **Interface** (Botucatu). 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.210607>.
SECOMMT, notícias. Disponível em: <https://www.secom.mt.gov.br/>. Acesso em 05 abr. 2024.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPIR. **O que são Povos e Comunidades Tradicionais**. (2015). Disponível em: <http://seppir.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SGUAREZI, Sandro Benedito; BORGES, Juliano Luis; FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de; GARCIA, Romir Conde. Educação e autogestão: desafios e possibilidades no processo de formação dos sujeitos coletivos da Economia Solidária. **Revista mundo do trabalho contemporâneo**, São Paulo, v.2, 2017. p. 29-49.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, v. 9. n. 1, 1985. p. 11-40. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/issue/view/602>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL - STF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

TYBUSCH, Francielle Benini Agne; SILVA, Priscilla. Desenvolvimento sustentável versus bem-viver: a necessidade de buscar meios alternativos de vida. **Opinião jurídica**, 2022. p. 615-633. DOI: <https://doi.org/10.22395/ojum.v20n43a26>. Acesso em: 31 mar. 2025.

TUSSINI, Gabriel. Audiência de conciliação sobre lei que proíbe pesca em MT termina sem acordo no STF. **O ECO**, jornalismo ambiental. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/audiencia-de-conciliacao-sobre-lei-que-proibe-pesca-em-mt-termina-sem-acordo-no-stf/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

USHER, P. J. Traditional Ecological Knowledge in Environmental Assessment e Management. **Artic**, v. 53, n.2, 2000. p.183-193.

VASCONCELOS, L. C. S. O Bairro São Gonçalo Beira Rio e a Copa do Mundo 2014 em Cuiabá-MT. **GeoSaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 2, 2015, p. 376-386.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado e mudança social. In: DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideu. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi – 2 ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZENI, Camila. Preservação dos peixes. In: **SECOMMT**, notícias. Disponível em: <https://www.secom.mt.gov.br/w/-transporte-zero-ser%C3%A1-um-marco-e-vai-preparar-os-pescadores-para-uma-nova-realidade-afirma-pescador-refer%C3%A2ncia-do-araguaia>. Acesso em: 05 abr. 2024.

MANUSCRITO III
ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS DE CÁCERES, MATO
GROSSO, BRASIL: COMO MANTER VIVA A TRADIÇÃO DA PESCA
ARTESANAL?

Resumo:

A pesca artesanal é uma atividade essencial para a identidade cultural e o sustento das comunidades ribeirinhas, no entanto, as restrições impostas pela Lei n.12.197, de 28 de junho de 2023, conhecida como Lei do Transporte Zero, no estado de Mato Grosso, desafiam a continuidade dessa prática, exigindo estratégias de adaptação. A pesca artesanal sempre foi um dos pilares econômicos e culturais da cidade de Cáceres/MT, na qual os pescadores dependem da pesca para sua subsistência e as práticas tradicionais de pesca, que têm sido passadas de geração em geração, o que caracteriza Conhecimento Tradicional e de Conhecimento Ecológico Local. Assim, a pesquisa tem o objetivo de analisar como a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres, em Mato Grosso, contribui para a manutenção da pesca artesanal, sob a perspectiva do Bem Viver e do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A metodologia de estudo de caso com pesquisa de campo com entrevistas, aplicação da matriz de indicadores do Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020) e análise de conteúdo temática (Bardin, 2016). Deste modo, o estudo contribui para o debate sobre a pesca artesanal em um contexto de restrições ambientais, explorando caminhos para garantir que essa atividade continue sendo um meio de sustento e expressão cultural dos pescadores e comunidades ribeirinhas de Cáceres-MT.

Palavras-chave: associação; Bem Viver; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); pesca artesanal.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal sempre foi um dos pilares econômicos e culturais da cidade de Cáceres, no estado de Mato Grosso. A partir da proibição do transporte de pescado e de algumas espécies de peixes, durante o período de 5 anos a pesca enfrenta um grande desafio. A proibição da pesca tem o potencial de desestruturar a cadeia produtiva e a tradição da pesca, embora a legislação tenha o objetivo de preservação ambiental, levanta-se questões sobre a sustentabilidade socioeconômica e cultural na região, em razão de afetar diretamente o sustento de pescadores, o modo de vida nas comunidades ribeirinhas e a tradição da pesca artesanal.

A associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres tem aproximadamente duzentos (200) membros que dependem diretamente da pesca para sua subsistência e as práticas tradicionais de pesca que têm sido passadas de geração em geração aos pescadores e se caracteriza como Conhecimento Tradicional e de Conhecimento Ecológico Local.

O presente estudo tem o escopo de analisar como a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres, em Mato Grosso, contribui para a manutenção da pesca artesanal, sob a perspectiva do Bem Viver e do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A associação, está localizada na cidade de Cáceres, no estado de Mato Grosso, conhecida como Princesinha do Paraguai, é a porta de entrada do Pantanal Mato-grossense, rica por sua biodiversidade e, por ser um importante centro pesqueiro, está no centro das mudanças trazidas pela Lei n.12.197, de 28 de junho de 2023, conhecida como Lei do Transporte Zero.

O Conhecimento Tradicional é transgeracional, preserva sua continuidade histórica por meio da experiência e da tradição acumuladas ao longo do tempo (Baptista, 2011; Berkes, 1999; Berkes *et al.*, 2000; Diegues, 2000; Roué, 2000; Usher, 2000). Por sua vez, o Conhecimento Ecológico Local é construído por indivíduos ou grupos a partir da observação contínua do ambiente ao longo de suas vidas, sendo integrado à sua vivência e diversidade cultural. Esse conhecimento desempenha um papel fundamental na gestão, conservação e uso sustentável dos recursos naturais (Baptista, 2011; Silva, Gilchrist *et al.*, 2005; Sales; Freire, 2024; Usher, 2000).

O Bem Viver é uma filosofia de vida, uma visão cosmológica e um modelo de desenvolvimento que busca a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária. Inspirado na cosmologia indígena da região andina, está relacionado às concepções de *Sumak Kawsay* e *Suma Qamaña* (Alcântara, 2019; Hidalgo-Capitán, 2014). Essa perspectiva valoriza a interconexão entre todos os seres e elementos da vida, priorizando o bem-estar coletivo em oposição à lógica ocidental baseada no consumismo e no crescimento econômico irrestrito. A proposta do Bem Viver é a construção de uma sociedade baseada na convivência humana em harmonia e diversidade com a natureza, valorizando os aspectos culturais de cada comunidade.

A escolha é trabalhar num viés mais progressista, mais próximo do pós-desenvolvimentismo, não adentrando nos princípios da ciência econômica, mas gerando uma reflexão interdisciplinar ligada às externalidades negativas advindas da lógica hegemônica de crescimento e desenvolvimento econômico, por meio de novas alternativas epistemológicas que se ocupem de um diálogo mais equilibrado e harmônico com a natureza e com a coletividade.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrados à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, constituem um plano de ação voltado para as pessoas, o planeta e a prosperidade, visando erradicar a pobreza em todas as suas formas e promover a paz e a justiça (ONU, 2015). Esses ODS têm o potencial de refletir e influenciar as associações de diversas maneiras, auxiliando-as a alinhar suas atividades com as metas globais de

desenvolvimento sustentável e a fomentar práticas mais responsáveis e inclusivas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar coletivo.

Faz-se mister engajar outras coletividades, como associações, para que elas revelem a desconstrução do viés hegemônico do capital e da exploração. Por meio do diálogo e da promoção de mudanças, é possível trabalhar na redução das desigualdades sociais e da pobreza, além de buscar novas estratégias para o desenvolvimento econômico.

As tradições, saberes, transformação social e cultural abrangem uma variedade de aspectos que podem se manifestar através do empreendedorismo que se reflete sobre as formas de associação e sociabilidade que se estabelecem em coletivos que se mobilizam em favor do bem comum, promovendo a solidariedade e oferecendo serviços que buscam a transformação social e a preservação das tradições.

Na metodologia de estudo de caso foi realizada a pesquisa de campo com entrevistas com o representante da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres/MT e vinte (20) associados. Aplicou-se o formulário qualitativo de coleta de dados (Sampaio; Brasil, 2008), adaptado para a realidade da associação entrevistada com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico e ambiental. Alguns dias depois, fez-se a entrevista de profundidade com o presidente da associação, bem como observação participante. Após, realizou-se a aplicação da Matriz de indicadores do Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020) com análise de conteúdo temático (Bardin, 2016) e, posteriormente, seu alinhamento com os ODS.

O estudo revela a importância para a pesca artesanal em um contexto de restrições ambientais, explorando caminhos para garantir que a atividade continue sendo um meio de sustento e expressão cultural dos pescadores e comunidades ribeirinhas de Cáceres-MT.

1 PESCA ARTESANAL

A pesca é uma ocupação muito antiga, utilizada tanto para mercantilização quanto para a subsistência, várias comunidades no mundo vivem da pesca em razão do fácil acesso ao ambiente aquático e das ferramentas para o trabalho. A pesca e a produção aquícola alcançaram, em 2020, um patamar histórico de 214 milhões de toneladas, valor aproximado de 424 mil milhões de dólares e a produção de animais aquáticos foi mais de 60% (por cento) maior que a média da década de 1990, ultrapassando, consideravelmente, o crescimento da população mundial, em grande parte devido ao aumento da produção aquícola (FAO, 2022).

Para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, “estamos comendo mais alimentos aquáticos do que nunca – cerca de 20,2 kg per capita em 2020, mais que o dobro da nossa taxa de consumo há 50 anos. Globalmente, os alimentos aquáticos fornecem cerca de 17% de proteína animal”, segundo o relatório “a situação mundial da pesca e da aquicultura em 2022 - Rumo à transformação azul” (FAO, 2022, s.p.).

O relatório da FAO (2022) traz a visão para transformar de forma sustentável os sistemas alimentares aquáticos, uma solução reconhecida para a alimentação e a nutrição, segurança e bem-estar ambiental e social. Também contribui para a preservação da saúde do ecossistema aquático, reduz a poluição, protege a biodiversidade e promove a igualdade social. A pesca e a produção aquícola empregam cerca de 58,5 milhões de pessoas na produção primária, sendo cerca de 21% (por cento) de mulheres. O processamento e a utilização de produtos pesqueiros transformaram-se substancialmente nas últimas décadas (FAO, 2022). Para a FAO (2022, s.p.),

[...] em 2020, 89 % (por cento) (157 milhões toneladas) da produção mundial (excluindo algas) foi utilizado para consumo humano direto, em comparação com 67 % (por cento) na década de 1960. O restante (mais de 20 milhões de toneladas) foi utilizado para produtos não alimentares fins – a grande maioria para farinha de peixe e óleo de peixe, sendo o restante para peixes ornamentais, iscas, aplicações farmacêuticas, alimentos para animais de estimação e produtos diretos alimentação na aquicultura e criação de gado e animais peludos. Formas vivas, frescas ou refrigeradas ainda representavam a maior parte dos alimentos aquáticos (excluindo algas) para consumo humano direto, seguido por congelado, preparado e preservado e curado.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Conselho Geral, declarou 2022 o Ano Internacional da Pesca Artesanal e Aquicultura - IYAFA 2022, nomeou a FAO como agência líder para organizar e celebrar com outras organizações, destacando a importância da pesca artesanal de pequena escala e aquicultura para sistemas alimentares, meios de subsistência, cultura e o meio ambiente (FAO, 2022).

Os pescadores artesanais, piscicultores e trabalhadores da pesca podem ser a mudança transformadora para conservação e o uso sustentável dos recursos aquáticos, assim como instrumentos para promover o bem-estar ambiental e social, preservar a saúde do ecossistema aquático, reduzir a poluição, proteger a biodiversidade e promover a igualdade social (FAO, 2022).

Segundo Santos Junior, Poletto e Batista (2022, p. 2):

A pesca artesanal é exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar ou individual, e contempla a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins exclusivamente comerciais. É uma atividade baseada na simplicidade, na qual os próprios trabalhadores desenvolvem suas ferramentas e habilidades de pesca, auxiliados ou não por pequenas embarcações, como jangadas e canoas. Esses pescadores atuam nas proximidades da costa, dos lagos e rios.

Na pesca artesanal, os pescadores, buscam na natureza o essencial para o seu sustento e de sua família e/ou geração de renda, não trazendo prejuízos ou comprometimento ao meio ambiente. Tendo em vista que a prática da pesca artesanal causa menos impacto ao ambiente natural, pois está baseada em técnicas primárias de captura de peixes de maior seletividade, com menor índice de predação (Cardoso, 2000; Oliveira-Monteiro; Scachetti; Nagib, 2017).

A pesca artesanal é dividida em pesca de subsistência, coleta de iscas e pesca comercial, cujas categorias são classificadas como pesca de pequena escala, uma vez que os pescadores somente utilizam varas de pesca; não sendo permitidas redes de pesca ou outros instrumentos de pesca (Chiaravalloti, 2017). Para Santos Jr, Poletto e Batista (2022, p. 2) “o Brasil possui uma costa de 8,5 mil quilômetros, 12% de toda a água do planeta e ainda 8,2 bilhões de metros cúbicos de água distribuídos em rios, lagos, açudes e represas [...], um em cada 200 brasileiros é pescador artesanal”.

A pesca artesanal no Brasil é organizada por representações que vão desde a Confederação Nacional de Pescadores, Federação Estadual, Colônias de Pescadores e Associações que são entidades de classe dos trabalhadores do setor da pesca artesanal e obedecem ao princípio da livre organização e associação, prevista no art. 8º da Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei Federal n. 11.699, de 13 de junho de 2008, e, atualmente, a regulação e o controle da pesca encontra-se sob responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2024). Conforme Favalessa (2020), o Estado de Mato Grosso tem cerca de 16 mil pescadores, que estão distribuídos nas bacias hidrográficas Amazônica, Araguaia-Tocantins e Paraguai. Ainda, de acordo com o autor (2020, s.p.), o

[...] estudo da Agência Nacional de Águas (ANA), que contabiliza 16 mil pescadores artesanais em Mato Grosso, sendo 5 mil apenas na Bacia do Alto Paraguai, onde a atividade movimentava R\$ 38 milhões anualmente [...] Além da fonte de recursos econômicos [...] a pesca é uma atividade tradicional ligada à identidade de muitas comunidades litorâneas e ribeirinhas, com vínculos humanos e culturais.

No Mato Grosso a pesca se dá de forma artesanal e não há pesca industrial, sendo a pesca comercial artesanal “é praticada diretamente por pescador profissional, de forma

autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (inciso I, alínea a, do art. 8º, da lei nº 11.959/2009 – Lei Geral da Pesca)” (AJD, 2024, s.p).

A pesca artesanal é uma atividade exercida pelo pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, que utiliza recursos próprios ou em parceria. Pode ser realizada tanto de forma desembarcada quanto com embarcações de até 20 toneladas. Essa definição assegura aos pescadores artesanais o acesso aos benefícios previdenciários, sendo reconhecidos como segurados especiais (Zaina; Lara; Guimarães, 2024). Para os autores (2024, p. 3):

quando tratamos da região do pantanal Mato-Grossense, sabe-se que cerca de 90% dos moradores da beira do rio (ribeirinhos) são registrados formalmente como “pescador profissional artesanal”, sendo os pescadores artesanais da bacia do Paraguai um dos mais importantes e tradicionais grupos que habitam a região.

A atividade dos pescadores artesanais está profundamente enraizada nas comunidades locais, desempenhando um papel fundamental na geração de renda, no fortalecimento da economia regional e na tradição cultural.

2 ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES PROFISSIONAIS DE CÁCERES – APPCE

O município de Cáceres está a 220 km de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, localizado à margem esquerda do Rio Paraguai, que é um dos mais importantes rios do Pantanal, e uma das maiores áreas úmidas tropicais do mundo, com cerca de 140.000 Km² (Oliveira; Silva, 2013). Segundo os autores, acerca do Rio Paraguai,

sua planície de inundação tem grande valor biológico e econômico, [...] e biodiversidade ao longo do corredor da bacia hidrográfica Paraguai-Paraná, além de grande valor social, suportando a pesca, criação de gado e agricultura em pequena escala para as populações ribeirinhas e outros grupos étnicos e sociais (2013, p. 172).

A atividade de pesca artesanal praticada em Cáceres é realizada por moradores urbanos, turistas, povos originários, comunidades ribeirinhas e pescadores profissionais ou não, cujas práticas de pesca possuem diferentes graus de conhecimentos (Catella, 2006; Ignêz, 2008; Morais, 2006; Oliveira; Silva, 2013), sendo de grande importância para a geração de renda e para garantir a subsistência de muitas famílias. É relevante destacar que nas regiões tropicais

os recursos de pesca, “em especial os oriundos de atividades de pequena escala, representam uma importante fonte de proteína e renda para as populações locais” (Oliveira; Silva, 2013, p. 172).

Abaixo seguem fotos aéreas da cidade de Cáceres, no estado de Mato Grosso:

Figura 3 - Fotos da cidade de Cáceres



Fonte: Google (2024)

A pesca profissional artesanal no município de Cáceres, no estado de Mato Grosso, dá-se pela filiação à Colônia Z-2 e à Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres. Ressalta-se que será objeto da pesquisa apenas a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres- APPEC, tendo em vista que a Colônia Z-2, através de sua representante legal, não concordou em fazer parte da pesquisa.

A Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres, localizada à Rua Seis de Outubro, Centro de Cáceres/MT, foi fundada em 09 de setembro de 2009, tem aproximadamente 200 (duzentos) sócios, entre homens e mulheres. Atualmente, seu presidente é o pescador Lorival Alves da Motta que está no seu terceiro mandato, cada mandato de presidente é de 4 anos.

A Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres estimula, organiza e apoia a principal atividade econômica dos sócios que é a pesca artesanal-profissional em água doce, cujos membros também desenvolvem outras atividades como artesanato, fabricação de canoas, remos, redes para manterem o sustento no período de proibição da pesca. De acordo com o presidente da associação,

aqueles mais tradicionais, que são os antigos mesmos, que vem na luta somente da pesca, eles desenvolvem sim outras atividades, tem uns que fazem

canoa, rede, artesanato, replica de canoinhas, de remo e, outros também nesse período, na cidade fazem pico, aqui e ali, uma forma de se manter no período de 4 meses, por que? Porque nós temos o direito do seguro defeso já tem 7 e 8 meses e tem pescador que ainda não recebeu, então é difícil para esses pescadores ficar dentro da cidade, a pessoa precisa do recurso (entrevista com Seu Lorival).

Na Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres encontramos pescadores que iniciaram a pescaria na infância com os pais e familiares, com conhecimentos passados de geração em geração, com a observação do rio, dos apetrechos de pesca artesanal, melhores lugares de pescarias, acampamentos e se tornaram pescadores profissionais para ajudar a família na subsistência. Nesta direção, seu Lourival relata que

pescar é um esporte que todo mundo gosta, na época que eu comecei foi por opção mesmo, com meu pai, [...] tem muitos que vem da tradição mesmo, da família, [...], eu tenho 35 anos de carteira de pesca, mas parei, estudei, formei, gosto de pescar, é uma forma que a gente tem, mas tem muitos que estão pescando porque não tem opção, a pesca é um meio de procurar a subsistência (Entrevista com Seu Lorival).

Os pescadores e as pescadoras são detentores de conhecimento prático sobre os mecanismos e organismos que manejam, seja em decorrência das informações passadas, tradicionalmente, de geração a geração, seja em razão da elevada prática diária de trabalho, pelo Conhecimento Ecológico Local ou pelo Conhecimento Tradicional. Seu Jonathan, ainda, ressalta,

aprendi desde pequeno a pescar, ia com meu avô e pai para o acampamento no rio, ficava dias dormindo lá, escutava onça no mato, porco do mato [...]. Aprendi a olhar o rio, os pontos de pesca, cada tipo de peixe e a melhor isca. [...] a melhor época é nas águas para pescar Pacú na batida, na vara de bambu e quando o rio estava voltando para caixa o pintado e cachara na boca da saída de isca (Entrevista com seu Jonathan)

A Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres auxilia seus associados com informações sobre leis e direitos, com os documentos para a manutenção com o cadastro de pescador profissional da pesca-artesanal junto aos órgãos como o Ministério da Pesca e Aquicultura, Conselho da Estadual da Pesca (CEPESCA), Federação e Confederação dos Pescadores, com reuniões frequentes, em razão do baixo grau de escolaridade dos membros associados.

Para o pescador Mario a “associação ajuda muito nós pescadores, com a documentação, com benefícios, orientação, é difícil, é tudo no computador agora, no celular, e

fica difícil, tem pescador que não sabe nem ler e nem escrever, vive no rio, quase nem vem pra cidade” (Entrevista com seu Mario da Silva).

De acordo com Zaina, Lara e Guimarães (2024, p. 155) “a maioria dos pescadores [...] são do sexo masculino, possuem entre 50 e 59 anos, um baixo grau de instrução, com 60% deles não alfabetizados ou com a conclusão da 4ª série do ensino fundamental”. Deste modo, a associação é referência para os associados, tendo em vista a organização da documentação, cadastro, o relacionamento interpessoal e a identidade do pescador profissional.

As famílias vivem e sobrevivem da pesca profissional artesanal, fazendo dela seu modo de vida e sustento. Para Seu Lorival, “a pesca dá um retorno financeiro e hoje no período que nós estamos, a falta de emprego tá forçando muitas dessas pessoas ir para o rio, porque é uma fonte de renda para essas pessoas o valor do pescado” (Entrevista com Seu Lorival). Dona Rosana continua

minha família depende da pesca, meu pai sempre foi pescador, minha mãe, meus tios e tias, sempre sobrevivemos da pesca, meu marido é pescador, meus filhos, [...] nasci norio, meu pai fazia os partos da minha mãe, nossa vida foi em acampamento, é tradição pescar na minha família e reunir a família nos finais de semana no rio, no acampamento. Aprendi desde cedo a pescaria com meu pai e mãe. [...] nosso sustento é da pesca, agora com a proibição do pintado e cachara diminuiu muito nosso dinheiro, não dá para sobreviver.” (Entrevista com dona Rosana Lourença)

Em junho de 2023, os pescadores e pescadoras do Estado de Mato Grosso foram surpreendidos com um Projeto de Lei proposto pelo Governo do Estado, conhecido como “Transporte Zero” que proíbe por 5 anos o transporte, o comércio e o armazenamento de pescado. Baseado em relatório realizado pela Assembleia Legislativa no ano de 2021, que considerou a redução do estoque pesqueiro e risco de espécies nativas de Mato Grosso e dos estados vizinhos, com o discurso de que a “proposta favorece o desenvolvimento econômico de 45 municípios que apresentam potencial para o turismo de pesca [...] prevê o pagamento de auxílio financeiro para pescadores profissionais e artesanais, pelo período de três anos” (SECOM-MT, 2023, s.p.).

Em 1º de janeiro de 2024, a Lei n.12.197 de 28 de junho de 2023, que alterou a Lei n. 9.096/2009, entrou em vigor e “proibiu o transporte, o armazenamento e a comercialização do pescado oriundo da pesca em rios de Mato Grosso pelo período de cinco anos” (ALMT, 2024, s.p.). Com exceção da pesca de subsistência, da captura de peixes nas margens de rios para consumo no local e comércio de iscas vivas. Todavia, o partido político do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), por meio do seu Diretório Nacional, o Partido Social

Democrático (PSD) e a Confederação dos Pescadores Profissionais e Aquicultores (CNPA), propuseram três ações diretas de inconstitucionalidade - (ADIs 7471, 7514 e 7590) perante o Superior Tribunal Federal (STF), em face da Lei n. 12.197/2023, do Estado de Mato Grosso (Tussini, 2024), sob a alegação de que a Lei mato-grossense n. 12.197 de 2023,

viola expressamente princípios e dispositivos constitucionais, como o da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), democracia participativa (§ único do art. 1º), liberdade do exercício profissional (art. 5º XIII), bem como atenta contra o pleno exercício dos direitos culturais (art. 215 e 216), além de usurpar a competência legislativa da UNIÃO, a quem compete estabelecer normas gerais sobre a pesca, extrapolando os limites de sua competência suplementar para legislar sobre o tema (art. 24 VI § 1º)” [...] Salienta que a proibição da pesca pelo período de 5 anos contraria de forma direta as determinações contidas na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, o que “pode colocar em risco a continuidade de vida tradicional e comprometer a sobrevivência das comunidades pesqueiras no Estado de Mato Grosso, representando uma ameaça significativa para os pescadores profissionais artesanais (STF, 2024, s.p.).

Nas ADIs alegam que a Lei do Transporte Zero viola o princípio da dignidade humana, “por praticar o que classifica como “racismo ambiental””; terminologia que “refere-se às desigualdades e injustiças ambientais que afetam de forma desproporcional comunidades marginalizadas, muitas vezes compostas por pessoas de baixa renda e minorias étnicas” (STF, 2024, s.p.). E, ainda, que a norma viola o pleno exercício dos direitos culturais, na medida em que,

a pesca artesanal não é apenas uma profissão, mas também está reverberada em um modo de vida, com divisão de trabalho entre os membros da família, sendo assim, uma atividade fundamental para garantir a renda, empregos e a segurança alimentar de milhões de pessoas que vivem em comunidades pesqueiras de todo país (STF, 2024).

Foram realizadas audiências de tentativa de conciliação para discutir a constitucionalidade da Lei de Transporte Zero com Ministro Relator André Mendonça, representantes da Assembleia Legislativa e o Governo do Estado de Mato Grosso, que apresentaram flexibilização da legislação com a manutenção de 12 espécies, contudo, representantes dos pescadores defendem que 4 espécies de peixes da lista do governo estadual poderiam ser liberadas, como o pintado, piraputanga, tucunaré e trairão e, assim, não houve acordo (ALMT, 2024; Tussini, 2024).

Mesmo diante das medidas judiciais, a Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso (ALMT) aprovou a proposta conciliatória levada em audiência no STF que se tornou a

Lei 12.434 de 1º de março de 2024, que limitou a proibição a 12 espécies, as quais são: cachara, caparari, dourado, jaú, matrinchã, pintado, piraíba, piraputanga, pirarucu, pirara, trairão e tucunaré, cujos pescadores afetados receberiam um auxílio de um salário-mínimo por mês (ALMT, 2024; Tussini, 2024). Atualmente, aguarda-se o julgamento das ADIs pelo STF, sob relatoria do Ministro André Mendonça.

Abaixo seguem fotos de manifestações dos pescadores do estado de Mato Grosso contrários a Lei do Transporte Zero nas ruas, rodovias e Assembleia Legislativa:

Figura 4 - Fotos das manifestações dos pescadores profissionais



Fonte: G1 (2024)

Os pescadores artesanais profissionais fizeram várias manifestações contrárias à Lei do Transporte Zero, por todo o estado de Mato Grosso, como Cáceres, Santo Antônio do Leverger, Barra do Bugres e Cuiabá. As manifestações se sustentaram no fato de não concordarem com a proposta do Governo do Estado, pela insegurança instalada, por não conseguirem garantir o trabalho, a renda, a subsistência de suas famílias, suas necessidades fundamentais, tradição cultural, a continuidade do modo de vida e o pertencimento dos pescadores.

A Lei do Transporte Zero impõe desafios significativos aos pescadores artesanais, uma vez que ameaça à segurança financeira e à previdenciária. Apesar da intenção de proteger os estoques pesqueiros, a ausência de alternativas eficazes coloca em risco a subsistência dessas comunidades.

A legislação proibiu a pesca de espécies que representam aproximadamente 40% do pescado comercializado na região, reduzindo a oferta e comprometendo diretamente a economia dos pescadores. Para Zaina, Lara e Guimarães (2024) a perda financeira estimada é de aproximadamente dois milhões anuais. Embora tenha sido implementado um programa de auxílio financeiro para os pescadores afetados, apenas 5% dos trabalhadores atendem aos requisitos para recebê-lo.

Além disso, há exigências burocráticas, como inscrição no Registro Estadual de Pescadores Profissionais (REPESCA) e participação obrigatória em programas de requalificação, o que exclui uma grande parcela da comunidade pesqueira, especialmente, aqueles com baixo grau de escolaridade e pouca ou nenhuma inserção digital. (Zaina; Lara; Guimarães, 2024).

Neste cenário, a Associação dos Pescadores Profissionais tem papel essencial na busca por soluções mais equitativas, e na garantia de que as vozes dos pescadores sejam ouvidas e que medidas mais justas sejam implementadas. Políticas públicas inclusivas devem ser elaboradas com a participação ativa das comunidades afetadas, bem como assegurar o desenvolvimento sustentável que respeite tanto a conservação ambiental quanto os direitos dos trabalhadores da pesca artesanal.

Deste modo, os pescadores do Mato Grosso e do Pantanal, em Cáceres, enfrentam desafios crescentes que ameaçam sua subsistência. Além das restrições impostas pela proibição da pesca de metade das espécies comerciais em um terço da região, eles lidam com o alto custo de vida, a falta de pagamento de auxílios prometidos e as dificuldades financeiras que agravam ainda mais sua situação.

Enquanto isso, as causas do declínio da pesca e dos impactos ambientais – como novos projetos de infraestrutura, a introdução de espécies invasoras e as mudanças climáticas – continuam sem solução e, em alguns casos, são até incentivadas sob a justificativa de desenvolvimento econômico. Infelizmente, essa realidade não é exclusiva do Pantanal, mas reflete um padrão global em que políticas públicas desconsideram as necessidades dos pescadores artesanais. Diante desse cenário, é urgente uma mudança na agenda política, com foco em acordos internacionais mais justos, monitoramento participativo e garantia de direitos de posse, assegurando a proteção dos pescadores locais e dos ecossistemas dos quais dependem.

3 CONHECIMENTO TRADICIONAL E CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL

Os pescadores e pescadoras são detentores de conhecimentos práticos sobre a pesca, os apetrechos artesanais, o rio, ou seja, sobre os mecanismos e organismos que manejam, seja em decorrência das informações passadas tradicionalmente de geração a geração, seja em razão da elevada prática diária de trabalho.

Para Diegues (2000, p. 30) o "[...] conhecimento tradicional é o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração". Este conhecimento é propagado de geração em geração, baseado na experiência e na tradição, com uma continuidade histórica e um foco na preservação ambiental (Baptista, 2011; Berkes, 1999; Berkes *et al.*, 2000; Usher, 2000;).

O conhecimento tradicional é uma estrutura multifacetada, composta por um vasto legado cultural que engloba crenças, valores e práticas resultantes da vivência de “Povos e Comunidades Tradicionais” em seu ambiente. Esse saber ancestral guia o modo de vida dessas comunidades, garantindo sua autonomia e a continuidade de suas tradições (Fonseca, Zaninelli, 2024). Nesta direção, Arruda *et al.* (2018, p. 316) afirma que:

O conhecimento advindo dos pescadores tradicionais acerca dos elementos relacionados à pesca e às transformações que acontecem na paisagem local pode ser útil, ao fornecer informações essenciais para o arranjo de leis ambientais eficientes, visando, sobretudo, a assegurar existência de biodiversidade para gerações futuras, especialmente em países culturalmente e biologicamente megadiversos, como é o caso do Brasil.

As Comunidades Tradicionais são conhecidas como guardiãs da biodiversidade e da cultura, carregam “[...] explicitamente a diversidade linguística, a diversidade dos conhecimentos e práticas tradicionais e das demais expressões culturais dos povos” (Almeida, 2007, p. 16). São grupos que adotam práticas sociais, conhecimentos e saberes fundamentados, em sua maioria, no respeito ao ser humano e à natureza.

Para Figueiredo, Barros e Silva (2024, p. 231), as “[...] comunidades tradicionais que têm a pesca como principal atividade socioeconômica, cujo conhecimento constitui um patrimônio cultural que deve ser valorizado no âmbito não apenas da gestão dos recursos pesqueiros, mas em todos os sentidos da gestão ambiental e territorial”. Esses saberes são ensinados, preservados e reforçados no convívio coletivo, sendo compartilhados com confiança e lealdade à produção e ao saber-fazer. Esse processo fortalece o sentimento de pertencimento,

além de preservar a cultura, a identidade e a autenticidade de sua produção. Assim, as Comunidades Tradicionais nomeiam, estruturam, classificam e vivenciam seus conhecimentos nos aspectos prático, simbólico e espiritual (Diegues; Arruda, 2001).

Já o conhecimento ecológico local é aquele adquirido por meio da observação de eventos que são integrados à sua vivência, diversidade cultural e meio ambiente, por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos ao longo de suas vidas, com objetivo à gestão, manutenção e conservação dos recursos naturais (Baptista, 2011; Gilchrist *et al.*, 2005; Usher, 2000).

Para Silva, Sales e Freire (2024, p. 3) o conhecimento ecológico local “[...] pode ser definido pelo conjunto de conhecimento sobre ecologia e gestão de recursos naturais que uma pessoa adquire ao longo da vida, que pode variar por gênero, idade, nível educacional e frequência de contato com áreas naturais”. Esse conhecimento valoriza os saberes ecológicos comunitários e a participação na gestão, sendo fundamental para a conservação e o manejo dos ambientes em que habitam, assim como para a promoção do desenvolvimento social e da ética ambiental. Berkes (1999) descreve o conhecimento ecológico local como a observação contínua e progressiva realizada por indivíduos em contextos socioecológicos específicos.

Dessa forma, o conhecimento ecológico local abrange não apenas aspectos da ecologia, mas também práticas, comportamentos e procedimentos advindos da experiência coletiva da comunidade. Esse saber ultrapassa o âmbito individual, promove a gestão colaborativa por meio de associações, grupos, cooperativas e práticas ligadas à pesca. Nesse contexto, Ruddle (2000) ressalta a importância de compreender as bases sociais do conhecimento local e as conexões cognitivas entre esse saber sobre os peixes e sua aplicação nas atividades pesqueiras.

O conhecimento ecológico local se destaca como um recurso essencial para a gestão da pesca, ao mesmo tempo em que ajuda a reduzir a desconfiança acadêmica em relação ao saber etnobiológico. Sua aplicação no manejo pesqueiro fornece diretrizes para pesquisas biológicas e contribui para o desenvolvimento de estratégias de gestão compartilhada.

Ruddle (2000) defende o desenvolvimento de novas estratégias e tecnologias de pesca baseadas no conhecimento ecológico local dos pescadores, ressaltando sua alta eficiência e especificidade. Esse saber considera fatores como tempo, local, ciclo lunar e abundância das espécies-alvo, permitindo a utilização de métodos eficazes que preservam o equilíbrio ambiental.

Dessa forma, o conhecimento ecológico local desempenha um papel fundamental não apenas na pesca, mas também em diversas outras atividades. Seu sucesso está atrelado à

aplicação dos saberes adquiridos por meio da observação contínua do ambiente, abrangendo o uso de iscas, escolha de equipamentos, seleção de habitats e compreensão das espécies de peixes. Esse conhecimento permite a adaptação e aprimoramento das técnicas de pesca, contribuindo para uma exploração sustentável dos recursos naturais.

Observa-se que tanto o Conhecimento Tradicional quanto o Conhecimento Ecológico Local são fundamentais para a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais. As comunidades detentoras desses saberes desempenham um papel essencial na preservação da biodiversidade e na manutenção de ecossistemas equilibrados, adotando práticas que respeitam a dinâmica natural e promovem a sustentabilidade. Além disso, esses conhecimentos reforçam a identidade cultural e a coesão social, pois as práticas de manejo e as tradições culturais estão profundamente conectadas à relação das comunidades com o meio ambiente.

4 BEM VIVER

No contexto da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres, em Mato Grosso, a filosofia de vida do Bem Viver (BV) orienta uma abordagem coletiva que busca alternativas para um sistema que trata as pessoas e a natureza como meros recursos de mercado.

O BV inspirado nas cosmovisões dos povos originários da região andina, especialmente, nas noções de *Sumak Kawsay* (*quechua*) e *Suma Qamaña* (*aymara*), o conceito valoriza a harmonia entre ser humano, natureza e cosmo, em oposição ao modelo capitalista e desenvolvimentista centrado no consumo e na exploração da terra como mero recurso produtivo (Alcântara, 2019; Acosta, 2019; Hidalgo-Capitán, 2014; Krenak, 2020; Mamani, 2010).

Para Krenak (2020, p. 6):

O Sumak Kawsai é uma expressão que nomeia um modo de estar na Terra, um modo de estar no mundo. Esse modo de estar na Terra tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem água com a gente e que pisam nessa terra junto com a gente. Esses seres todos, essa constelação de seres, é que constituem uma cosmovisão.

Trata-se de uma proposta que transcende o bem-estar individual e material, e que propõe o bem coletivo, o equilíbrio com o território e o reconhecimento da diversidade cultural e espiritual. Como ressalta Krenak (2020), o Bem Viver não se resume a uma escolha pessoal, mas demanda um compromisso ético com todas as formas de vida, humanas e não humanas, em um contexto histórico marcado por desigualdades e conflitos socioambientais.

De acordo com Boff (2013), o ideal do BV busca um estilo de vida que não se limita ao individualismo que muitas vezes caracteriza o conceito de “viver melhor” ou “qualidade de vida”, que podem acarretar sacrifícios para outros. O Bem Viver andino propõe uma ética de suficiência que abarca toda a coletividade e não apenas o indivíduo, enfatizando uma visão integral do ser humano como parte de uma grande comunidade que inclui a natureza, como ar, água, solo, montanhas, árvores, animais, além do cosmos. Esse ideal busca um equilíbrio profundo com a *Pacha* (energia universal) e a *Pachamama* (Terra), promovendo uma conexão com Deus e a universalidade da vida (Boff, 2013). A filosofia do BV se baseia na continuidade de uma harmonia que liga todos os aspectos da vida, e promove a solidariedade e a unidade entre todas as pessoas (Boff, 2013).

O BV visa a coexistência harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, destacando a importância de uma vivência comunitária que respeite e valorize o meio ambiente, fundamentando-se em uma ética de suficiência coletiva. É considerado um paradigma que permite a convivência de diferentes saberes e culturas, apontando para alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante (Alcântara; Sampaio, 2017).

Para Gudynas e Acosta (2011), o BV representa uma chance de construir uma sociedade que valorize a diversidade e a harmonia com a natureza, reconhecendo os valores culturais que existem em diferentes contextos. Boff (2013) aponta o Bem Viver como um princípio de viver em harmonia com a natureza que compartilha equitativamente os recursos culturais e sustentáveis entre os seres humanos. O Bem Viver se liga a princípios éticos e à emancipação humana, construindo alternativas ao modelo hegemônico existente.

Segundo Siqueira Junior (2020, p. 1) o BV agrega elementos que

[...] formam um conjunto heterogêneo de ideias em construção e apresentam propostas de diálogo intercultural igualitário, centrados no bem-estar coletivo, em formas de produção e distribuição igualitária de recursos; em relações de equilíbrio com um território e possibilidades de transcendência do plano material.

Para Krenak (2020, p. 8-9).

O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoal. Quando estamos habitando um Planeta disputado de maneira desigual, e no contexto aqui da América do Sul, do país em que vivemos que é o Brasil, que tem uma história profundamente marcada

pela desigualdade, a gente simplesmente fazer um exercício pessoal de dizer que vai alcançar o estado de Buen Vivir.

Pensar num projeto de vida coletivo, capaz de provocar rupturas com paradigmas excludentes e inaugurar novas formas de pensar, viver e de se relacionar no âmbito das relações humanas. Esse processo exige a implementação de políticas sociais que assegurem os direitos fundamentais de indivíduos e coletivos, promovendo transformações concretas na realidade atual.

Nesse contexto, Alcântara e Sampaio (2019, 2020) apresentam uma matriz de indicadores do Bem Viver, com o objetivo de que sua aplicação em comunidades resulte na formulação de políticas públicas focadas em direitos sociais e questões éticas, educacionais, saúde, reconhecimento de modos de vida tradicionais, economia solidária, e criação de oportunidades de trabalho e renda. Essa matriz é organizada em três dimensões fundamentais: pessoal (harmonia interna), social (integração comunitária) e integral (relação com a natureza), composta por 17 indicadores, que incluem habitação, trabalho, educação, saúde, pertencimento, e outros aspectos que influenciam a qualidade de vida e a participação social.

A aplicação da matriz do BV para Alcântara e Sampaio (2019, 2020) pode contribuir significativamente para a Associação dos Pescadores Profissionais, para o fortalecimento social, melhoria da qualidade de vida dos associados e o desenvolvimento sustentável, uma vez que considera de forma integrada as dimensões pessoal, social e integral.

5 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Durante a Cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2015, foram estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), iniciando uma nova agenda global, chamada de Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que foi aderida por 193 Estados-membros da ONU, de acordo com Cruz *et al.*, 2022.

Para Santos (2021, p. 2.159) “[...] o plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta”, para alcance até 2030, são metas de ação global “[...] a expectativa é de que, para além do alcance das metas pactuadas, os países definam as suas metas nacionais e as incorporem em suas políticas, programas e planos de governo” (Cruz *et al.*, 2022, p.1).

A Agenda 2030 é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) “a qual estabelece um conjunto ambicioso de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que buscam direcionar esforços globais para um futuro mais justo, inclusivo e sustentável” (Pires; Oliveira; Yamaguchi, 2025, p. 6). De acordo com a Agenda 2030

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil (ONU Brasil, 2022).

O Brasil, como país-membro da ONU, aderiu aos ODS desde o início de sua vigência. Em 2016, foi criada a Comissão Nacional para os ODS (CNODS), com o objetivo de promover a internalização, a disseminação e a transparência no processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. Em 2019, houve a revogação da CNODS, e a implementação da Agenda 2030, é coordenada pela da Secretaria Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República (Cruz *et al.*, 2022). Contudo, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 buscou diálogo junto ao governo para o reestabelecimento da CNODS (Relatório Luz, 2023, p. 8). Atualmente, “com destaque para a reabertura dos espaços de participação da sociedade civil nas instâncias de governança – entre eles a Comissão Nacional dos ODS – e para o protagonismo que o Brasil voltou a ocupar nas relações internacionais” (Relatório Luz, 2024, p. 4).

Os ODS desempenham um papel multifacetado na sociedade, funcionando como um guia para que os países, como o Brasil, elaborem políticas públicas e estratégias que incentivem o desenvolvimento sustentável, integrando dimensões econômicas, sociais e ambientais (Lavall, Olsson, 2019). Além disso, os ODS necessitam da colaboração de diversos segmentos da sociedade civil, incluindo governos, empresas, organizações não governamentais, como a associação analisada e cidadãos, visando alcançar as metas estabelecidas.

Para o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (Relatório Luz, 2023, p. 8):

[...] o desenvolvimento sustentável demanda processos democráticos, basilares para a construção de sociedades equitativas para todas as partes interessadas, o que somente poderá ser alcançado com a participação efetiva de uma sociedade civil organizada, independente e proativa. Por isso é hora de reconhecer a dedicação tenaz deste setor que, mesmo enfrentando as adversidades políticas e financeiras dos últimos anos, buscou manter vivos os compromissos com os ODS, desenvolvendo e implementando tecnologias sociais sustentáveis e criando instrumentos de monitoramento para políticas públicas.

Importante destacar o papel do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030, que em 2024 lançou a 8ª edição do Relatório Luz, que analisa as metas e os indicadores da Agenda 2030, no Brasil, com o compromisso de orientar as políticas públicas e alimentar a cultura democrática e de participação cidadã (Relatório Luz, 2024, p. 4).

Os ODS e suas metas são “integrados e indivisíveis, equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (ONU, 2015, p. 1). Isso significa que devem ser economicamente sustentáveis, capazes de gerar bens e serviços de maneira equilibrada, a partir da visão holística do processo de desenvolvimento e o seu foco no enfrentamento das desigualdades e erradicação da pobreza no mundo.

Em que pese, a importância dos ODS, não se consegue soluções para se efetivar as metas estabelecidas, como destaca o Relatório Luz (2024, p. 4):

[...] contexto de maior tensionamento global e de policrise com a perda acelerada da biodiversidade, emergência climática, disrupções econômicas e guerras que fragilizam ainda mais o sistema multilateral, denunciando incapacidades e/ou desinteresse das lideranças mundiais em adotarem soluções que, efetivamente, nos aproximem das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os ODS são de extrema relevância tanto para o Brasil quanto para o mundo, pois estabelecem uma agenda global que busca enfrentar de forma integrada e sustentável os desafios sociais, econômicos e ambientais. Eles representam um compromisso coletivo para lidar com questões urgentes, como a pobreza, a fome, a desigualdade e as mudanças climáticas, promovendo uma abordagem colaborativa na resolução de problemas que afetam a todos indiscriminadamente. De acordo com o Relatório Luz (2024, p. 4),

Na América Latina, onde apenas 22% das metas estão em progresso satisfatório, o Brasil se destaca como uma promessa incumprida. Historicamente, o país foi descrito como o “país do futuro”, promessa que, infelizmente, nunca se concretiza. Entre tropeços, não se consegue tomar as rédeas do desenvolvimento sustentável, principalmente em decorrência de um sistema político controlado por grupos que se alimentam das desigualdades e se beneficiam dos privilégios por elas gerados

A busca por soluções para cumprir os ODS estimula a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias, incluindo aquelas de natureza social, que podem aprimorar a qualidade de vida e a eficiência dos recursos em todo o mundo. Nesse contexto, a implementação dos ODS é crucial para garantir que as gerações futuras tenham acesso a recursos naturais e a um

ambiente saudável, promovendo a sustentabilidade do planeta. Contudo, números mostram que no Brasil

a destruição dos últimos anos, aliada à pandemia da Covid-19, foi tão vasta que apesar deste Relatório Luz mostrar que em 2023, 58 (34,52%) das 168 metas aplicáveis ao país tiveram progresso insuficiente e 13 (7,73%), progresso satisfatório, o cenário não é de avanço: ele indica que, numa velocidade aquém da necessária, o país tenta recuperar o que perdeu e foi destruído [...] em muitos setores, *progredir* significou apenas voltar aos índices de 2015 ou 2020. É grave que 40 metas retrocederam ou se mantiveram em retrocesso (23,8%), que 43 (25,59%) seguiram estagnadas; com 10 (5,95%) delas ameaçadas e com 04 (2,38%) sem dados para avaliação (Relatório Luz, 2024, p. 4).

Diante do atual cenário brasileiro e global, no qual as desigualdades sociais, culturais e raciais são acentuadas por crises políticas e ambientais, a implementação dos ODS torna-se ainda mais urgente. E por meio de estudos críticos sobre a Agenda 2030, Cabral e Gehre (2020), propõem um conjunto de novos objetivos, ODS 18 - “Promover a igualdade racial a partir do enfrentamento a todos os tipos de racismo”, ODS 19 - “Arte, Cultura e Comunicação” e o ODS 20 - “Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais”. Esses objetivos emergem como propostas essenciais no contexto de “Reimaginando a Agenda 2030” no Brasil.

A inclusão dos ODS 18, 19 e 20 nas políticas públicas responde a uma demanda premente por justiça social e contribui para a construção de sociedades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis. Ao valorizar a diversidade cultural e étnica, o Brasil, por meio dos novos ODS, reafirma seu compromisso com os direitos humanos e se posiciona como um líder regional na promoção de práticas que respeitam e valorizam a diversidade racial, cultural e étnica, alinhando-se aos esforços globais para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades sociais e fomentar o desenvolvimento sustentável.

Ao reimaginar a Agenda 2030, proposta de Cabral e Gehre (2020), o Brasil tem a oportunidade de liderar um movimento significativo em direção à inclusão e equidade, servindo de modelo para outros países que enfrentam questões semelhantes. Deste modo, é necessário esforços para a implementação da Agenda 2030, indo além do Poder Executivo. Particularmente, a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres desempenha um papel vital na promoção dos ODS, ao integrar práticas sustentáveis em suas atividades pesqueiras e ao contribuir para a preservação dos ecossistemas locais.

A associação exerce um papel fundamental na construção de um modelo alternativo desenvolvimento que dialoga com os saberes tradicionais e a filosofia de vida do Bem Viver. Ao trazer práticas sustentáveis à pesca artesanal, a associação valoriza o conhecimento

acumulado por gerações, promove o equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e a preservação dos ecossistemas locais e proporciona o desenvolvimento social e econômico de seus associados. A associação representa um exemplo significativo de como as comunidades locais podem atuar ativamente no cumprimento dos ODS, garantindo um futuro mais sustentável e justo para todos.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso com pesquisa qualitativa e observação participante e entrevistas com o representante da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres/MT e vinte (20) associados, por meio de um formulário qualitativo de coleta de dados adaptado para a realidade da associação entrevistada (Sampaio; Brasil, 2008) e formulário de entrevista semiestruturada. Alguns dias após fez-se a entrevista de profundidade com o presidente da associação.

As entrevistas aconteceram na sede da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres com seu presidente, o pescador Lorival Alves da Motta, que está no seu terceiro mandato à frente da associação, que respondeu com muita tranquilidade e responsabilidade as perguntas que lhe foram direcionadas. Logo após, realizou-se entrevistas com dez (10) associados e, na semana seguinte, com mais dez (10) associados, totalizando o número de vinte (20) associados entrevistados, que se dispuseram a responder a entrevista, ao final, aconteceu a entrevista de profundidade com o presidente da associação.

A observação participante para Abib, Hoppen, Hayashi Junior (2013, p. 605) “é tipo de investigação, fundamentado em descobertas no campo, envolve a participação do pesquisador no dia a dia dos pesquisados. Por isso a observação participante deve ser personalizada e multifatorial”. A observação participante realizada junto à Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres e associados, proporcionou uma experiência rica e imersiva no cotidiano dos pescadores e em suas práticas tradicionais da pesca artesanal no Rio Paraguai em Cáceres/MT.

Em seguida, aplicou-se a matriz de indicadores do Bem Viver de Alcântara e Sampaio (2019, 2020) e após analisou a sua aproximação com os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015). A matriz de indicadores do Bem Viver que é estruturada em três dimensões fundamentais: pessoal (harmonia consigo mesmo), social (harmonia com a comunidade integral) e integral (harmonia com a natureza), cuja matriz é

composta por 17 indicadores, que abrangem diferentes elementos como: trabalho, habitação, educação, saúde, família, segurança, pertencimento, religião e convicção, tempo livre e cultura, tomada de decisão recursos materiais, emoções, relações de gênero e juventude, tecnologias de informação e comunicação, fatores produtivos, participação e meio ambiente (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020).

A análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) foi utilizada como base metodológica para se chegar aos resultados e ao desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, estruturada em três etapas principais:

Na primeira etapa entrevistou-se o presidente da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres, vinte associados e diário da observação participante. As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e organizadas, de modo a garantir uma base sólida para a análise subsequente. Esse processo inicial foi essencial para assegurar a fidelidade e a integridade das informações coletadas, permitindo uma visão clara e sistemática do conteúdo.

A segunda etapa envolveu o processo de codificação, no qual o conteúdo transcrito foi analisado e segmentado em unidades significativas. A codificação foi dividida em duas dimensões: a) unidade de registro (temática): identificação de temas ou tópicos relevantes no discurso do entrevistado; e b) unidade de contexto: análise do local ou situação em que a unidade de registro está inserida, a fim de compreender seu significado em um contexto mais amplo. Para esta análise, foi aplicada a Matriz do Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019; 2020), que fornece uma perspectiva estruturada para identificar elementos qualitativos que dialogam com os valores do Bem Viver e as dinâmicas sociais e culturais locais da associação.

A terceira etapa correspondeu à categorização, na qual os resultados da aplicação da Matriz do Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020) foram agrupados e relacionados aos ODS (ONU, 2015). Essa fase envolveu a identificação de categorias emergentes que refletem as interações entre as práticas locais descritas pelo entrevistado e os princípios dos ODS. O agrupamento permitiu a construção de uma análise integrada, evidenciando como o Bem Viver se conecta com os objetivos globais de sustentabilidade e desenvolvimento humano.

Nesse processo de análise foi possível obter uma compreensão aprofundada das narrativas locais e práticas, o que revelou elementos fundamentais dos valores culturais, sociais e ambientais da associação, destacando a autogestão, o fortalecimento dos laços coletivos e a promoção do desenvolvimento sustentável local. Esses aspectos são essenciais o fortalecimento e resistência para a preservação das tradições culturais da pesca artesanal.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em resposta ao capitalismo e à hegemonia da sociedade, os trabalhadores desenvolveram uma tecnologia social, através do associativismo, criaram organizações coletivas de massa, como sindicatos, comitês de fábrica e cooperativas, com o objetivo de transformar as relações de produção nas unidades de trabalho (Vieitez; Dal Ri, 2010). Essas iniciativas representam lutas sociais que, de alguma forma, desafiam a ordem estabelecida.

O trabalho associado representa a criação de novas relações sociais de produção e socialização como uma alternativa de caráter sistêmico e organizacional. Seu objetivo é promover renda e trabalho por meio da organização socioprodutiva, funcionando como um mecanismo de defesa contra as desigualdades sociais e o desemprego. Além disso, busca valorizar a autonomia, a liberdade e o acúmulo de experiências e saberes.

O associativismo e as relações associativas desempenham um papel essencial na promoção do diálogo, valorização e senso de pertencimento, além de contribuir para a formação de sujeitos coletivos. Esses processos fortalecem a autonomia coletiva, a autogestão e a democracia, por meio da participação ativa nas decisões e na gestão da associação. Além disso, favorecem o compartilhamento de saberes e conhecimentos, assim como a construção de redes de cooperação e parcerias para viabilizar trocas comerciais (Sguarezi *et al.*, 2017).

A Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres/MT é considerada uma associação pequena, devido ao contexto e setor em que está inserida, ao número de membros, estrutura organizacional simples, atuação local e recursos limitados. Nesse cenário, o associativismo desempenha um papel fundamental no fortalecimento e na sustentabilidade da associação, oferecendo benefícios como a união coletiva, acesso a recursos, compartilhamento de custos, aprendizado mútuo, ampliação de contatos e maior representatividade. Esses fatores contribuem diretamente para o desenvolvimento sustentável e a resiliência da organização.

A Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres/MT apresenta as seguintes características, vejamos o quadro 1:

Setor de atuação	concentra suas atividades na defesa dos interesses e direitos dos pescadores profissionais da região de Cáceres
Atividades e produtos	voltada para questões relacionadas à pesca sustentável, legislação pesqueira e direitos trabalhistas e renda dos pescadores.
Público-alvo	representa pescadores que dependem da pesca como fonte de renda.
Interesse comunitário	tem interesse em promover o desenvolvimento e o bem comum de seus associados e da comunidade local e a defesa dos direitos e interesses dos pescadores profissionais.

Trabalho coletivo	pode se beneficiar do trabalho coletivo e da cooperação dentro da associação para alcançar objetivos comuns, como a melhoria das condições de trabalho, a defesa de seus direitos e políticas públicas.
Envolvimento com questões locais	A associação está inserida em contexto local (Cáceres) e pode se envolver em iniciativas e projetos que visam o desenvolvimento sustentável, a preservação da cultura local da pesca artesanal e a promoção da economia solidária em sua região.

Fonte: Construção da Autora

A Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres/MT é uma forma de organização comunitária que busca atender aos interesses coletivos, promovendo a valorização da cultura local, a conservação da pesca artesanal, a renda, a solidariedade, a inclusão e o empoderamento. Além disso, contribui para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, alinhando-se à visão holística do Bem Viver (BV). Essa cosmovisão enfatiza a harmonia entre os seres humanos, a natureza e o cosmos, fundamentando-se no equilíbrio entre o bem-estar individual e coletivo, a sustentabilidade ambiental, a justiça social e a espiritualidade (Alcântara, 2019; Hidalgo-Capitán, 2014), conforme o quadro 2:

Valorização da coletividade	O BV destaca a relevância das relações comunitárias, da solidariedade e da cooperação, princípios essenciais a associação e para a pesca artesanal. Esses valores estão alinhados com a economia solidária, que fortalecem o trabalho coletivo e a autogestão, promovendo a sustentabilidade da atividade pesqueira e a valorização do conhecimento tradicional.
Respeito à natureza	O BV enfatiza a interdependência entre os seres humanos e a natureza, incentivando práticas sustentáveis e o cuidado com o meio ambiente. No contexto da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres, essa perspectiva se manifesta na adoção de métodos de pesca artesanal que respeitam os ciclos naturais, na gestão coletiva dos recursos e na valorização de práticas sustentáveis, alinhadas aos princípios da economia solidária.
Justiça social e equidade	O BV promove a equidade, a inclusão e o respeito às diversidades culturais e sociais, princípios fundamentais para a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres. No contexto da pesca artesanal, esses valores se refletem na participação ativa dos membros na gestão coletiva, na distribuição justa dos benefícios e na valorização dos saberes tradicionais, fortalecendo a identidade cultural e a coesão social da comunidade pesqueira.

Fonte: Construção da Autora

O BV oferece uma base filosófica e ética para nortear as práticas da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres, promovendo valores de solidariedade, sustentabilidade e

justiça social. No entanto, sua implementação enfrenta desafios que exigem adaptações para harmonizar sua visão holística com as realidades e dinâmicas da associação.

Questões estruturais, culturais e econômicas podem dificultar essa integração, especialmente, em um cenário onde prevalecem modelos de desenvolvimento focados no crescimento econômico e na acumulação de capital. Ainda assim, o BV se apresenta como uma alternativa viável ao modelo hegemônico, representando uma ruptura de paradigma que fortalece a pesca artesanal e a autonomia dos pescadores, ao mesmo tempo em que valoriza o equilíbrio entre sociedade e natureza.

Vejamos a aplicação das dimensões da Matriz do BV (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020), no quadro 3:

Foco na atuação	A Associação dos pescadores profissionais de Cáceres/MT concentra-se na pesca profissional, com ênfase na sustentabilidade dos recursos hídricos e na preservação do meio ambiente aquático. As atividades incluem a pesca responsável e a defesa dos direitos dos pescadores, além de práticas que garantem a conservação dos ecossistemas.
Dimensões da Matriz do Bem Viver	
Dimensão pessoal	Está diretamente ligada à segurança alimentar, à subsistência e ao fortalecimento da identidade comunitária, uma vez que a pesca artesanal é essencial para sua sobrevivência e cultura
Dimensão Social	A associação dos pescadores, por sua vez, foca na organização coletiva para a defesa de direitos, manutenção da pesca artesanal e na luta por políticas públicas que beneficiem a categoria, promovendo a justiça social e a participação democrática.
Dimensão integral	A relação é direta e prática, com um foco na gestão dos recursos hídricos e na preservação dos ecossistemas aquáticos, reconhecendo a interdependência entre a comunidade e o meio ambiente. Implementam práticas de pesca sustentável, como a utilização de técnicas que minimizam o impacto ambiental e a promoção da conservação dos <i>habitats</i> aquáticos.

Fonte: Construção da Autora

Sob a ótica do Bem Viver, a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres se destaca como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento tradicional, priorizando a harmonia entre os seres humanos, a natureza e a cultura local. Sua atuação fortalece os conhecimentos tradicionais e conhecimentos ecológicos das comunidades ribeirinhas de Cáceres, Mato Grosso, promovendo o bem-estar coletivo e a sustentabilidade diante dos

desafios impostos, como a Lei de Transporte Zero, que impacta diretamente a pesca artesanal e a subsistência dos pescadores.

A associação mantém um compromisso sólido com a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica, adotando práticas que respeitam e preservam os recursos naturais sem comprometer as gerações futuras. Além disso, valoriza a cultura local e as tradições da comunidade pesqueira, atua como guardião do patrimônio cultural e assegura a continuidade dos saberes e práticas tradicionais.

Para os pescadores, a dimensão pessoal do BV está diretamente ligada à segurança alimentar, à subsistência e ao fortalecimento da identidade comunitária, uma vez que a pesca artesanal é essencial para a subsistência alimentar, financeira e cultural. Nesse contexto, a Lei de Transporte Zero impacta diretamente suas condições de trabalho e acesso aos recursos pesqueiros, exigindo adaptações que conciliam a preservação ambiental com a garantia do sustento.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus membros e da comunidade em geral, a associação promove inclusão social, solidariedade e justiça econômica, garantindo que suas atividades – como a comercialização do pescado e renda – beneficiem a coletividade. Como uma organização comunitária, fortalece a coesão social, criando um espaço de participação democrática e defesa de direitos, permitindo que os pescadores tenham voz ativa na formulação de políticas e na busca por soluções que respeitem sua realidade e garantam a continuidade da pesca artesanal.

Importante destacar que a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres também pode contribuir para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), vejamos como no quadro 4:

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Pode contribuir para a promoção do trabalho decente e crescimento econômico, garantindo condições dignas de trabalho e valorização da pesca profissional, seja através da pesca artesanal e comercialização do pescado.
ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis	promover práticas que incentivam a pesca responsável, a preservação dos recursos naturais e o uso de técnicas tradicionais que respeitem os ecossistemas aquáticos. Além de estimular o manejo adequado da pesca, evitar desperdícios e fomentar a conscientização ambiental.
ODS 14 - Vida na Água	desempenhar um papel importante na conservação dos ecossistemas aquáticos e na promoção da pesca sustentável, incentivo às práticas responsáveis, como manejo sustentável da

	pesca, proteção de espécies nativas e recuperação de áreas degradadas e, ainda, fortalecer a conscientização sobre a importância da proteção dos ecossistemas aquáticos, garantindo a sustentabilidade da pesca para as futuras gerações.
ODS 15 - Vida Terrestre	pode atuar na conservação da biodiversidade local e na valorização dos recursos naturais. Por meio de práticas como restauração de áreas degradadas, reflorestamento de matas ciliares e manejo sustentável da pesca, a associação contribui para a proteção dos ecossistemas da região, garantindo a preservação dos habitats naturais e o equilíbrio ambiental, garantindo o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira e da economia regional.
ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos	pode fortalecer suas iniciativas e ampliar seu impacto na comunidade ao estabelecer parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil, instituições governamentais e o setor privado. A cooperação entre diferentes setores pode viabilizar projetos de capacitação, acesso a recursos financeiros, desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e implementação de políticas públicas voltadas para a pesca sustentável e a conservação ambiental.

Fonte: Construção da Autora

Deste modo, a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres desempenha um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável, alinhando suas ações a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No âmbito do ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, a associação busca garantir condições dignas de trabalho para os pescadores, promover a valorização da pesca profissional e incentivar alternativas econômicas sustentáveis, como o turismo ecológico e a piscicultura responsável.

Além disso, em consonância com o ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis, suas iniciativas podem fortalecer a pesca responsável, reduzir desperdícios e estimular práticas tradicionais que preservam os ecossistemas aquáticos. No contexto ambiental, a associação pode atuar ativamente na conservação dos rios e lagos em Cáceres e região e na proteção da biodiversidade local, alinhando-se ao ODS 14 - Vida na Água e ao ODS 15 - Vida Terrestre, promovendo a recuperação de áreas degradadas, o reflorestamento de matas ciliares e o manejo sustentável dos recursos naturais.

Para ampliar o impacto dessas ações, a associação pode estabelecer parcerias estratégicas com organizações, instituições governamentais e o setor privado, reforçando o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação. Essas colaborações podem viabilizar projetos de capacitação, acesso a recursos financeiros e desenvolvimento de políticas públicas que beneficiem a pesca sustentável e o crescimento econômico da comunidade. Ao integrar esses ODS em sua atuação, a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres se torna um agente

fundamental na promoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental, garantindo o equilíbrio entre a preservação dos recursos naturais e o bem-estar dos pescadores e da população local.

A Agenda 2030, com seu lema "Não deixe ninguém para trás", busca promover o desenvolvimento sustentável com equidade, considerando a diversidade cultural, o combate às discriminações e a justiça social. No entanto, suas metas não contemplam de forma específica algumas realidades latino-americanas e brasileiras, incluindo as Comunidades Tradicionais, como os pescadores artesanais de Cáceres. Apontam Cabral e Gehre (2020), que há lacunas na representação de certos grupos populacionais dentro dos ODS, o que motivou a proposta de novos objetivos - ODS 19 - Arte, Cultura e Comunicação e ODS 20 - Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais - para ampliar a inclusão e a valorização da cultura e das comunidades.

Nesse contexto, a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres se alinha diretamente às propostas dos ODS 19 - Arte, Cultura e Comunicação e ODS 20 - Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. O ODS 19 ressalta a importância da preservação da identidade cultural e do conhecimento tradicional dos pescadores, no qual se pode reconhecer a pesca artesanal como um patrimônio histórico e cultural que deve ser valorizado e difundido.

Já o ODS 20 reforça a necessidade de proteger os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, assegurando que as políticas públicas respeitem e promovam modos de vida sustentáveis, garantindo a segurança alimentar, os direitos territoriais e o fortalecimento das comunidades pesqueiras. Assim, ao integrar essas perspectivas, a associação se torna um agente essencial na defesa da cultura e dos direitos dos pescadores tradicionais, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento que respeite as especificidades socioambientais da região.

Vejam os a proposta das ODS 19 e 20 no quadro 5, abaixo:

ODS 19 - Arte, Cultura e Comunicação	Promover a valorização da cultura e das tradições locais, destacando os saberes ancestrais da pesca artesanal. Através da pesca artesanal, comercialização do pescado e culinária, os pescadores expressam sua identidade cultural, preservam práticas tradicionais e incentivam a transmissão desses conhecimentos para as novas gerações. Essa atuação não apenas fortalece a diversidade cultural da região, mas também contribui para a preservação do patrimônio imaterial, garantindo que os modos de vida e a história dos pescadores continuem vivos e reconhecidos como parte essencial da identidade local.
--------------------------------------	---

ODS 20 - Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais	A associação atua para garantir que esses direitos sejam respeitados e valorizados, promovendo um ambiente de solidariedade e apoio mútuo. Além disso, fortalece a manutenção da identidade cultural dos pescadores e assegura a continuidade de suas tradições diante das pressões externas, principalmente em razão da proibição de muitas espécies de peixes, preservando os modos de vida e sabendo os descendentes que compõem o patrimônio cultural da região.
--	--

Fonte: Construção da Autora

Alinhando o Bem Viver (BV) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres/MT, observa-se uma valorização da interconexão entre todos os aspectos da vida e a busca por um bem-estar coletivo e sustentável, em contraposição à visão ocidental voltada para o consumismo e o crescimento econômico, visão hegemônica. Vejamos o quadro 6:

A ênfase na sustentabilidade	Tanto BV quanto os ODS compartilham um compromisso com a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Nesse contexto, a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres pode fortalecer práticas sustentáveis em suas atividades, promovendo a gestão responsável dos recursos naturais, a preservação da cultura tradicional e a construção de relações harmoniosas entre as comunidades ribeirinhas e o meio ambiente. Ao integrar esses princípios, a associação contribui para um modelo de desenvolvimento que equilibra conservação, identidade cultural e justiça social, garantindo a continuidade da pesca profissional de maneira ética e sustentável.
O foco na melhoria de vida coletiva	O BV e os ODS unidos à busca por bem-estar coletivo e pela melhoria da qualidade de vida para todos. Nesse sentido, a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres pode contribuir para promover a inclusão social, a justiça econômica e a participação democrática dentro de suas comunidades. Por meio do fortalecimento da organização coletiva, da valorização do trabalho dos pescadores e do incentivo às práticas sustentáveis, a associação fortalece a autonomia dos trabalhadores, o equilíbrio social e a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.
O respeito à diversidade e cultura local	O BV e os ODS enfatizam a valorização da diversidade cultural e dos saberes tradicionais como elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável. A Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres incorpora esses princípios ao respeitar e fortalecer a cultura local, promovendo a preservação da identidade ribeirinha e o reconhecimento dos conhecimentos ancestrais em suas práticas. Dessa forma, a associação não apenas protege o modo de vida das comunidades pesqueiras, mas também assegura a continuidade de suas tradições em equilíbrio com a sustentabilidade e a inclusão social.

Fonte: Construção da Autora

Verifica-se que esse alinhamento evidencia pontos de convergência entre os princípios do BV e os ODS, destacando o potencial para uma mudança de paradigma, onde o desenvolvimento possa ocorrer de forma mais humana, equilibrada, respeitando a cultura, os recursos naturais e o modo de vida das comunidades tradicionais.

Considerando a perspectiva da matriz do Bem Viver (Alcantara; Sampaio, 2019, 2020), que engloba as dimensões pessoal, social e integral, analisa-se as entrevistas com o presidente dos Pescadores Profissionais de Cáceres/MT e com os demais membros entrevistados, no quadro 7:

Dimensão Pessoal	O presidente da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres também revela uma ligação pessoal com a atividade pesqueira, mencionando que sua família tem uma longa tradição na pesca. Ele destaca a importância da pesca como fonte de sustento e identidade pessoal. Verificou-se que mais de 80% dos associados entrevistados dependem exclusivamente da renda da pesca. E que a Lei de Transporte Zero dificulta e/ou reduz o sustento dos membros da associação.
Dimensão social	O presidente da Associação dos Pescadores Profissionais ressalta a relevância da associação na defesa dos direitos e benefícios dos pescadores, auxiliando-os na compreensão das normas e leis relacionadas à pesca. Ele destaca a importância de informar e inserir os pescadores no sistema para garantir seus direitos. Com a ajuda da associação os membros entrevistados são inseridos no sistema de benefícios como pescadores profissionais, tendo em vista que muitos entrevistados não têm acesso a computadores e internet, em razão do baixo grau de escolaridade.
Dimensão Integral	Os desafios enfrentados pelos pescadores, como a manutenção da pesca no Estado de Mato Grosso, a manutenção da tradição da pesca artesanal, a cultura da vivência com o rio e a natureza. A relação com o rio é de profundo respeito, com a natureza, que se expressa em rituais simples, no silêncio atento da espera, nas histórias contadas nos acampamentos, nos ensinamentos repassados entre gerações Enfrentam também a diminuição da renda, em razão da proibição de algumas espécies de peixes, como a segurança financeira e o acesso a direitos sociais, para promover o Bem Viver na comunidade.

Fonte: Construção da Autora a partir da Matriz do Bem Viver (Alcantara; Sampaio, 2019, 2020).

As entrevistas com o presidente da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres e os associados evidenciaram as dimensões pessoal, social e integral de indicadores da matriz do Bem Viver (Alcantara; Sampaio, 2019, 2020), refletidas na prática da pesca artesanal. Esses relatos destacam tanto os desafios quanto às oportunidades para fortalecer o Bem Viver, promove a sustentabilidade econômica, social e ambiental dentro da associação. A valorização

destas dimensões contribui para a construção de um modelo alternativo ao desenvolvimento mais equilibrado, que respeita a cultura tradicional dos pescadores e incentiva práticas sustentáveis na gestão dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a contribuição da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres para a manutenção da pesca artesanal no contexto das restrições impostas pela Lei do Transporte Zero em Mato Grosso. Por meio de entrevistas, observação participante, aplicação da Matriz de Indicadores do Bem Viver e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), verificou-se a relevância da associação na organização coletiva, na defesa dos direitos dos pescadores e na busca por soluções sustentáveis para garantir a continuidade da atividade pesqueira.

A observação participante realizada junto à Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres e membros da associação proporcionou uma experiência rica e imersiva no cotidiano dos pescadores e em suas práticas tradicionais de pesca no Rio Paraguai em Cáceres/MT. A convivência direta com os pescadores, nos momentos de preparação, nas saídas ao rio e nos acampamentos às margens do rio, permitiu não apenas observar, mas vivenciar a rotina, os saberes e os sentidos que envolvem o ofício da pesca artesanal na região do Pantanal mato-grossense, em Cáceres.

Durante as jornadas de navegação no rio, foi possível perceber como o conhecimento empírico e tradicional sobre os ciclos da natureza, os comportamentos dos peixes e os sinais do tempo, guia com precisão as ações dos pescadores. A relação com o rio é de profundo respeito, quase espiritual, e se expressa em rituais simples, na navegação pelo rio, no silêncio atento da espera, nas histórias contadas nos acampamentos e nos ensinamentos repassados entre gerações.

Nos acampamentos, o compartilhamento de tarefas e o convívio em grupo revelaram uma dinâmica comunitária baseada na solidariedade e na divisão equitativa do trabalho e dos frutos da pesca. A alimentação preparada coletivamente, o descanso em redes armadas sob barracas improvisadas e o planejamento das saídas reforçaram a importância da cooperação entre os pescadores e o sentimento de pertencimento àquele modo de vida.

A observação participante permitiu captar nuances que escapariam a uma análise meramente externa: os gestos repetidos com maestria, o cuidado com os apetrechos, a leitura atenta da paisagem e, até, os momentos de descontração que fortalecem os laços entre os

companheiros de pesca. A pesca artesanal, mais do que uma atividade econômica, revelou-se como forma de existência, pertencimento, carregada de cultura, resistência e identidade.

No entanto, as restrições impostas pela Lei do Transporte Zero impactam diretamente a prática da pesca artesanal, colocando em risco a segurança alimentar e a estabilidade financeira dessas comunidades. Ainda que a legislação tenha como objetivo a conservação ambiental, os efeitos apontam para a necessidade de políticas mais inclusivas, que conciliam a proteção dos recursos naturais com a dignidade e o sustento dos pescadores tradicionais.

A Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres desempenha um papel essencial na organização coletiva da categoria, promovendo o acesso à informação, garantindo representação política e auxiliando na regularização documental dos associados. A luta da Associação pela flexibilização da Lei do Transporte Zero demonstra a importância do associativismo e da mobilização social na defesa dos interesses dos pescadores e na manutenção da tradição da pesca artesanal.

Sob a perspectiva do Bem Viver, verifica-se que os pescadores não apenas dependem da pesca para sua sobrevivência, mas também constroem sua identidade e relação com o meio ambiente por meio dessa prática. O Bem Viver propõe um modelo de desenvolvimento alternativo, que valoriza o conhecimento tradicional, o respeito à natureza e a justiça social. No contexto da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres, essa filosofia se manifesta na valorização das práticas tradicionais e no fortalecimento do trabalho coletivo como estratégia de resistência frente às adversidades impostas pela legislação ambiental.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) também oferecem diretrizes importantes para compreender e fortalecer a pesca artesanal. A Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres se alinha a vários ODS, como o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), o ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e o ODS 14 (Vida na Água), ao buscar alternativas sustentáveis que garantam tanto à conservação ambiental quanto à manutenção da atividade pesqueira como fonte de renda e subsistência. O estudo também apontou que a inclusão de novos objetivos na Agenda 2030, como o ODS 19 (Arte, Cultura e Comunicação) e o ODS 20 (Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais), também reforçam a proteção da cultura pesqueira e dos direitos dos pescadores artesanais.

Diante dos desafios impostos pela Lei do Transporte Zero, a pesquisa evidencia a necessidade de políticas mais justas e participativas, que levem em consideração o impacto socioeconômico das restrições ambientais e que incluam os pescadores artesanais nas decisões que afetam seu modo de vida. A mobilização dos pescadores e da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres é fundamental para garantir que a transição para um modelo de pesca

mais sustentável seja feita de forma inclusiva, equitativa e respeitosa com as comunidades tradicionais.

Conclui-se que, para que a pesca artesanal continue sendo uma atividade viável, tanto economicamente quanto culturalmente, é fundamental que haja diálogo entre governo, pescadores e sociedade civil, garantindo soluções que respeitem os saberes tradicionais e assegurem o sustento das comunidades ribeirinhas. Assim, reforça-se o papel central da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres na luta pela preservação da identidade cultural e dos direitos dos pescadores artesanais em Cáceres, Mato Grosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, G.; HOPPEN, N.; HAYASHI JUNIOR, P. Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil. **RAE-Revista de Administração de Empresas**. FGV-EAESP, São Paulo, v. 53, n. 6, nov./dez. 2013. p. 604-616.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020130608>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ADJ. Associação de Juízas e Juizes para a Democracia. Disponível em: <https://www.ajd.org.br/noticias/3211-nota-em-defesa-da-pesca-artesanal-no-mato-grosso>.

Acesso em: 03 abr. 2024.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer. Bem Viver ou vida em plenitude: tecendo a teia da existência. In: SQUAREZI, Sandro Benedito (org.). **Ambiente e sociedade no Brasil central**: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional. 2 ed. e-book, São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora Unemat, 2019, e-book. ISBN 978-85-7843-922-4 (Editora Oikos). ISBN 978-85-7911-202-7 (Editora UNEMAT)

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. **Revista Rupturas**, Costa Rica, 2017.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem Viver e Ecosocioeconomias**. 1 ed, Cuiabá/MT: EdUFMT, 2019.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. 'Bem Viver' como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, abr. 2017. p. 231-251. DOI. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566> . Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566>. Acesso em: 17 ago. 2017.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 53, jan./jun. 2020. p. 78-101. DOI: [10.5380/dma.v53i0.62963](https://doi.org/10.5380/dma.v53i0.62963). ISSN 2176-9109.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemmer; VÁSQUES-CARRANZA, Luz Marina. Bem viver e pós-desenvolvimento: a desconstrução do imaginário colonialista das comunidades afrolimonenses da Costa Rica. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 14, 2024. p. 233–254. DOI: [10.24302/drd.v14.5102](https://doi.org/10.24302/drd.v14.5102). Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5102>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ALMEIDA, A. W. B. Apresentação. In: SHIRAISHI NETO, J. (org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007, p.09-17.

ANDRADE, T. Flor Ribeirinha comemora título mundial conquistado na Turquia. **Notícias Mato Grosso**. 2017. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/7949448-flor-ribeirinha-comemora-titulo-mundial-conquistado-na-turquia>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO - ALMT. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ARRUDA, Joari Costa de; DA SILVA, Carolina Joana; SANDER, Nilo Leal; PULIDO, María Teresa. Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no Alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia meridional, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 2, maio-ago. 2018, p. 315-329. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981.8122201800020000>.

BAPTISTA, C. P. B. **O conhecimento ecológico local e a percepção ambiental de uma população de pescadores do Rio Grande do Sul**, São Leopoldo/RS, 91 f. (tese de doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Biologia, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETTO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: Adams, C.; Murrieta, R.; Neves, W. (org.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade, São Paulo: Annablume, 2006, p. 109–143.

BARROS, M. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2011.

BERKES, F. **Sacred Ecology-Traditional Ecological Knowledge and resource management**. Philadelphia: Taylor & Francis, 1999.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Rediscovery of tradicional ecological knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, v. 10, 2000. p. 1251-1262.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOFF, L. **Constitucionalismo ecológico na América Latina**. 2013. Disponível em <http://leonardoboff.wordpress.com>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BOLÍVIA. **Constitución política del estado plurinacional de Bolívia**. Bolívia, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 10.408 de 27 de dezembro de 2004.** 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/dnn/dnn10408.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 10.884, de 13 de julho de 2006.** 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn10884.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 8.750, de 9 de maio de 2016.** Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago (org.). **Guia agenda 2030:** integrando ODS, educação e sociedade, São Paulo: Lucas Fúrio: Raquel Cabral, 2020 [livro eletrônico]. Disponível em: <https://www.guiaagenda2030.org/>. Acesso em: 04 jan. 2025.

CARDOSO, R. O. **O trabalho do Antropólogo.** 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000, p. 220.

Carta de São Luís do Maranhão, dezembro de 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/L6D00069.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

CATELLA, A.C. Uma nova visão do manejo pesqueiro. **Agonline.com.br.** 2006. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigo.php?id=329>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CATELLA, A.C. Conhecimento ecológico tradicional e manejo da pesca. **Agonline.com.br.** 2006b. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigo.php?id=284>. Acesso em: 21 jan. de 2024.

CHIARAVALLLOTI, R. Overfishing or Over Reacting? Management of Fisheries in the Pantanal Wetland, Brazil. **Conservation and Society**, 15(1), 111, 2017. <https://doi.org/10.4103/0972-4923.196632>.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. Conhecimento ecológico local e o segredo da sustentabilidade ambiental: saberes, práticas e relações ecológicas. **Revista Educação Pública**, ISSN: 1984-6290, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/26/conhecimento-ecologico-local-e-o->

[segredo-da-sustentabilidade-ambiental-saberes-praticas-e-relacoes-ecologicas](#). Acesso em: 30 jan. 2025.

CUNHA, E. V.; SOUSA, W. J. R. O bem viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. **R. Katál.**, Florianópolis, v.26, n. 2, p. 321-332, maio-ago. 2023. ISSN 1982-0259. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e91555>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CRUZ, D. K. A.; NOBREGA, A. A.; MONTENEGRO, M. M. S.; PEREIRA, V. O, M. Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde - Revista do SUS**, Brasília, 31 (nspe1):e20211047, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200010.especial>.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos: *In*: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB/USP, 2000. p. 1-46.

DUARTE, E. N.; RAMALHO, F. A.; AUTRAN, M. M. M.; PAIVA, E. B.; ARAÚJO, M. B. S. Estratégias metodológicas adotadas nas pesquisas de iniciação científica premiadas na UFPB: em foco a série “Iniciados”. **Encontros Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.** ISSN 1518-2924, Florianópolis, v. 14, n. 27, 2009. p.170-190. DOI <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2009v14n27p170>.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade 4).

ECUADOR: Asamblea Constituyente. **Constitución de la República del Ecuador**. Registro Oficial 449. Montecristi - Ecuador: 2008, p. 15-131.

ELLEN, R.; HARRIS, H. Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature: a critical assessment. *In*: EAST-WEST ENVIRONMENTAL LINKAGES NET WORKSHOP, 3., 1996, Canterbury. **Proceedings...** Canterbury, 1996.

FAO. **The State of World Fisheries and Aquaculture 2022**. Towards Blue Transformation. Rome, FAO, 2022. DOI <https://doi.org/10.4060/cc0461en>.

FAVALESSA, Mikhail. DPU aponta que lei da pesca tira pescadores da Previdência Social. **Mídiajur**. 2023. Disponível em: <https://www.midiajur.com.br/justica/dpu-aponta-que-lei-da-pesca-tira-pescadores-da-previdencia-social/53481>. Acesso em: 03 abr. 2024.

FIGUEIREDO, D. M.; BARROS, F. B.; SILVA, C. J. Conhecimento tradicional de pescadores artesanais sobre serviços ecossistêmicos da pesca no Pantanal (MT): da escala local à bacia hidrográfica. **Revista GEOgrafias**, v. 20, n. 2, dez. 2024. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/52625/47987>. Acesso em 03 Abr. 2025.

GILCHRIST, G; MALLORY, M.; MERKEL, F. Can Local Ecological Knowledge contribute management? Case studies of migratory. **Ecology e Society**, v. 10, n. 1, 20, 2005.

GONZAGA, Alexandre. Premiado grupo folclórico Flor Ribeirinha encanta público no último dia do Festival. **Festival América do Sul 2023**. 2023. Disponível em:

<https://www.festivalamericadosul.ms.gov.br/premiado-grupo-folclorico-flor-ribeirinha-encanta-publico-do-palco-paraguai-no-ultimo-dia-do-festival/>. Acesso em: 31 de jan. 2025.

GUDYNAS, E. & ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, 16(53), 2011. p. 71-83. Disponível em: <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasAcostaCriticaDesarrolloBVivirUtopia11.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2025.

HARRIS, Jonathan M.; WISE, Timothy A.; Gallagher, Kevin P.; GOODWIN, Neva R. A **Survey of Sustainable Development: Social and Economic Dimensions**. Washington, Covelo and London: Island Press, 2001.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. El bueno vivir: la (re)creación del pensamiento del **PYDLOS**. Cuenca: Ecuador, 2012.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], n. 48, 2014. p. 25–40, DOI: 10.17141/iconos.48.2014.1204. Disponível em: <https://iconos.flacsoandes.edu.ec/index.php/iconos/article/view/1204>. Acesso em: 10 abr. 2024.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Orto y ocaso del Buen Vivir en la planificación nacional del desarrollo en Ecuador (2007-2021). **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 78, fev. 2018. p.37-54. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14201/alh2018783754>. Acesso em: 10 out. 2020.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Deconstrucción y genealogía del “buen vivir” latinoamericano: El (trino) “buen vivir” y sus diversos manantiales intelectuales. **International Development Policy**, Geneva, n. 9, set. 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/poldev/2517>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IGNÊZ, J.R. **Conhecimento ecológico tradicional da pesca pelos pescadores da comunidade de Estirão Comprido** – Barão de Melgaço, Pantanal mato-grossense. Dissertação. (Mestrado em Ecologia), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil, 2008.

ISLAS, Camila Alvez; BEHLING, Greici Maia; SCHNORR, Samuel Molina. Conhecimento ecológico local e educar pela pesquisa: bases para um ensino de ciências contextualizado. **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2018. p. 506–525. DOI: [10.14393/ER-v25n2a2018-13](https://doi.org/10.14393/ER-v25n2a2018-13). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/43263>. Acesso em: 10 abr. 2024.

JACQUES, Flávia Verônica Silva. O “buen vivir” e a construção de uma nova sociedade. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 23, n. 3, jan. 2021. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8481>. Acesso em: 10 abr. 2024. doi:<https://doi.org/10.5801/ncn.v23i3.8481>.

KRENAK, Ailton. A origem do bem viver. In: KRENAK, Ailton; MAIA, Bruno (org.). **Caminhos para a Cultura do Bem Viver**. [S.l.]: Cultura do Bem Viver, 2020. Disponível em: <https://cdn.biodiversidadla.org/content/download/172583/1270064/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

LAVALL, Tuana Paula; OLSSON, Giovanni. Governança global e o desenvolvimento na sua pluridimensionalidade: um olhar sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas. **Direito e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2019. p. 51–64. DOI: 10.26843/direitoedesenvolvimento.v10i1.990. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/990>. Acesso em: 11 abr. 2024.

LEÃO, D. da S.; IKEDA-CASTRILLON, S. K. Educação ambiental popular e mobilização social para a restauração ecológica no Pantanal. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. esp.3, p. e19497, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/19497>. Acesso em: 9 fev. 2025.

MAMEDE, J. S. S; DAVID, M; TSUKAMOTO FILHO, A. A; PASA, M. C. Os Quintais e as manifestações culturais da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá – MT. **Revista Biodiversidade**, v 14, n. 1, 2015.

MARTINS, Ana Luisa Jorge; MIRANDA, Wanessa Debôrtoli; SILVEIRA, Fabricio; PAES-SOUSA, Rômulo. A agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) como estratégia para equidade em saúde e territórios sustentáveis e saudáveis. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro v. 48, n. especial 1 e8828, ago. 2024. DOI <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18828P>.

MARTINS, G. de A.; TEOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAX-NEEF, M. A. **Desarrollo a Escala Humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria, 1993.

MAX-NEEF, M. A. **“Empoderamento” de Comunidades e Desenvolvimento Alternativo por Max Neef**. Ass. de Pedagogia Social de Base Antroposófica no Brasil. Transcrito de gravação da Palestra de Max Neef. Tradução de Endre Király. Pedagogia Social Artigos, Boletim nº 17, 2003.

MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento a escala humana**: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2014). **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: Superintendência de Comunicação Integrada, Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MIRANDA, E. B.; OLIVEIRA, V. S; ALCANTARA, L. C. S.; SGUAREZI, S. B.; BARROS, F.B.; SAMPAIO, C. A. C. **Desenvolvimento à escala humana, bem viver por povos e comunidades tradicionais: alternativa frente ao projeto hegemônico de desenvolvimento econômico vigente?** In: ZUÑIGA, C. H.; RAMÍREZ, S.; ALCANTARA, L. C. S. Experiencias, vivencias y aplicaciones del desarrollo a escala humana: enfoques, metodologias y aplicaciones. Fundación Manfred Max-Neef, Valdivia/Chile, 2023.

MORAES, V. R.; CARNEIRO JUNIOR, J. J.; VALENTINI, C. M. A.; FARIA, R. A. P. G. Caracterização dos modelos de esgotamento sanitário na comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá, MT. **Revista Biodiversidade**, v.12, n.1, 2013. p. 60-74.

MOREIRA, M. R.; KASTRUP, É.; RIBEIRO, J. M.; CARVALHO, A. I. DE.; BRAGA, A. P. O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros(as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS Brazil heading to 2030. **Saúde Em Debate**, 43(spe7), 22–35, 2019. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S702>.

MORENO, N. S.; SILVA, D. D.; SOUZA, W. J. Desenvolvimento à Escala Humana na economia solidária: síntese de necessidades e satisfatores de trabalhadoras do segmento da produção de artesanato. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.9, n.2 maio/ago. 2020.

MONÇALE, A. M.; MOREIRA, B. D. Fotografia, etnografia e festa: um olhar sobre a festa de santo na comunidade São Gonçalo Beira Rio – Cuiabá/MT. **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-oeste**, 15 ed., Rio Verde, GO, 30 maio a 1º jun. 2013, 2013.

O ECO jornalismo ambiental. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias>. Acesso em: 02 maio 2024.

OLIVEIRA-MONTEIRO N; SCACHETTI RE; NAGIB V. Identidades de pescadores caiçaras: heroísmo e precariedade em populações tradicionais? **Desenvolv Meio Ambient**. 41, 2017. p. 124-39. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v41i0.48341>.

OLIVIERA, Gustavo Zanielo; SILVA, Carolina Joana. Conhecimento ecológico tradicional de pescadores profissionais sobre peixes da baía Caiçara, Pantanal de Mato Grosso, Cáceres, Brasil. **Revista Brasileira de Zoociências**. v.15 (1, 2, 3): 171-181, ISSN 1517-6770, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, v. 1. ISBN: 978-92-2-824257-7 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf> Acesso em 01.jul. 2024. Acesso em: 29 mar. 2022.

PEREIRA, V. A.; ZITKOSKI, J. J. La sostenibilidad desde la perspectiva del buen vivir: una mirada más allá del desarrollo sostenible. **ETD –Educação Temática Digital**, Campinas/SP v.26, e024065, 2024. p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8672124/34838>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PIRES, E. B.; OLIVIERA, R. F.; YAMAGUCHI, M. U. Desenvolvimento de e-questionário sobre conhecimentos, atitudes e práticas S(CAP-ODS) sobre objetivos do desenvolvimento sustentável para universitário. **Revista Contemporânea**, vol. 5, n. 3, 2025. ISSN:2447-0961. Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7640/5394>. Acesso em: 02 Abr. 2025.

PIRRELLI, M. A. S.; “Conhecimento tradicional” e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas kaiowá/guarani. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, 2008. p. 381-96. DOI <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000300002>.

PIZZINATO, A.; GUIMARÃES, D. S.; LEITE, J. F. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39 (n.spe), e032019, 2019. p. 3-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000032019>. Acesso em: 21 mar. 2022.

PUTNAM, R. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. **The American Prospect**, v.4, n.13, 1993. p. 35-42. Disponível em: <http://epn.org/prospect/13/13putn.html>. Acesso em: 21 mar. 2022.

QUIJANO, A. **Des/colonialidad y Buen Vivir**: un nuevo debate en América Latina [Des/coloniality and living well: A new debate in Latin America]. Universidad Ricardo Palma, Editorial Universitaria – Cátedra América Latina y Colonialidad del Poder, 2014.

RELATÓRIO LUZ 2023. **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030**. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-do-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil-2023/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

RELATÓRIO LUZ 2024. **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030**. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

ROMANCINI, S. R. Paisagem e simbolismo no arraial pioneiro São Gonçalo em Cuiabá-MT. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 19-20, jan./dez., 2005. p. 81-87.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, 2000. p. 67-80.

RUDDLE, K. Systems of knowledge: dialogue, relationships and process. **Environment, Development and Sustainability**, v. 2, n. 3-4, 2000. p. 277-304.

SANTOS, A. L. C. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSs), políticas públicas de mitigação da violência e o direito à cidade segura. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 13, n 4, ISSN 2317-7721, 2021. p.2158-2188. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2021.59692>.

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: CES, 2009.

SANTOS JUNIOR C. F.; POLETTO P. R.; BATISTA S. H. S. S. Colônias de pescadores da região costeira do Estado de São Paulo: empoderamento, saúde e qualidade de vida. **Interface** (Botucatu). 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.210607>.

SECOMMT, notícias. Disponível em: <https://www.secom.mt.gov.br/>. Acesso em 05 abr. 2024.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPIR. **O que são Povos e Comunidades Tradicionais**. 2015. Disponível em: <http://seppir.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SQUAREZI, Sandro Benedito; BORGES, Juliano Luis; FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de; GARCIA, Romir Conde. Educação e autogestão: desafios e possibilidades no processo de formação dos sujeitos coletivos da Economia Solidária. **Revista mundo do trabalho contemporâneo**, São Paulo, v.2, 2017. p. 29-49.

SIQUEIRA JÚNIOR, Gabriel Castro de. **Noções de Bem Viver latino-americanas na perspectiva da Psicologia**: uma revisão de escopo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. DOI:[10.11606/D.47.2020.tde-21012021-004617](https://doi.org/10.11606/D.47.2020.tde-21012021-004617). Acesso em: 01 abr. 2025.

SILVA, Holda Ramos da; SALES, Raul Fernandes Dantas; FREIRE, Eliza Maria Xavier. Conhecimento ecológico local sobre a fauna de répteis e lagarto críptico em um Parque urbano na Mata Atlântica, **Ambiente & Sociedade**, São Paulo. vol. 27, 2024 <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc00572vu27L3AO>.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, v. 9. n. 1, 1985. p. 11-40. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/issue/view/602>. Acesso em: Acesso em: 05 mar. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL - STF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

TUSSINI, Gabriel. Audiência de conciliação sobre lei que proíbe pesca em MT termina sem acordo no STF. **O ECO**, jornalismo ambiental. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/audiencia-de-conciliacao-sobre-lei-que-proibe-pesca-em-mt-termina-sem-acordo-no-stf/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

USHER, P. J. Traditional Ecological Knowledge in Environmental Assessment e Management. **Artic**, v. 53, n.2, 2000. p.183-193.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado e mudança social. In: DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideú. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideú: Editorial PROCOAS, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi – 2 ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAINA, Franciane; LARA, Julio Cezar de; Guimarães, Thiago Silva. Pescadores profissionais artesanais de Cáceres-Mato Grosso: possíveis efeitos financeiros e sociais a partir da lei do transporte zero. **Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 03, n.01, 2024 - DOI: <https://doi.org/10.30681/rbegdr.v3i1.13066>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rbedrpp/article/view/13066>. Acesso em: 09 fev. 2025.

ZENI, Camila. Preservação dos peixes. In: **SECOMMT**, notícias. Disponível em: <https://www.secom.mt.gov.br/w/-transporte-zero-ser%C3%A1-um-marco-e-vai-preparar-os-pescadores-para-uma-nova-realidade-afirma-pescador-refer%C3%A1ncia-do-araguaia>. Acesso em: 05 abr. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

A presente tese teve como objetivo analisar o conceito de Bem Viver em comunidades ribeirinhas urbanas, a partir do estudo de caso das Associações dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá e dos Pescadores Profissionais de Cáceres, no estado de Mato Grosso, Brasil. A análise teve por base os conceitos de conhecimento tradicional e conhecimento ecológico local. Por meio de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, foram exploradas as interseções entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cultura local e políticas públicas, permitindo compreender como esses elementos se conectam e influenciam o Bem Viver das comunidades estudadas.

No primeiro manuscrito, por meio de uma revisão bibliométrica e de literatura, verificou-se que houve um aumento da produção científica sobre Bem Viver, Comunidades Tradicionais e Conhecimento Ecológico Local, o que reflete uma ampliação do interesse acadêmico na valorização dos saberes ancestrais e sua relação com questões contemporâneas, como sustentabilidade, desenvolvimento social e alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Embora haja uma quantidade considerável de publicações, há uma lacuna significativa quando se trata da intersecção desses temas. Os resultados indicam que, apesar do reconhecimento da importância de cada um desses conceitos individualmente, não há estudos que combinem, explicitamente, esses temas de forma integrada. Por outro lado, a tendência de crescimento indica um campo promissor para futuras pesquisas interdisciplinares.

Isso reforça a necessidade de pesquisas futuras que abordem essa interação, considerando a relevância do conhecimento tradicional e do conhecimento ecológico local para a construção de sociedades sustentáveis baseadas no Bem Viver. A ausência de estudos acadêmicos que explorem essa combinação, também, evidencia um desafio epistemológico: a necessidade de uma abordagem transdisciplinar que valorize os saberes ancestrais e os conecte a propostas contemporâneas de sustentabilidade e justiça social.

No segundo manuscrito, a análise da Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá/MT, revelou um exemplo significativo de resistência cultural e sustentabilidade socioeconômica baseada no conhecimento tradicional. O conceito de Bem Viver está diretamente ligado a essas práticas, pois enfatiza uma relação harmoniosa entre o ser humano, a natureza e a cultura, promove o fortalecimento comunitário e a sustentabilidade das tradições locais como um caminho para a melhoria de vida coletiva e o desenvolvimento equilibrado.

A vivência cotidiana na Associação dos Artesãos possibilitou uma imersão profunda nas práticas coletivas que moldam a identidade da comunidade, por meio da observação participante, foi possível acompanhar de forma próxima as atividades, desafios e conquistas dos associados, revelando a importância do artesanato ceramista como tradição, expressão cultural e fonte de sustento. Essa convivência direta evidenciou os modos de transmissão dos saberes tradicionais e os vínculos afetivos que fortalecem a solidariedade interna.

Além disso, a participação em atividades e eventos comunitários permitiu compreender como as decisões são construídas coletivamente, os papéis desempenhados por cada membro e o impacto positivo da associação na valorização dos saberes locais e na autoestima dos artesãos. A inserção no cotidiano da associação tornou possível captar dimensões não acessíveis apenas por entrevistas, proporcionando uma leitura mais sensível, contextualizada e respeitosa das práticas sociais vividas pela comunidade.

A partir da aplicação da Matriz do Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020) e da relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), verificou-se que a associação desempenha um papel essencial na valorização da cultura local, na geração de renda e na preservação do meio ambiente. A associação dos artesãos tem como princípio central a continuidade da produção de cerâmica tradicional, transmitida entre gerações. Entretanto, enfrenta desafios significativos, como a redução do número de artesãos, a concorrência com atividades comerciais modernas e a ausência de políticas públicas de apoio.

No contexto dos ODS, a associação está diretamente relacionada aos ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e ODS 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos), demonstrando que iniciativas comunitárias podem ser vetores fundamentais para o desenvolvimento sustentável quando fortalecidas por políticas inclusivas e mecanismos de apoio.

Além disso, a associação também se alinha aos ODS 19 (Arte, Cultura e Comunicação) e ODS 20 (Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais), reforçando a importância da preservação da identidade cultural e da transmissão intergeracional de conhecimentos. Essa abordagem destaca a necessidade de políticas que garantam espaços de expressão cultural e protejam os direitos das comunidades tradicionais, assegurando que seus saberes e modos de vida sejam valorizados e respeitados.

Já no terceiro manuscrito trouxe uma análise da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres/MT, abordando os impactos da Lei n.12.197 de 28 de junho de 2023, conhecida como Lei do Transporte Zero, na atividade pesqueira e nas condições de vida dos pescadores. A legislação que restringe espécies, o transporte e a comercialização de pescado,

tem gerado um impacto profundo na sustentabilidade socioeconômica da comunidade pesqueira, colocando em risco tanto o modo de vida tradicional e conhecimento ecológico local quanto à segurança alimentar local.

A observação participante junto à Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres proporcionou uma imersão profunda no cotidiano dos pescadores artesanais do Pantanal mato-grossense. A convivência direta durante as preparações, navegações e acampamentos às margens do Rio Paraguai possibilitou compreender a pesca não apenas como ofício, mas como prática cultural enraizada em saberes tradicionais transmitidos entre gerações. O conhecimento empírico sobre os ciclos naturais, os comportamentos dos peixes e os sinais do tempo orienta com precisão as ações dos pescadores, revelando uma relação de profundo respeito com o rio e o ambiente.

Nos acampamentos, o compartilhamento de tarefas, a alimentação coletiva e a divisão dos frutos da pesca evidenciaram uma dinâmica comunitária marcada pela solidariedade e cooperação. A observação atenta dos gestos, dos rituais cotidianos e das narrativas trocadas entre os pescadores permitiu acessar dimensões simbólicas e afetivas da pesca artesanal, que se revelou como forma de vida e expressão identitária. Mais que uma atividade econômica, a pesca representa resistência, pertencimento e continuidade de um modo de ser e estar no mundo.

A aplicação da Matriz do Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020) revelou que a proibição do transporte do pescado não levou em consideração as práticas tradicionais de manejo sustentável dos recursos hídricos, baseadas no conhecimento tradicional e ecológico local dos pescadores. Além disso, a lei tem promovido o aumento da vulnerabilidade socioeconômica dos pescadores, sem oferecer alternativas viáveis de sustento. Essa situação reforça a necessidade de um diálogo mais amplo entre os formuladores de políticas públicas e as comunidades tradicionais, para garantir que as medidas ambientais respeitem e integrem os conhecimentos locais, promovendo soluções sustentáveis e justas.

A Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT e a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres/MT representam dois tipos de associações com características e objetivos distintos, mas que também apresentam algumas aproximações e distanciamentos, vejamos no quadro abaixo:

	Associação dos artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT	Associação dos pescadores profissionais de Cáceres/MT
Foco na atuação de cada associação	Tem um foco voltado para a produção e comercialização de	Concentra-se na pesca profissional, com ênfase na

	artesanato, valorizando a cultura local e as tradições artísticas da comunidade. As atividades são centradas na criatividade, na preservação de técnicas tradicionais e na geração de renda através do turismo e do mercado local.	sustentabilidade dos recursos hídricos e na preservação do meio ambiente aquático. As atividades incluem a pesca responsável e a defesa dos direitos dos pescadores, além de práticas que garantem a conservação dos ecossistemas.
Dimensões da Matriz do Bem Viver e os distanciamentos entre as Associações		
Dimensão Pessoal	Na associação dos artesãos, a dimensão pessoal é expressa através da valorização da identidade cultural e da autoexpressão artística, promovendo o bem-estar individual por meio da criatividade.	Está diretamente ligada à segurança alimentar, à subsistência e ao fortalecimento da identidade comunitária, uma vez que a pesca artesanal é essencial para sua sobrevivência e cultura.
Dimensão Social	A associação dos artesãos promove a inclusão social através de oficinas e capacitações, fortalecendo a coesão social e a solidariedade entre os membros.	A associação dos pescadores, por sua vez, foca na organização coletiva para a defesa de direitos, manutenção da pesca artesanal e na luta por políticas públicas que beneficiem a categoria, promovendo a justiça social e a participação democrática.
Dimensão Integral	A relação com a natureza é mediada pela inspiração nas belezas naturais e na cultura local, refletindo-se nas obras de arte e no artesanato produzido. Enfatiza a sustentabilidade através da utilização de materiais locais e recicláveis, além de práticas que respeitam a biodiversidade cultural e ambiental.	A relação é direta e prática, com um foco na gestão dos recursos hídricos e na preservação dos ecossistemas aquáticos, reconhecendo a interdependência entre a comunidade e o meio ambiente. Implementa práticas de pesca sustentável, como a utilização de técnicas que minimizam o impacto ambiental e a promoção da conservação dos <i>habitats</i> aquáticos
Dimensões da Matriz do Bem Viver e as Proximidades entre as Associações		
Compromisso com a Sustentabilidade	Ambas as associações compartilham um forte compromisso com a sustentabilidade, seja ela ambiental, social ou econômica. Elas buscam práticas que respeitem e preservem os recursos naturais, promovendo um desenvolvimento que não comprometa as gerações futuras.	
Valorização da Cultura Local	Tanto os artesãos quanto os pescadores valorizam a cultura local e as tradições de suas comunidades. As associações atuam como guardiãs do patrimônio cultural, promovendo a identidade local e a continuidade de saberes e práticas tradicionais.	

Promoção do Bem-Estar Coletivo	Ambas as associações têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida de seus membros e da comunidade em geral. Elas promovem a inclusão social, a solidariedade e a justiça econômica, buscando o bem-estar coletivo através de suas atividades
Organização Comunitária	As associações representam formas de organização comunitária que fortalecem a coesão social. Elas proporcionam um espaço para que os membros se unam em torno de interesses comuns, promovendo a participação democrática e a defesa de direitos.
Interconexão com a Natureza	Ambas as associações reconhecem a interconexão entre os seres humanos e a natureza. Os artesãos se inspiram na natureza para suas criações, enquanto os pescadores dependem diretamente dos ecossistemas aquáticos para sua subsistência, promovendo práticas que buscam a harmonia com o meio ambiente.
Defesa de Direitos	As duas associações atuam na defesa dos direitos de seus membros, seja através da luta por políticas públicas que beneficiem os pescadores ou pela promoção de condições justas para os artesãos. Essa defesa é fundamental para garantir a dignidade e os direitos sociais de suas comunidades.

Fonte: Construção da Autora

Os resultados desta pesquisa demonstram que as comunidades ribeirinhas urbanas de Cuiabá e Cáceres são exemplos vivos de resistência cultural e sustentação do Bem Viver, mas enfrentam desafios significativos decorrentes de um modelo de desenvolvimento que muitas vezes ignora os saberes tradicionais e conhecimentos locais. A ausência de publicações acadêmicas que integrem Bem Viver, Comunidades Tradicionais e Conhecimento Ecológico Local reforça a necessidade de mais pesquisas interdisciplinares sobre o tema.

A Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio e a Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres, no estado de Mato Grosso, mostram como a cultura e a sustentabilidade socioeconômica estão interligadas, mas também como as políticas públicas podem impactar de forma negativa esses modos de vida quando não consideram a realidade local. O Bem Viver surge, portanto, como um paradigma viável e necessário à promoção de um desenvolvimento mais humano, justo e equilibrado, em sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e com as necessidades das comunidades tradicionais.

Entretanto, os resultados também evidenciam os limites e contradições inerentes à própria Agenda 2030 e à aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto brasileiro e nas comunidades tradicionais. Autores como Angeloti e Neves (2025), argumentam que as propostas dos ODS, especialmente os objetivos de erradicação da pobreza (ODS 1) e da fome (ODS 2), tendem a desconsiderar a condição estrutural de subdesenvolvimento e dependência econômica do Brasil, além das profundas desigualdades

históricas que marcam o país. No caso das associações analisadas, a experiência revela que as metas globais, embora necessárias, esbarram em desafios como a concentração de renda, o desmonte das políticas públicas sociais, as restrições fiscais e a frágil articulação entre Estado e comunidades locais. Assim, os ODS, ao serem implementados de modo uniforme e normativo, podem assumir um caráter idealizado e pouco efetivo nas realidades periféricas, reproduzindo discursos globais que não dialogam integralmente com as demandas, saberes e práticas das comunidades tradicionais brasileiras.

Além disso, autores como José Eustáquio Diniz Alves (2015) destacam que a própria ideia de desenvolvimento sustentável promovida pelos ODS pode assumir contornos míticos, ao propor o crescimento econômico contínuo sem questionar as bases do capitalismo global e suas consequências socioambientais. Essa abordagem, por vezes, acaba por relegar ao segundo plano alternativas baseadas em epistemologias do Sul, como o Bem Viver, e estratégias de tecnologia social e autogestão já praticadas pelas associações analisadas nesta tese. Por isso, a experiência das comunidades estudadas reforça a necessidade de uma crítica estrutural e decolonial aos ODS, reconhecendo a importância dos saberes tradicionais, da justiça social e da construção de políticas públicas enraizadas nas realidades locais, superando soluções paliativas e discursos universais que pouco avançam na transformação das estruturas que perpetuam a pobreza, a fome e a exclusão no Brasil.

Há um chamamento para que acadêmicos, gestores públicos e a sociedade civil atuem juntos na construção de políticas que integrem os saberes locais e promovam a sustentabilidade, respeitando e fortalecendo o Bem Viver das comunidades ribeirinhas urbanas do Brasil.

Deste modo, esta tese propõe e desenvolve a borda do conhecimento como um espaço epistêmico e político de encontro, tensão e criação entre diferentes saberes, em especial, entre o conhecimento científico e os saberes ancestrais e tradicionais. A borda não é fronteira fixa, mas um território fluido, híbrido, onde os saberes dialogam e, sobretudo, se transformam mutuamente.

É nesse entrelugar que emergem formas de conhecer que escapam à lógica hegemônica da ciência ocidental moderna, abrindo caminhos para práticas de justiça cognitiva e reconhecimento da pluriversalidade dos saberes. Na borda, não se trata de traduzir ou hierarquizar os conhecimentos, mas de escutá-los em suas próprias ontologias, reconhecendo que cada saber traz consigo uma ética, uma política e uma cosmologia.

Esta tese apresenta contribuições significativas ao estado da arte sobre Bem Viver, Conhecimento Ecológico Local e Comunidades Tradicionais ao propor uma leitura enraizada,

plural e crítica dessas temáticas em contextos brasileiros, especialmente, no Pantanal mato-grossense.

Seu núcleo teórico foi construído a partir de uma interlocução entre autores e autoras que vêm formulando alternativas ao desenvolvimento ou outro desenvolvimento, como Boaventura de Sousa Santos (2006, 2009, 2010), com sua proposta de ecologia de saberes e epistemologias do Sul; Sandro Benedito Sguarizezi (2017, 2019) desenvolvimento regional e local; Alberto Acosta (2012), Eduardo Gudynas (2011, 2015), Liliane Cristine Schlemer Alcântara e Carlos Alberto Cioce Sampaio (2017, 2019, 2020) com uma visão crítica do Bem Viver enquanto matriz civilizatória e ética, bem como a defesa do *Sumak Kawsay* como horizonte político e constitucional.

Ao mesmo tempo, a tese incorpora uma base conceitual brasileira que articula saberes locais e tradicionais, meio ambiente e justiça social, com autores como Carlos A Diegues (2001, 2002), Carolina Joana Silva (2013, 2024), Flavio Bezerra Barros (2021, 2024), Liliane Cristine Schlemer Alcântara e Carlos Alberto Cioce Sampaio (2017, 2019, 2020), entre outros, estabelecendo pontes entre o pensamento latino-americano e as práticas brasileiras.

A principal contribuição reside na articulação empírica e teórica inédita entre três temas, como Bem Viver como filosofia de vida e projeto sociopolítico; Comunidade de Conhecimento Tradicionais e Comunidade de Conhecimento Ecológico Local como fundamento de outras racionalidades sociais, políticas e econômicas; bem como o estudo de casos com análise de organizações comunitárias, como as associações artesãos e pescadores, que incorporam, em suas práticas, alternativas ao desenvolvimento.

Além disso, a tese contribui ao estado da arte das pesquisas sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em sintonia com o Bem Viver e as Comunidade de Conhecimento Tradicional e de Conhecimento Ecológico Local, que desempenham um papel vital na promoção dos ODS, ao integrar práticas sustentáveis em suas atividades e ao contribuir para a preservação dos ecossistemas locais. Ao abordar a Lei do Transporte Zero no contexto dos pescadores profissionais, a tese oferece uma contribuição original à literatura sobre conflitos socioambientais e resistência comunitária para preservação da pesca artesanal no estado de Mato Grosso, bem como a subsistência dos pescadores.

Assim, esta tese não apenas sistematiza e dialoga com o estado da arte, mas o tensiona e o expande, ao valorizar as experiências comunitárias como centros produtores de conhecimento e ao propor um arcabouço teórico-metodológico comprometido com a pluralidade epistêmica e multidisciplinar nas Ciências Ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIB, G.; HOPPEN, N.; HAYASHI JUNIOR, P. Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil. **RAE-Revista de Administração de Empresas**. FGV-EAESP, São Paulo, v. 53, n. 6, nov./dez. 2013. p. 604-616.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020130608>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ADJ. Associação de Juízas e Juizes para a Democracia. Disponível em: <https://www.ajd.org.br/noticias/3211-nota-em-defesa-da-pesca-artesanal-no-mato-grosso>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. ‘Bem Viver’ como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, abr. 2017. p. 231-251. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566>. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- ALCÂNTARA Liliane Cristine Schlemer; GRIMM, Izabe.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELLI JR, O.; FEUSER, S.; GARCIA, M. Bem Viver: discussões teórico conceituais. **Revista Pensamiento Actual**, 17(28), 2017. p. 66-77.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer. Bem Viver ou vida em plenitude: tecendo a teia da existência. In: SQUAREZI, Sandro Benedito (org.). **Ambiente e sociedade no Brasil central**: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional. 2 ed. e-book, São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora Unemat, 2019, e-book. ISBN 978-85-7843-922-4 (Editora Oikos). ISBN 978-85-7911-202-7 (Editora UNEMAT)
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem Viver e Ecosocioeconomias**. 1 ed., CuiaBá/MT: EdUFMT, 2019.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 53, jan./jun. 2020. p. 78-101. DOI: [10.5380/dma.v53i0.62963](https://doi.org/10.5380/dma.v53i0.62963). ISSN 2176-9109.
- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; VÁSQUES-CARRANZA, Luz Marina. Bem viver e pós-desenvolvimento: a desconstrução do imaginário colonialista das comunidades afrolimonenses da Costa Rica. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 14, 2024. p. 233-254. DOI: [10.24302/drd.v14.5102](https://doi.org/10.24302/drd.v14.5102). Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5102>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- ALMEIDA, L. S.; COTA, A. L. S.; RODRIGUES, D. F. Saneamento, arboviroses e determinantes ambientais: impactos na saúde urbana. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, out. 2020. p. 3857-3868. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SYkNjBXG7JMCJxCjshr7sLB/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ALMEIDA, A. W. B. Apresentação. In: SHIRAISHI NETO, J. (org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007, p.09-17.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O mito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **EcoDebate**, Rio de Janeiro, 23 set. 2015. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2015/09/23/o-mito-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ANDRADE, Ana Paula Silva de; SGUAREZI, Sandro Benedito; MELO, Sonia A. Beato. Ximenes de. O conceito de desenvolvimento e a filosofia do Bem Viver. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas - POLITI(k)CON**, v. 5, 2023. p. 60-78. DOI: [https://doi.org/10.30681/politi\(k\)con.v5i1.11219](https://doi.org/10.30681/politi(k)con.v5i1.11219). Acesso em: 30 abr 2024.

ANDRADE, T. Flor Ribeirinha comemora título mundial conquistado na Turquia. **Notícias Mato Grosso**. 2017. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/7949448-flor-ribeirinha-comemora-titulo-mundial-conquistado-na-turquia>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ANGELOTI, Giovanna; NEVES, Ednalva Felix das. Pobreza, fome e desenvolvimento: uma crítica estrutural aos ODS no contexto brasileiro. **Revista InterAção**, Santa Maria, v. 16, n. 1, e90590, p. 1-32, jan./mar. 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2357797590590>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO - ALMT. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BAPTISTA, C. P. B. **O conhecimento ecológico local e a percepção ambiental de uma população de pescadores do Rio Grande do Sul**, São Leopoldo/RS, 91 f. (tese de doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Biologia, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERKES, F. **Sacred Ecology-Traditional Ecological Knowledge and resource management**. Fhipladelphia: Taylor & Francis, 1999.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Rediscovery of tradicional ecological knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, v. 10, 2000. p. 1251-1262.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOFF, L. **Constitucionalismo ecológico na América Latina**. 2013. Disponível em <http://leonardoboff.wordpress.com>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BOLÍVIA. **Constitución política del estado plurinacional de Bolívia**. Bolívia, 2009.

BONDUKI, Nabil. A sustentabilidade das cidades e a Rio+20. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 5, n. 59, p. 6-15, junho/2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 10.408 de 27 de dezembro de 2004.** 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/dnn/dnn10408.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 10.884, de 13 de julho de 2006.** 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn10884.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 8.750, de 9 de maio de 2016.** Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRANSKI, R. M.; FRANCO, R. A. C.; LIMA JUNIOR, O. F. **Metodologia de estudo de caso aplicada à logística.** In: XXIV ANPET Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte, Unicamp, 2010. Disponível em: www.lalt.fec.unicamp.br. Acesso em: 28 mar. 2025.

CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago (org.). **Guia agenda 2030:** integrando ODS, educação e sociedade, São Paulo: Lucas Fúrio: Raquel Cabral, 2020 [livro eletrônico]. Disponível em: <https://www.guiaagenda2030.org/>. Acesso em: 04 jan. 2025.

CARDOSO, R. O. **O trabalho do Antropólogo.** 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000, p. 220.

CARLOS, A. F. A.,. Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula?". **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N - 13, 2003. p. 179-187.

Carta de São Luís do Maranhão, dezembro de 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/L6D00069.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

CATELLA, A.C. Uma nova visão do manejo pesqueiro. **Agonline.com.br.** 2006. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigo.php?id=329>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CATELLA, A.C. Conhecimento ecológico tradicional e manejo da pesca. **Agonline.com.br.** 2006b. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigo.php?id=284>. Acesso em: 21 jan. de 2024.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. Conhecimento ecológico local e o segredo da sustentabilidade ambiental: saberes, práticas e relações ecológicas. **Revista Educação Pública**,

ISSN: 1984-6290, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/26/conhecimento-ecologico-local-e-o-segredo-da-sustentabilidade-ambiental-saberes-praticas-e-relacoes-ecologicas>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CUNHA, E. V.; SOUSA, W. J. R. O bem viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. **R. Katál.**, Florianópolis, v.26, n. 2, p. 321-332, maio-ago. 2023. ISSN 1982-0259. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e91555>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CRUZ, D. K. A.; NOBREGA, A. A.; MONTENEGRO, M. M. S.; PEREIRA, V. O, M. Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde - Revista do SUS**, Brasília, 31 (nspe1):e20211047, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200010.especial>.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, Daniella Maria Santos. O estatuto da cidade e os desafios postos à ação do ministério público na atualidade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 40, n. 159, jul.-set., 2003. p. 113-123.

DIAS, Daniella Maria Santos. O direito à moradia digna e a eficácia dos direitos fundamentais sociais. **Revista Eletrônica do CEAF**. Porto Alegre - RS. Ministério Público do Estado do RS. vol. 1, n.1, out. 2011-jan. 2012.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos: *In*: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB/USP, 2000. p. 1-46.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade 4).

DUARTE, E. N.; RAMALHO, F A.; AUTRAN, M. M M.; PAIVA, E. B; ARAÚJO, M. B. S. Estratégias metodológicas adotadas nas pesquisas de iniciação científica premiadas na UFPB: em foco a série “Iniciados”. **Encontros Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.** ISSN 1518-2924, Florianópolis, v. 14, n. 27, 2009. p.170-190. DOI <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2009v14n27p170>.

ELLEN, R.; HARRIS, H. Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature: a critical assessment. *In*: EAST-WEST ENVIRONMENTAL LINKAGES NET WORKSHOP, 3., 1996, Canterbury. **Proceedings...** Canterbury, 1996.

ECUADOR: Asamblea Constituyente. **Constitución de la República del Ecuador**. Registro Oficial 449. Montecristi - Ecuador: p. 15-131, 2008.

FAO. **The State of World Fisheries and Aquaculture 2022**. Towards Blue Transformation. Rome, FAO, 2022. DOI <https://doi.org/10.4060/cc0461en>.

FAVALESSA, Mikhail. DPU aponta que lei da pesca tira pescadores da Previdência Social. **Mídiajur**. 2023. Disponível em: <https://www.midiajur.com.br/justica/dpu-aponta-que-lei-da-pesca-tira-pescadores-da-previdencia-social/53481>. Acesso em: 03 abr. 2024.

FELIX, Giseli Dala Nora; WEYER, Marlise; RIBEIRO, Guslene Tertuliana; GODOI, Dayane Pricila Alves; MOTA, Anilza Maria Florentino Souza. **Ocupação irregular nos espaços urbanos**: estudo de caso bairro Nova Conquista – Cuiabá – MT. In: Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – ENG2010, realizado de 25 a 31 de julho de 2010. ISBN 978-85-99907-02-3, Porto Alegre - RS, 2010. p. 1-10. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1509. Acesso em: 05 abr. 2016.

FIGUEIREDO, D. M.; BARROS, F. B.; SILVA, C. J. Conhecimento tradicional de pescadores artesanais sobre serviços ecossistêmicos da pesca no Pantanal (MT): da escala local à bacia hidrográfica. **Revista GEOgrafias**, v. 20, n. 2, dez. 2024. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/52625/47987>. Acesso em 03 Abr. 2025.

G1 Mato Grosso. **Flor Ribeirinha conquista troféu 'Golden Peak' em festival na Bulgária**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/07/17/flor-ribeirinha-conquista-trofeu-golden-peak-em-festival-na-bulgaria.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2025.

GILCHRIST, G; MALLORY, M.; MERKEL, F. Can Local Ecological Knowledge contribute management? Case studies of migratory. **Ecology e Society**, v. 10, n. 1, 20, 2005.

GONZAGA, Alexandre. Premiado grupo folclórico Flor Ribeirinha encanta público no último dia do Festival. **Festival América do Sul 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.festivalamericadosul.ms.gov.br/premiado-grupo-folclorico-flor-ribeirinha-encanta-publico-do-palco-paraguai-no-ultimo-dia-do-festival/>. Acesso em: 31 de jan. 2025.

GUDYNAS, E. & ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, 16(53), 2011. p. 71-83. Disponível em: <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasAcostaCriticaDesarrolloBVivirUtopia11.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2025.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. La medición del progreso y del bienestar: propuestas desde américa latina. In: **Foro Consultivo Científico y Tecnológico**, AC, México, 2011. p. 103-110.

HARRIS, Jonathan M.; WISE, Timothy A.; Gallagher, Kevin P.; GOODWIN, Neva R. **A Survey of Sustainable Development**: Social and Economic Dimensions. Washington, Covelo and London: Island Press, 2001.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. El bueno vivir: la (re)creación del pensamiento del **PYDLOS**. Cuenca: Ecuador, 2012.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], n. 48, 2014. p. 25–40, DOI: 10.17141/iconos.48.2014.1204. Disponível em: <https://iconos.flacsoandes.edu.ec/index.php/iconos/article/view/1204>. Acesso em: 10 abr. 2024.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Orto y ocaso del Buen Vivir en la planificación nacional del desarrollo en Ecuador (2007-2021). **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 78, fev. 2018. p.37-54. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14201/alh2018783754> . Acesso em: 10 out. 2020.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Deconstrucción y genealogía del “buen vivir” latinoamericano: El (trino) “buen vivir” y sus diversos manantiales intelectuales. **International Development Policy**, Geneva, n. 9, set. 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/poldev/2517> . Acesso em: 20 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas> . Acesso em: 12 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf . Acesso em: 23 jun. 2016.

IGNÊZ, J. R. **Conhecimento ecológico tradicional da pesca pelos pescadores da comunidade de Estirão Comprido** – Barão de Melgaço, Pantanal mato-grossense. Dissertação. (Mestrado em Ecologia), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil, 2008.

ISLAS, Camila Alvez; BEHLING, Greici Maia; SCHNORR, Samuel Molina. Conhecimento ecológico local e educar pela pesquisa: bases para um ensino de ciências contextualizado. **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2018. p. 506–525. DOI: [10.14393/ER-v25n2a2018-13](https://doi.org/10.14393/ER-v25n2a2018-13). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/43263> . Acesso em: 10 abr. 2024.

JACQUES, Flávia Verônica Silva. O “buen vivir” e a construção de uma nova sociedade. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 23, n. 3, jan. 2021. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8481> . Acesso em: 10 abr. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i3.8481> .

JORGE, Wanda. **Periferia e favelização avançam nas grandes cidades da América Latina**. *Cienc. Cult.* [online]. 2005, vol.57, n.2, pp. 9-12. ISSN 2317-6660. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200005&script=sci_arttext . Acesso em: 10 jun. 2018.

KRENAK, Ailton. A origem do bem viver. *In*: KRENAK, Ailton; MAIA, Bruno (org.). **Caminhos para a Cultura do Bem Viver**. [S.l.]: Cultura do Bem Viver, 2020. Disponível em: <https://cdn.biodiversidadla.org/content/download/172583/1270064/> . Acesso em: 01 abr. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVALL, Tuana Paula; OLSSON, Giovanni. Governança global e o desenvolvimento na sua pluridimensionalidade: um olhar sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas. **Direito e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2019. p. 51–64. DOI: 10.26843/direitoedesenvolvimento.v10i1.990. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/990>. Acesso em: 11 abr. 2024.

LEROY, J. P e MEIRELES, J. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, M.F., PACHECO, T., e LEROY, J.P., comps. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p 115-131. ISBN 978-85-7541-576-4. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415764>.

LITTLE, P. E. Etnoecologia e direito dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002. p. 39-48.

LOVADINI, V. L; GUSMÃO, C. M. P; OLIVEIRA, R. M; GABIATT, D.; SILVA, J. M.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, C. C.; REIS, R. K; MENEGUETI, M. G; GIR, E. Os impactos e desafios da COVID-19 nas favelas e a questão da (in)visibilidade. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.25371>.

MACIEL, Loura Antunes. **A capital de Mato Grosso**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 1992.

MAMEDE, J. S. S; DAVID, M; TSUKAMOTO FILHO, A. A; PASA, M. C. Os Quintais e as manifestações culturais da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá – MT. **Revista Biodiversidade**, v 14, n. 1, 2015.

MARTINS, Ana Luisa Jorge; MIRANDA, Wanessa Debôrtoli; SILVEIRA, Fabricio; PAES-SOUSA, Rômulo. A agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) como estratégia para equidade em saúde e territórios sustentáveis e saudáveis. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro v. 48, n. especial 1 e8828, ago. 2024. DOI <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18828P>.

MARTINS, G. de A.; TEOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAX-NEEF, M. A. **Desarrollo a Escala Humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria, 1993.

MAX-NEEF, M. A. **“Empoderamento” de Comunidades e Desenvolvimento Alternativo por Max Neef**. Ass. de Pedagogia Social de Base Antroposófica no Brasil. Transcrito de gravação da Palestra de Max Neef. Tradução de Endre Király. Pedagogia Social Artigos, Boletim nº 17, 2003.

MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento a escala humana**: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2014). **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: Superintendência de Comunicação Integrada, Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp->

<content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MIRANDA, E. B.; OLIVEIRA, V. S.; ALCANTARA, L. C. S.; SGUAREZI, S. B.; BARROS, F.B.; SAMPAIO, C. A. C. **Desenvolvimento à escala humana, bem viver por povos e comunidades tradicionais: alternativa frente ao projeto hegemônico de desenvolvimento econômico vigente?** In: ZUÑIGA, C. H.; RAMÍREZ, S.; ALCANTARA, L. C. S. Experiencias, vivencias y aplicaciones del desarrollo a escala humana: enfoques, metodologias y aplicaciones. Fundación Manfred Max-Neef, Valdivia/Chile, 2023.

MORAES, V. R.; CARNEIRO JUNIOR, J. J.; VALENTINI, C. M. A.; FARIA, R. A. P. G. Caracterização dos modelos de esgotamento sanitário na comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá, MT. **Revista Biodiversidade**, v.12, n.1, 2013. p. 60-74.

MOREIRA, M. R.; KASTRUP, É.; RIBEIRO, J. M.; CARVALHO, A. I. DE.; BRAGA, A. P. O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros(as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS Brazil heading to 2030. **Saúde Em Debate**, 43(spe7), 22–35, 2019. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S702>.

MORENO, N. S.; SILVA, D. D.; SOUZA, W. J. Desenvolvimento à Escala Humana na economia solidária: síntese de necessidades e satisfatores de trabalhadoras do segmento da produção de artesanato. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.9, n.2 maio/ago. 2020.

MONÇALE, A. M.; MOREIRA, B. D. Fotografia, etnografia e festa: um olhar sobre a festa de santo na comunidade São Gonçalo Beira Rio – Cuiabá/MT. **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-oeste**, 15 ed., Rio Verde, GO, 30 maio a 1º jun. 2013, 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. O Bem-Estar Urbano dos município brasileiros – **IBEU Municipal**. 2016. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/o-bem-estar-urbano-dos-municipios-brasileiros-ibeu-municipal/>. Acesso em: 29 set. 2018.

O ECO jornalismo ambiental. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias>. Acesso em: 02 maio 2024.

OLIVEIRA-MONTEIRO N; SCACHETTI RE; NAGIB V. Identidades de pescadores caiçaras: heroísmo e precariedade em populações tradicionais? **Desenvolv Meio Ambient**. 41, 2017. p. 124-39. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v41i0.48341>.

OLIVIERA, Gustavo Zanielo; SILVA, Carolina Joana. Conhecimento ecológico tradicional de pescadores profissionais sobre peixes da baía Caiçara, Pantanal de Mato Grosso, Cáceres, Brasil. **Revista Brasileira de Zoociências**. v.15 (1, 2, 3): 171-181, ISSN 1517-6770, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, v. 1. ISBN: 978-92-2-824257-7 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf> Acesso em 01.jul. 2024. Acesso em: 29 mar. 2022.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da leitura territorial do censo de 2010. *In: Dossiê: políticas públicas e formas de provisão de moradia. Cad. Metrópole*, 18, Jan.-Abr. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3504>.

PASTERNAK, S.; BÓGUS L. M. M. Favela: o desafio de morar na metrópole paulistana. *In: Dossiê: mobilidade urbana e equidade, Cad. Metrópole*, 26 (60), maio/ago., 2024, DOI <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6019>.

PEREIRA, V. A.; ZITKOSKI, J. J. La sostenibilidad desde la perspectiva del buen vivir: una mirada más allá del desarrollo sostenible. **ETD –Educação Temática Digital**, Campinas/SP v.26, e024065, 2024. p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8672124/34838>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PIRES, E. B.; OLIVIERA, R. F.; YAMAGUCHI, M. U. Desenvolvimento de e-questionário sobre conhecimentos, atitudes e práticas S(CAP-ODS) sobre objetivos do desenvolvimento sustentável para universitário. **Revista Contemporânea**, vol. 5, n. 3, 2025. ISSN:2447-0961. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7640/5394>. Acesso em: 02 Abr. 2025.

PIRRELLI, M. A. S.; “Conhecimento tradicional” e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas kaioiwá/guarani. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, 2008. p. 381-96. DOI <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000300002>.

PIZZINATO, A.; GUIMARÃES, D. S.; LEITE, J. F. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39 (n.spe), e032019, 2019. p. 3-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000032019>. Acesso em: 21 mar. 2022.

PROENÇA, W. L. O método de observação participante: contribuições e aplicabilidade para pesquisa no campo religioso brasileiro. **Revista Aulas**, dossiê religioso, n. 4 abr./jul., 2007. Disponível em: https://unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf. Acesso em: 03 abr. 2025.

PUTNAM, R. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. **The American Prospect**, v.4, n.13, 1993. p. 35-42. Disponível em: <http://epn.org/prospect/13/13putn.html>. Acesso em: 21 mar. 2022.

QUIJANO, A. **Des/colonialidad y Buen Vivir**: un nuevo debate en América Latina [Des/coloniality and living well: A new debate in Latin America]. Universidad Ricardo Palma, Editorial Universitaria – Cátedra América Latina y Colonialidad del Poder, 2014.

RAVELLI, A. P. X.; FERNANDES, G. C. M.; BARBOSA, S. F. F; SIMÃO, E.; SANTOS, S. M. A; MEIRELLES, B. H. S. A produção do conhecimento em enfermagem e envelhecimento: estudo bibliométrico. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Jul-Set, 18(3), 2009. p. 506-12. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-07072009000300014>. Acesso em: 10 Abr. 2022.

RELATÓRIO LUZ 2023. **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030**. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-do-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil-2023/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

RELATÓRIO LUZ 2024. **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030**. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

ROMANCINI, S. R. Paisagem e simbolismo no arraial pioneiro São Gonçalo em Cuiabá-MT. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 19-20, jan./dez., 2005. p. 81-87.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, 2000. p. 67-80.

RUDDLE, K. Systems of knowledge: dialogue, relationships and process. **Environment, Development and Sustainability**, v. 2, n. 3-4, 2000. p. 277-304.

SÁEZ, O. C. Prometeo de pie: alternativas étnicas y éticas a la apropiación del conocimiento. **Ensayos e Investigaciones-Cuadernos de Bioética**, Buenos Aires, 2001. p. 1-15. Disponível em: <http://www.bioetica.org/cuadernos/enscons17.htm>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SÁEZ, O. C. Ciência amazonica: notas para um estudio crítico de los saberes nativos. **Soma Interazioni Terapeutiche e Antropologia Médica**, Genova, v. 3, 1998. p. 1-7.

SAMPAIO, C. A. C.; BRASIL, F. S. **Ecosocioeconomia das organizações**. Trabalho Finalista de Melhor Plano de Ensino: Prêmio Ethos Valor de Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável, Instituto Ethos; UniEthos; Jornal Valor Económico. São Paulo: Instituto Ethos, 2008.

SAMPAIO, C. A. C; ALCANTARA, L. C. S; VIEIRA, P. H. Bem Viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-covid-19. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 59, Jan./jun. 2022. p. 162-181. DOI: [10.5380/dma.v59i0.74145](https://doi.org/10.5380/dma.v59i0.74145) e-ISSN 2176-9109.

SANTOS, A. L. C. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSs), políticas públicas de mitigação da violência e o direito à cidade segura. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 13, n 4, ISSN 2317-7721, 2021. p.2158-2188. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2021.59692>.

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: CES, 2009.

SANTOS JUNIOR C. F.; POLETTO P. R.; BATISTA S. H. S. S. Colônias de pescadores da região costeira do Estado de São Paulo: empoderamento, saúde e qualidade de vida. **Interface** (Botucatu). 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.210607>.

SARLET, Ingo Wolfgang; ZOCKUN, Carolina Zancaner. Notas sobre o mínimo existencial e sua interpretação pelo STF no âmbito do controle judicial das políticas públicas com base nos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 3, n. 2, maio/ago. 2016. p. 115-141. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.46594>.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPIR. **O que são Povos e Comunidades Tradicionais**. 2015. Disponível em: <http://seppir.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SGUAREZI, Sandro B. (org.) **Ambiente e sociedade no Brasil central**: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional. 2 ed. Cáceres/MT: Unemat, 2019. p. 28 – 38.

SGUAREZI, Sandro Benedito; BORGES, Juliano Luis; FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de; GARCIA, Romir Conde. Educação e autogestão: desafios e possibilidades no processo de formação dos sujeitos coletivos da Economia Solidária. **Revista mundo do trabalho contemporâneo**, São Paulo, v.2, 2017. p. 29-49.

SOUZA, S. I. N. **Direito à moradia e de habitação**: análise comparativa e seu aspecto teórico e prático com os direitos da personalidade. 3 ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, v. 9. n. 1, 1985. p. 11-40. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/issue/view/602>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL - STF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

TYBUSCH, Francielle Benini Agne; SILVA, Priscilla. Desenvolvimento sustentável versus bem-viver: a necessidade de buscar meios alternativos de vida. **Opinião jurídica**, 2022. p. 615-633. DOI: <https://doi.org/10.22395/ojum.v20n43a26>. Acesso em: 31 mar. 2025.

TUSSINI, Gabriel. Audiência de conciliação sobre lei que proíbe pesca em MT termina sem acordo no STF. **O ECO**, jornalismo ambiental. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/audiencia-de-conciliacao-sobre-lei-que-proibe-pesca-em-mt-termina-sem-acordo-no-stf/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

USHER, P. J. Traditional Ecological Knowledge in Environmental Assessment e Management. **Artic**, v. 53, n.2, 2000. p.183-193.

VASCONCELOS, Lia. Urbanização – metrópoles em movimento. In: **Revista Desafios do desenvolvimento** - IPEA. ano 3, 22 ed., 2006. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=994:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 21 ago. 2018.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado e mudança social. *In*: DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideu. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

VILLAS BOAS, Bruno; CONCEIÇÃO, Ana. Déficit de moradias no país já chega a 7,7 milhões. *In*: **Valor Econômico**. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5498629/deficit-de-moradias-no-pais-ja-chega-77-milhoes>. Acesso em: 22 set. 2018.

VOLOCHKO, Danilo. **Da extensão do campo à centralização do urbano**: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. *In*: Revista Mato-Grossense de Geografia - Cuiabá - n. 16, jan./jun. 2013. p. 18 – 38. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/geografia/article/view/768>. Acesso em: 14 jan. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi – 2 ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAINA, Franciane; LARA, Julio Cezar de; Guimarães, Thiago Silva. Pescadores profissionais artesanais de Cáceres-Mato Grosso: possíveis efeitos financeiros e sociais a partir da lei do transporte zero. **Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 03, n. 01, 2024 - DOI: <https://doi.org/10.30681/rbegdr.v3i1.13066>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rbedrpp/article/view/13066>. Acesso em: 09 fev. 2025.

ZENI, Camila. Preservação dos peixes. *In*: **SECOMMT**, notícias. Disponível em: <https://www.secom.mt.gov.br/w/-transporte-zero-ser%C3%A1-um-marco-e-vai-preparar-os-pescadores-para-uma-nova-realidade-afirma-pescador-refer%C3%A2ncia-do-araguaia>. Acesso em: 05 abr. 2024.

ANEXOS 1 – PARECER CEP

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT									
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP										
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA										
Título da Pesquisa: COMUNIDADES TRADICIONAIS E O CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE SÃO GONÇALO BEIRA RIO EM CUIABÁ/MT E ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES PROFISSIONAIS DE CÁCERES/MT										
Pesquisador: EVELY BOCARDI DE MIRANDA										
Área Temática:										
Versão: 3										
CAAE: 55832422.4.0000.5168										
Instituição Proponente: UNEMAT										
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio										
DADOS DO PARECER										
Número do Parecer: 5.356.690										
Apresentação do Projeto:										
O presente projeto de pesquisa se propõe analisar o processo da urbanização em Comunidade Tradicional e Comunidade de Conhecimento Local, sob a perspectiva do Bem Viver, o estudo será realizado com a Comunidade Tradicional São Gonçalo Beira Rio localizada em Cuiabá/MT e a Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres/MT, que estão localizadas em áreas urbanas, frente aos conflitos resultantes da urbanização acelerada nas cidades. O problema está em como resolver a situação da ocupação urbana que traz prejuízos ao meio ambiente, como a poluição de rios e supressão de áreas de preservação permanentes, sem, por outro lado, retirar de seus habitantes o bem estar, a dignidade e Bem Viver. Por meio do método dialético (pesquisa-ação), da coleta e análise dos dados que serão colhidos na pesquisa com a aplicação da matriz de indicadores do Bem Viver (ALCÂNTARA E SAMPAIO, 2015) e alcançar um diagnóstico socioeconômico caracterizando a Comunidade Tradicional e Conhecimento Ecológico Local e com o perfil dos membros da comunidade e dos associados envolvidos na pesquisa, para que resultem na melhoria de políticas públicas cumprindo e implementando a Agenda 2030 da ONU, a partir de medidas ousadas e transformadoras, para tornar as "cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (Objetivo 11, da Agenda 2030, ONU), deste modo, garantindo a vida digna e o "Bem Viver" nos										
<table border="1"><tr><td>Endereço: Av. Tancredo Neves, 1085</td><td>CEP: 78.200-000</td></tr><tr><td>Bairro: Cavahada II</td><td></td></tr><tr><td>UF: MT Município: CÁCERES</td><td></td></tr><tr><td>Telefone: (65)3221-6067</td><td>E-mail: cep@unemat.br</td></tr></table>			Endereço: Av. Tancredo Neves, 1085	CEP: 78.200-000	Bairro: Cavahada II		UF: MT Município: CÁCERES		Telefone: (65)3221-6067	E-mail: cep@unemat.br
Endereço: Av. Tancredo Neves, 1085	CEP: 78.200-000									
Bairro: Cavahada II										
UF: MT Município: CÁCERES										
Telefone: (65)3221-6067	E-mail: cep@unemat.br									

Página 31 de 33



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE MATO GROSSO - UNEMAT



Continuação do Parecer: 3.356.680

espaços urbanos a seus habitantes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O presente projeto de pesquisa se propõe analisar o processo da urbanização em Comunidade Tradicional e Comunidade de Conhecimento Local, sob a perspectiva do Bem Viver.

Objetivo Secundário:

- Analisar o estado da arte dos principais conceitos (pressupostos epistemológicos);
- Identificar as proximidades e distanciamentos da comunidade tradicional, conhecida como Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT e a comunidade Conhecimento local, denominada de Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres/MT, observando os aspectos socioeconômicos, ambientais, culturais e identidade dos atores sociais;
- Aplicar a matriz do 'Bem Viver' na comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT e na Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres/MT;
- Identificar as principais demandas por meio do diagnóstico rápido participativo, para definir prioridades para elaboração de projetos produtivos que resultem na melhoria de políticas públicas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

- A pesquisa apresenta garantia de que danos previsíveis serão evitados, como preconiza a resolução 466/2012.

A pesquisa apresenta, como preconiza a resolução 466/2012:

- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é de alta relevância regional e apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1395

Bairro: Cavalihada II

UF: MT

Telefone: (55)3221-0067

Município: CACERES

CEP: 78.200-000

E-mail: cep@unemat.br

Página 02 de 03

Continuação do Parecer: 0.396.090

vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;

- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados, conforme a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS- Conselho Nacional de Saúde, e da resolução 510/2016 - Ciências Humanas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Recurso do Parecer	recurso.pdf	01/04/2022 20:07:32		Aceito
Outros	TERMO DE COMPROMISSO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO ESTUDO modificado_A.pdf	01/04/2022 20:07:11	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETO CONSUBSTANCIADO modificado_A.pdf	01/04/2022 20:05:35	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Modificado_A.pdf	01/04/2022 20:05:04	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	RECURSO.pdf	01/04/2022 20:04:42	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PE INFORMACOES BASICAS DO PROJETO_1887787.pdf	18/03/2022 18:15:29		Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETO DE PESQUISA modificado.pdf	18/03/2022 18:13:33	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cuiabá II
UF: MT Município: CACERES
Telefone: (65) 3221-0567 CEP: 76.200-000
E-mail: cep@unemat.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE MATO GROSSO - UNEMAT



Continuação do Formulário 5.336-000

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	16/03/2022 18:12:59	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Outros	Carta_Resposta_1.pdf	16/03/2022 18:12:25	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	16/03/2022 17:47:56	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/03/2022 17:42:15	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	3PROJETO_De_PESQUISA.pdf	08/02/2022 00:48:19	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	9Modelo_de_Termo_de_Livre_Conse- ntimento_Esclarecido.pdf	08/02/2022 00:46:47	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Outros	Questionario_para_a_entrevista_2.pdf	08/02/2022 00:45:39	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Outros	Questionario_para_a_entrevista_1.pdf	08/02/2022 00:45:14	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Outros	15Termo_de_compromisso_das_institui- coes envolvidas.pdf	08/02/2022 00:43:46	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Outros	10Curriculo do Sistema de Currículos Lattes_Evely.pdf	08/02/2022 00:43:02	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Outros	10Curriculo do Sistema de Currículos Lattes_Sandro.pdf	08/02/2022 00:40:44	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	8Declaração dos participantes da pes- quisa_individual_Evely.pdf	08/02/2022 00:38:46	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	8Declaração dos participantes da pes- quisa_individualassinado_Sandro.pdf	08/02/2022 00:38:15	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	8Declaração e autorização de uso da _Infraestrutura.pdf	08/02/2022 00:34:49	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	8Declaração e autorização autorizada _para_o_uso_infra_c.pdf	08/02/2022 00:34:36	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	8Declaração e autorização autorizada _para_o_uso_infra.pdf	08/02/2022 00:34:24	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	5Declaração de responsabilidade.pdf	08/02/2022 00:27:16	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Declaração de	4Declaração de coleta não iniciada	08/02/2022	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095

Bairro: Cuiabá II

CEP: 78.200-000

UF: MT

Município: CACERES

Telefone: (65)3221-0067

E-mail: cep@unemat.br

Página 04 de 25

Continuação do Parecer: 5.356.680

Pesquisadores	pdf	00:26:44	MIRANDA	Aceito
Outros	1Oficio.pdf	08/02/2022 00:25:23	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito
Folha de Rosto	2Folha_rosto_Evely_Bocardi.pdf	08/02/2022 00:21:38	EVELY BOCARDI DE MIRANDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CACERES, 19 de Abril de 2022

Assinado por:
Raul Angel Carlos Olivera
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cavaliada II
UF: MT Município: CACERES CEP: 76.200-000
Telefone: (65)3221-0067 E-mail: cep@unemat.br

Página 10 de 10

ANEXO 2 - FORMULÁRIO QUALITATIVO DE COLETA DE DADOS ⁴

Versão: novembro/2021

1. Projeto Demonstrativo;

1.1 Nome da organização - Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres/MT e Associação dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

1.1 Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável (ODS) atingido pela organização:

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico

ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis

ODS 14 - Vida na Água

ODS 15 - Vida Terrestre

ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos

ODS 19 - Arte, Cultura e Comunicação

ODS 20 - Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais

2. Município (sede)/Estado/País da experiência:

Cuiabá e Cáceres, estado de Mato Grosso, Brasil

3. Modalidade: (a) Agenda 21 Local, (b) Turismo Comunitário, Solidário e Sustentável, (c) Responsabilidade Socioambiental Corporativo, (d) Economia Social, (e) Gestão de Unidades de Conservação Ambiental, (f) Mobilidade Urbana Sustentável, (g) *Slow cities*, (h) *Ecovillages* (i) Tecnologias Apropriadas (j) Gestão de Processos Verde (k) Fair Trade (l) Empreendedorismo Social (m) Inovação Social (n) outros

(n) outros – Associativismo

4. *Homepage* / Link do vídeo institucional da experiência se houver;

⁴ Sampaio, C. A. C.; Brasil, F. S. *Ecosocioeconomia das organizações*. Trabalho Finalista de Melhor Plano de Ensino: Prêmio Ethos Valor de Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável, Instituto Ethos; UniEthos; Jornal Valor Econômico. São Paulo:Instituto Ethos, 2008.

prejudicado

5. Entrevistado(s): nome, função, data, tempo da entrevista e local, telefone e email de contato;

Presidente: Alice Conceição de Almeida, mais de 16 anos como presidente da associação, cerca de 1 hora cada entrevista, local: Casa do Artesão – no qual as peças de cerâmica são expostas à venda

Presidente: Lorival Alves da Motta, está no seu 3º mandato de presidente e cada mandato é de 4 anos, cerca de 1 hora cada entrevista, local: sede da associação

6. Instituições participantes da experiência:

6.1 Instituições coordenadoras;
prejudicado

6.2 Centros de pesquisa (universitários) que prestam assessoria; e
prejudicado

6.3 Demais instituições;

PPGCA-UNEMAT

7. Financiamentos recebidos (nome da instituição, valor do financiamento, período);

Prejudicado

8. Produção científica sobre o projeto (teses, dissertações, monografias, artigos, reportagens, vídeos e outros);
Tese e artigos para publicação

9. Gênese (como a experiência começou):

Iniciou a partir do interesse de trabalhar comunidades ribeirinhas e os conhecimentos tradicionais e ecológico local

9.1 Problemática (qual foi o problema que originou a experiência?); e

Quais os principais fatores que interferem no Bem Viver das Associações dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá e dos Pescadores Profissionais em Cáceres que estão localizadas em comunidades ribeirinhas, localizadas em perímetros urbanos no estado de Mato Grosso? Como se dá o diálogo entre os conceitos de conhecimento tradicional, conhecimento ecológico local e Bem Viver?

9.2 Objetivos da experiência (o que se resolveu efetivamente?);

Analisar o Bem Viver em comunidades ribeirinhas urbanas, a partir de estudo de caso das Associações dos Artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá e dos Pescadores Profissionais em Cáceres, no estado de Mato Grosso, Brasil, à luz, dos conceitos de conhecimento tradicional e do conhecimento ecológico local.

10. Localização (território): sede e arredores:

10.1 Discriminar localização específica caso se trate de uma bacia hidrográfica/unidades de conservação/microrregião:

- A Comunidade São Gonçalo Beira Rio que está localizada na zona urbana do município de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, no Brasil, a 11 quilômetros do centro da capital mato-grossense, localizada à margem esquerda do Rio Cuiabá;
- O município de Cáceres está localizado a 220 km de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, está à margem esquerda do Rio Paraguai, que é um dos mais importantes rios do Pantanal.

10.2 Anexar mapa de boa qualidade que demonstre localização microrregional/estadual;

10.4 Características do local:

10.4.1 Ecológicas; A margem do Rio Cuiabá e Rio Paraguai – afluentes do Pantanal

10.4.2 Culturais; Produção de Ceramista e Pesca artesanal – manutenção das tradições culturais

10.4.3 Sociais; e Associações – Artesãos e Pescadores Profissionais

10.4.4 Econômicas; produção de renda aos associados a partir do artesanato e da pesca artesanal

10.5 Identificar indicadores que demonstrem sustentabilidade da experiência;

Enfatiza a sustentabilidade através da utilização de materiais locais e recicláveis, além de práticas que respeitam a biodiversidade cultural e ambiental;

Implementa práticas de pesca sustentável, como a utilização de técnicas que minimizam o impacto ambiental e a promoção da conservação dos habitats aquáticos.

10.6 Identificar indicadores de Bem Viver: (participação social, motivações, felicidade, transcendência (ritos, mitos, espiritualidade); transdisciplinaridade (conhecimentos tradicionais, 3º incluído); trabalho geracional; empoderamento feminino; participação dos jovens; cooperação, estratégias ambientais (compostagem, produção orgânica, reciclagem, etc.); outros.

	Associação dos artesãos da Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT	Associação dos pescadores profissionais de Cáceres/MT
Foco na atuação de cada associação	Tem um foco voltado para a produção e comercialização de artesanato, valorizando a cultura local e as tradições artísticas da comunidade. As atividades são centradas na criatividade, na preservação de técnicas tradicionais e na geração de renda através do turismo e do mercado local.	Concentra-se na pesca profissional, com ênfase na sustentabilidade dos recursos hídricos e na preservação do meio ambiente aquático. As atividades incluem a pesca responsável e a defesa dos direitos dos pescadores, além de práticas que garantem a conservação dos ecossistemas.
Dimensões da Matriz do Bem Viver e os distanciamentos entre as Associações		
Dimensão Pessoal	Na associação dos artesãos, a dimensão pessoal é	Está diretamente ligada à segurança alimentar, à

	expressa através da valorização da identidade cultural e da autoexpressão artística, promovendo o bem-estar individual por meio da criatividade.	subsistência e ao fortalecimento da identidade comunitária, uma vez que a pesca artesanal é essencial para sua sobrevivência e cultura.
Dimensão Social	A associação dos artesãos promove a inclusão social através de oficinas e capacitações, fortalecendo a coesão social e a solidariedade entre os membros.	A associação dos pescadores, por sua vez, foca na organização coletiva para a defesa de direitos, manutenção da pesca artesanal e na luta por políticas públicas que beneficiem a categoria, promovendo a justiça social e a participação democrática.
Práticas Sustentáveis	Enfatiza a sustentabilidade através da utilização de materiais locais e recicláveis, além de práticas que respeitam a biodiversidade cultural e ambiental.	Implementa práticas de pesca sustentável, como a utilização de técnicas que minimizam o impacto ambiental e a promoção da conservação dos <i>habitats</i> aquáticos.
Relação com a Natureza	A relação com a natureza é mediada pela inspiração nas belezas naturais e na cultura local, refletindo-se nas obras de arte e no artesanato produzido.	A relação é direta e prática, com um foco na gestão dos recursos hídricos e na preservação dos ecossistemas aquáticos, reconhecendo a interdependência entre a comunidade e o meio ambiente.
Dimensões da Matriz do Bem Viver e as Proximidades entre as Associações		
Compromisso com a Sustentabilidade	Ambas as associações compartilham um forte compromisso com a sustentabilidade, seja ela ambiental, social ou econômica. Elas buscam práticas que respeitem e preservem os recursos naturais, promovendo um desenvolvimento que não comprometa as gerações futuras.	Compromisso com a Sustentabilidade
Valorização da Cultura Local	Tanto os artesãos quanto os pescadores valorizam a cultura local e as tradições de suas comunidades. As associações atuam como guardiãs do patrimônio cultural, promovendo a	Valorização da Cultura Local

	identidade local e a continuidade de saberes e práticas tradicionais.	
Promoção do Bem-Estar Coletivo	Ambas as associações têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida de seus membros e da comunidade em geral. Elas promovem a inclusão social, a solidariedade e a justiça econômica, buscando o bem-estar coletivo através de suas atividades	Promoção do Bem-Estar Coletivo
Organização Comunitária	As associações representam formas de organização comunitária que fortalecem a coesão social. Elas proporcionam um espaço para que os membros se unam em torno de interesses comuns, promovendo a participação democrática e a defesa de direitos.	Organização Comunitária
Interconexão com a Natureza	Ambas as associações reconhecem a interconexão entre os seres humanos e a natureza. Os artesãos se inspiram na natureza para suas criações, enquanto os pescadores dependem diretamente dos ecossistemas aquáticos para sua subsistência, promovendo práticas que buscam a harmonia com o meio ambiente.	Interconexão com a Natureza
Defesa de Direitos	As duas associações atuam na defesa dos direitos de seus membros, seja através da luta por políticas públicas que beneficiem os pescadores ou pela promoção de condições justas para os artesãos. Essa defesa é fundamental para garantir a dignidade e os direitos sociais de suas comunidades.	Defesa de Direitos

Fonte: Construção da Autora

11. Marcos (Estratégias) do Projeto (PFOA):

11.1 Oportunidades (externo ao projeto) e pontos fortes (internos ao projeto);

11.2 Ameaças (externas) e pontos fracos (internas);

11.3 Cultura organizacional predominante (associativismo, empreendedorismo, religiosidade, movimento social e outros);

Associativismo

11.4 Conhecimentos tradicionais/populares considerados no projeto (tecnologias apropriadas);

Conhecimento tradicional e conhecimento ecológico local

11.5 Metodologias de trabalho (descentralização/centralização, racional/emotiva, participação induzida/voluntária, gestão profissional/voluntariado e outros);

Entrevistas e aplicação da matriz do Bem Viver, análise de conteúdo de Bardin (2016)

11.6 Principais ações implementadas;

Prejudicado

11.7 Resultados conseguidos durante a experiência; e

Considerações finais da tese

11.8 Impactos que ocorreram depois da implementação da experiência;

prejudicado

12. Arranjo Institucional e Socioprodutivo (institucionalidade e cadeia produtiva envolvidas) de base territorial (representado na imagem).

Encadeamento Vertical: Identifique local (comunidade, município), microrregional (Unidades de Conservação e Bacias Hidrográficas), estadual, nacional e internacionalmente os: prejudicado

12.1 Fornecedores de insumos (quando há relação produtiva)/provedores de informação (relação política); prejudicado

12.2 Distribuidores/consumidores dos produtos (quando há relação produtiva)/informações (relação política); prejudicado

Encadeamento Horizontal: Identifique as:

12.3 Organizações de apoio ao projeto (instituições que influenciam, como as do Estado e organizações do terceiro setor); prejudicado

12.4 Terceirizações que ocorrem no projeto (empresas). prejudicado

Esquematize o arranjo em torno do projeto, conforme a matriz abaixo, aproveitando as informações identificadas dos itens

12.1, 12.2, 12.3 e 12.4

Encadeamento Vertical		
Cuiabá e Cáceres	12.1 Fornecedores de insumos/provedores de informação	Mato Grosso
12.3 Organizações de apoio	Associações dos Artesãos e Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres	12.4 Organizações terceirizadas
Estadual	12.2 Distribuidores/consumidores dos produtos/informações	Nacional/Inter

13. Propostas e Intenções Futuras da experiência;

14. Fontes bibliográficas utilizadas no preenchimento do formulário:

Referências bibliográficas da tese

ANEXO 3 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA ROTEIRO DA ENTREVISTA 1

COMUNIDADE/ASSOCIAÇÃO

Endereço _____

Número da entrevista _____

Entrevistador (a) _____

Data _____

1. Nome do entrevistado (a)

2. Idade _____ anos

3. Gênero: M () F () Outros () _____

4. Estado Civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () Viúvo (a)

() Divorciado (a) () União Estável

5. Escolaridade

() Analfabeto

() Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)

() Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)

() Ensino Médio (antigo 2º grau)

() Ensino Superior

() Especialização

Condições de moradia

6. reside em casa própria ou alugada?

7. Já mora ou já morou às margens do Rio?

8. Acesso à água: () potável () poço artesiano () nascentes

9. Rede esgoto () sim () não

10. Acesso à eletricidade () sim () não

11. Quem mora na casa?

Condições da Pesca

12. Quanto tempo faz parte da Associação?

13. A pesca está na sua vida desde quando? Quanto tempo?

14. Quem o/a ensinou a pescar?

15. É pescador profissional desde quando? Tem carteira?

16. Quais as condições da pesca antigamente e nos dias de hoje?

17. Quais os equipamentos de pesca utilizados? A pesca artesanal é realizada ainda hoje?

18. Quanto tempo passa o rio durante a abertura do período de pesca?

Trabalho

19. A pescaria é a única forma de sustento da família? Qual a renda aproximada?

20. Além da pesca, exerce alguma outra atividade como artesanato, culinária, grupo de dança? Qual ou quais?

21. Na sua família quantas pessoas vivem da pesca?

Religião e crença

22. Qual a sua Religião?

23. Você é satisfeito com a sua religião?

24. Há quanto tempo você é participante? _____

Emoções

25. Você é feliz com seu trabalho? () sim () não

26. Gostaria de mudar alguma coisa?

27. Já sofreu preconceito por ser pescador? () sim () não

Educação

28. De que maneira você aprendeu a pescar?

29. De que maneira o conhecimento sobre o uso das iscas, equipamentos de pesca, olhar o Rio foi transmitido a você?

30. Para você qual a importância de valorizar a pesca profissional e resgatar às práticas?

31. Existe algum curso preparatório para a utilização dos equipamentos de pesca?

32. Qual a influência dos idosos dentro da pesca?

Fatores produtivos

33. Como é feita a venda do pescado?

34. Além da pesca, faz venda de artesanato, culinária, doces e outros produtos artesanais?

Participação social

35. Você participa de ações sociais? () sim () não

Quais são? _____

36. Ajuda na tomada de decisões da associação e no grupo de pescadores?

Família/Segurança

37. Sua família aceitou sua decisão de ser pescador?

38. Houve algum impedimento

39. Você sofreu alguma fiscalização/infração/prisão quando no período da pesca pelos órgãos de fiscalização?

Relações de gênero e jovens

40. Quem mais participa na pesca profissional? () homens () mulheres

41. Há participação de jovens? () sim () não

42. Quais as funções que os homens e as mulheres desempenham na pesca? Tem alguma diferença?

43. Os jovens desempenham algum papel importante nas pescarias?

Meio ambiente

44. Qual a importância da natureza para a pesca?

45. Você acha que as práticas de pesca são importantes para a conservação do ambiente?
Por quê?

Pertencimento

46. Você tem satisfação pessoal em fazer parte desse grupo de pescador profissional?

Saúde

47. Quando está no Rio/pesca a utiliza dos recursos das plantas medicinais, se tiver algum problema de saúde?

ANEXO 4 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
ROTEIRO DA ENTREVISTA

COMUNIDADE/ASSOCIAÇÃO

Endereço _____

Número da entrevista _____

Entrevistador (a) _____

Data _____

1. Nome do entrevistado (a)-

2. Idade _____ anos **3. Gênero:** M () F () Outros () _____

4. Estado Civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () Viúvo (a)

() Divorciado (a) () União Estável

5. Escolaridade

() Analfabeto

() Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)

() Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)

() Ensino Médio (antigo 2º grau)

() Ensino Superior () Especialização

Condições de moradia

6. reside em casa própria ou alugada?

7. Já mora ou já morou às margens do Rio?

8. Acesso à água: () potável () poço artesiano () nascentes

9. Rede esgoto () sim () não

10. Acesso à eletricidade () sim () não

11. Quem mora na casa?

Condições do Artesanato de Cerâmica

12. O artesanato de cerâmica faz parte da cultura da comunidade?

13. A confecção do artesanato de cerâmica ainda é realizada nos dias de hoje? Se não por que parou?

14. as peças são utilizada para consumo próprio ou comercialização??

15. Quais as condições da confecção da cerâmica antigamente e nos dias de hoje na comunidade?

Trabalho

16. Qual a forma de sustento da família? Qual a renda aproximada?

17. Além da cerâmica, exerce alguma outra atividade como culinária, grupo de dança? Qual ou quais?

Religião e crença

18. Qual a sua Religião?

19. Você é satisfeito com a sua religião?

20. Há quanto tempo você é participante? _____

Emoções

21. Você é feliz com seu trabalho? () sim () não

22. Gostaria de mudar alguma coisa?

23. Já sofreu preconceito por ser da Comunidade? () sim () não

Educação

24. De que maneira você aprendeu a confecção do artesanato, culinária, dança ?

25. De que maneira o conhecimento sobre o uso do barro, da culinária, os equipamentos de pesca, olhar à cultura foi transmitido a você?

26. Para você qual a importância de valorizar a cultura e resgatar às práticas?

27. Existe algum curso para fomentar a cultura da comunidade?

28. Qual a influência dos idosos dentro da comunidade?

Fatores produtivos

29. Como é feita a venda de produtos produzidos na comunidade, como de artesanato, culinária, doces e outros produtos artesanais?

Participação social

30. Você participa de ações sociais? () sim () não

Quais são? _____

31. Ajuda na tomada de decisões da comunidade?

Família/Segurança

32. Sua família aceitou sua decisão de continuar a viver na comunidade?

32. Como é a vida na comunidade? Tem segurança?

Relações de gênero e jovens

33. Quem mais participa na vivência da comunidade? () homens () mulheres

34. Há participação de jovens? () sim () não

35. Quais as funções que os homens e as mulheres desempenham na comunidade? Tem alguma diferença?

36. Os jovens desempenham algum papel importante na comunidade?

Meio ambiente

37. Qual a importância da natureza para a comunidade?

38. Quais as práticas desenvolvidas na comunidade que são importantes para a conservação do ambiente? Por quê?

Pertencimento

39. Você tem satisfação pessoal em fazer parte da Comunidade São Gonçalo Beira Rio?

Saúde

40. Você utiliza dos recursos das plantas medicinais, se tiver algum problema de saúde?

ANEXO 5 - Matriz de indicadores de Bem Viver

Matriz de Indicadores de Bem Viver			
Supra Dimensões	Dimensões Específicas	Indicadores/Atributos	Conceitos
	Habitação	Condições da moradia Acesso à água segura: potável, nascentes ou poços artesanais Rede de esgoto Superlotação (número de pessoas por m ²) Acesso a saneamento básico Espaço para dormir Segurança alimentar Alimentação diária consumida Acesso à eletricidade	Satisfação com a moradia e as condições de infraestrutura, como acesso a água potável, energia elétrica e alimentação (segurança alimentar)
	Trabalho	Trabalho/ocupação Acesso à segurança social Situação financeira Renda mensal recebida pela família Horas diárias dedicadas ao trabalho	Satisfação com o trabalho/ ocupação exercida; acesso a segurança social; satisfação financeira
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Tomada de Decisão	Autonomia nas decisões pessoais Tomada de decisão em família	Grau de satisfação com a tomada de decisão pessoal
	Religião e Crenças	Crenças espirituais, religiosas ou filosóficas Participação em instituições religiosas	Grau de satisfação com sua crença espiritual
	Tempo Livre e Cultura	Uso do tempo livre Espaços para a recreação e cultura Jogos e atividades ao ar livre	Satisfação com o tempo livre, jogos e atividades comunitárias
	Recursos Materiais	Ajuda econômica (financiamento) Venda da produção (ganhos efetivos/ mensal)	Satisfação financeira; renda mensal recebida. Financiamentos e ajuda de custo
	Emoções	Felicidade Disposição Motivação	Satisfação pessoal (consigo mesmo, comunidade e meio ambiente)
	Educação	Nível de educação cursada Aprendizado adquirido Distância da escola Infraestrutura da escola Capacitação dos professores Acesso ao ensino fundamental Acesso ao ensino médio Acesso ao ensino superior Continuidade dos estudos Troca de saberes e aprendizados tradicionais entre a comunidade	Elementos de formação, acesso a uma educação de qualidade, infraestrutura da escola, formação de professores
	Tecnologias de Informação e Comunicação	Disponibilidade de Internet Disponibilidade de telefone convencional Disponibilidade de celular	Acesso à informação e comunicação

Social (harmonia com a comunidade integral)	Fatores Produtivos	Comercialização dos produtos agrícolas/pecuários/artesanatos/outras Acesso a sistemas de irrigação Capacitação recebida para exercer atividade econômica que realiza Diversidade de culturas Acesso a sementes	Satisfação com os fatores produtivos, como diversidade de culturas e comercialização
	Participação	Participação em Organizações Sociais Poder de decisão Participação em Organizações Sociais: Associações Participação em reuniões comunitárias Sistema de governança	Participação social; Poder de decisão e escolha, Arranjos Produtivos Locais (APLs)
	Família	Satisfação com sua situação familiar Permanência dos jovens na comunidade	Satisfação com a vida familiar e o êxodo dos jovens
	Segurança	Segurança familiar Frequência de assaltos na comunidade Policimento na comunidade Justiça com as próprias mãos	Satisfação com a segurança individual e familiar na comunidade
	Relações de Gênero e Jovens	Participação da mulher e dos jovens nas atividades econômicas Trabalho/renda Empoderamento Acesso a crédito Poder de decisão Taxa de matrículas no ensino (combinando educação primária, secundária e superior) Conciliação do aleitamento materno com o trabalho	Participação da mulher e dos jovens nas atividades produtivas, trabalho e renda, participação nas decisões.
	Saúde	Serviços de saúde (posto de saúde/hospital) Tratamento Médico e enfermagem Condições de acesso a tratamento profissional Uso de plantas medicinais Satisfação com a saúde das pessoas Distância dos centros de saúde	Variáveis como distância do posto de saúde ou hospital, infraestrutura de saúde, qualidade dos profissionais da saúde
Integral (harmonia com a natureza)	Meio Ambiente	Uso de queimadas Qualidade do ar respirado Meio ambiente, entorno natural Uso de agrotóxicos e pesticidas Nascentes de água Preservação da mata nativa Emissão <i>per capita</i> de CO ₂ Práticas ecológicas com resíduos (reciclagem, compostagem, artesanato, outros)	Satisfação com o meio ambiente; Práticas ambientais; uso de agrotóxicos; preservação ambiental.
	Pertencimento	Identidade com o lugar Autoestima Sentimento de compromisso Tranquilidade	Satisfação consigo mesmo, com os outros e com o ambiente.

FONTE: Os autores, com base em Sen (2000); NEF (2009); Comissão Europeia (2009); Stiglitz *et al.* (2010), Gudynas (2011); Max-Neef (2012); León (2015).



ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: Diálogos na Perspectiva do Bem Viver e dos Povos e Comunidades Tradicionais

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.11839>

Recebido em: 11/12/2020
Aceito em: 19/11/2021

Valéria dos Santos de Oliveira,¹ Evelyn Bocardi de Miranda,²
Liliane Cristine Schlemmer Alcântara,³ Sandro Benedito Sguarezi,⁴ Flávio Bezerra Barros⁵

RESUMO

Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) são grupos de pessoas unidas em um território, com cultura peculiar, próximos aos recursos naturais e que prezam por seus saberes tradicionais. Quando se conserva o conhecimento desses grupos sociais, conserva-se também todo o arcabouço de sua cultura e de sua identidade. Os territórios são espaços necessários à reprodução cultural, política, social e econômica, e têm sua força simbólica em toda essa trama, assim é evidente que atuam no sentido da proteção de seus territórios. No contexto da corrente pós-desenvolvimentista, o objetivo do artigo é analisar, com base na lógica desses atores sociais, uma alternativa viável ao projeto hegemônico de desenvolvimento econômico. A metodologia pautou-se na pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, sendo uma revisão teórica com viés crítico e interdisciplinar. Os resultados apontam que o Bem Viver (BV) pode ser considerado uma alternativa viável ao desenvolvimento econômico, no qual os Povos e Comunidades Tradicionais apresentam um protagonismo na luta por direitos, equidade e justiça social. Isso posto, o Bem Viver coloca-se como uma oportunidade para construção coletiva de novos modos de vida.

Palavras-chave: Bem viver; povos e comunidades tradicionais; desenvolvimento sustentável; alternativas ao desenvolvimento econômico.

ALTERNATIVES TO ECONOMIC DEVELOPMENT: DIALOGUES FROM THE PERSPECTIVE OF GOOD LIVING AND TRADITIONAL PEOPLES AND COMMUNITIES

ABSTRACT

Traditional Peoples and Communities (PCT) are groups of people united in a territory, with a peculiar culture, close to natural resources and who value their traditional knowledge. When the knowledge of these social group is preserved, the whole framework of their culture and identity is also preserved. The territories are necessary spaces for cultural, political, social and economic reproduction, and have their symbolic force in all this plot, so it is evident that they act to protect their territories. In the context of the post-developmental current, the objective of the article is to analyze, based on the logic of these social actors, a viable alternative to the hegemonic project of economic development. The methodology is based on qualitative, bibliographic and documental research, being a theoretical revision with a critical, interdisciplinary. The results show that Good Living (BV) can be considered as a viable alternative to economic development, in which Peoples and Traditional Communities present a protagonism in the struggle for their rights, equity and social justice. This being said, Good Living presents itself as an opportunity for the collective construction of a new way of life.

Keywords: Good living; traditional communities and peoples; sustainable development; alternative to economic development.

¹ Autor correspondente: Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais: Meio Ambiente e Sustentabilidade – Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat). Cáceres/MT, Brasil/Servidora pública da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Rua Jaguariaiva, 512, Caiobá – CEP 83260-000 – Matinhos/PR, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/7108756348432453>. <https://orcid.org/0000-0001-7971-2710>. valeriazso238@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais - Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Cáceres/MT, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2565369558392798>. <https://orcid.org/0000-0002-8049-8456>

³ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá/MT, Brasil/Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais – Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Cáceres/MT, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5051941963927036>. <https://orcid.org/0000-0001-8502-720X>

⁴ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). São Paulo/SP, Brasil. /Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat). Cáceres/MT, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/6517662915137218>. <https://orcid.org/0000-0001-7361-8977>

⁵ Universidade Federal do Pará (Ufpa). Belém/PA, Brasil. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais – Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Cáceres/MT, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4706140805254262>. <https://orcid.org/0000-0002-6155-0511>



Fundación
Manfred Max-Neef

Experiencias, Vivencias y Aplicaciones del Desarrollo a Escala Humana:

Enfoques, Metodologías y Aplicaciones.

Editores

Christian Henríquez Zuñiga; Stephanie Ramirez y Liliane Cristine Schlemmer
Alcántara
Fundación Manfred Max-Neef

Valdivia, 2023

Desenvolvimento à escala humana, bem viver por povos e comunidades tradicionais: alternativa frente ao projeto hegemônico de desenvolvimento econômico vigente?

Evely Bocardi de Miranda¹

Valéria dos Santos de Oliveira²

Liliane Cristine Schiemer Alcântara³

Sandro Benedito Sguarezi⁴

Flávio Bezerra Barros⁵

Carlos Alberto Cioce Sampaio⁶

1. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGCA/UNEMAT), Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: evely.bocardi@unemat.br

2. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/UNEMAT), Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: valeria238@gmail.com

3. Pós-doutora em Ecosocioeconomias e Bem Viver pelo PPETU/PUCPR, Pós-doutorado em Bem Viver e Desenvolvimento à Escala Humana pela UACH/Chile, Doutora em Desenvolvimento Regional pelo PPGR/FURB, Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da UNEMAT. E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br

4. Doutor em Ciências Sociais/Sociologia pela PUC/SP, Mestre em Administração pela PUC/SP, Professor Adjunto da UNEMAT, lotado no Curso de Administração, no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu/UNEMAT e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/UNEMAT). E-mail: sandrosguarezi@gmail.com.br

5. Doutor em Biologia da Conservação pela Universidade de Lisboa, Professor Associado da UFPA, Docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Agriculuras Amazônicas e Antropologia da UFPA e Ciências Ambientais da UNEMAT, Presidente da Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE), Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). E-mail: flavio@ufpa.br

6. Pós-Doutor em Ciências Ambientais pela Washington State University, USA, Cooperativismo Corporativo pela Universidad de Mondragón, Espanha, e Ecosocioeconomía pela Universidad Austral de Chile, Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC com sandwich em Economia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor dos Programas de Pós-graduação

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado

Patrimônio do Povo de Mato Grosso



Certificado

Certificamos que **Evelly Bocardi de Miranda** participou, na qualidade de **APRESENTADOR(A)**, do evento **II SEMANA ACADÊMICA DA PESQUISA E INOVAÇÃO**, apresentando o trabalho intitulado **POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**, nas Modalidade(s) **Resumo Expandido e Área(s) Temática(s) IV SEPOS: Pós-graduação GRUPO A (PPGBIAGRO / PPGCA / PPGEC / PPGASP / PGMP / BIONORTE / REDEPROCENTROOESTE / PROF-AGUA / PROFBIO)**.

Cáceres-MT, 24 de novembro de 2022.

PROF. DR. ALBANO DALLA PRIA
COORDENADOR: II SEMANA ACADÊMICA DA
PESQUISA E INOVAÇÃO

PROF. DR. SEVERINO DE PAIVA SOBRINHO
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO

PROF. DR. LEONARDA GRILLO NEVES
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA (PROEC)

APOIO:
Fundação
FAESP
FUNDACÃO DE APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO

CNPq
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE APOIO À
PESQUISA ACADÊMICA
DO MATO GROSSO



UNEMAT
MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MATO GROSSO

Estácio

CENTRO UNIVERSITÁRIO
ESTÁCIO-EPAM

Certificamos que
EVELLY BOCARDI DE MIRANDA
Apresentou a palestra intitulada
Cidades Sustentáveis e o Bem Viver
durante a 12ª Semana de Sustentabilidade e Responsabilidade Social realizado na
cidade de Cáceres -MT pelo Centro Universitário Estácio do Pantanal em 16 de
Outubro de 2024.

Cáceres- MT, 18/02/2025.

Larissa Dalane Lima Bisinoto
Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Internacionalização

Ana Carolina Herculano Ermisdorff
Pró-reitora de Graduação

LIVRO: 03
FOLHA: 137
REGISTRO: 37115

POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n1-182>

Data de submissão: 22/12/2024

Data de publicação: 22/01/2025

Evely Bocardi de Miranda
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso - PPGCA/UNEMAT
E-mail: evely.bocardi@unemat.br
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2565369558392798>

Sandro Benedito Sguarezi
Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso-PPGCA/UNEMAT
E-mail: sandrosguarezi@unemat.br
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6517662915137218>

Liliane Cristine Schlemer Alcântara
Pós-doutora em Ecosocioeconomia e Bem Viver pelo Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana - PPGTU/PUCPR, Professora da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso-PPGCA/UNEMAT
E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5051941963927036>

Carlos Alberto Cioce Sampaio
Doutor em Planejamento e Gestão Organizacional para o Desenvolvimento Sustentável (UFSC) com estágio sandwich em Economia Social (École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, França). Fundação Universidade Regional de Blumenau/SC
E-mail: carlos.cioce@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9034603212802471>

RESUMO

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto nº 6.040/2007, é reconhecida como um marco histórico e legal na busca por um equilíbrio entre as relações humanas e o meio ambiente. Esse reconhecimento decorre, sobretudo, da valorização de grupos culturalmente diferenciados e do incentivo ao uso sustentável da biodiversidade. Entretanto, a invisibilidade desses grupos tem resultado na fragilização ou perda de saberes, ancestralidades, e pertencimento, além de comprometer a conservação da biodiversidade devido à ausência de políticas públicas adequadas. Diante desse cenário, torna-se essencial fomentar debates que promovam a legitimação da PNPCT e a valorização das práticas e saberes tradicionais dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, que desempenham papel fundamental no equilíbrio socioambiental. O presente trabalho tem como objetivo é compreender a importância das políticas públicas governamentais destinadas aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, destacando sua inter-relação com o Bem Viver como um meio para preservar a cultura, o patrimônio, os saberes tradicionais e a biodiversidade. A pesquisa, de caráter bibliográfico e com enfoque

INDIGENOUS PEOPLES AND TRADITIONAL COMMUNITIES AND PUBLIC POLICIES IN BRAZIL

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.037-185>

Evely Bocardi de Miranda¹, Sandro Benedito Sguarezi², Liliane Cristine Schlemer Alcântara³ and Carlos Alberto Cioce Sampaio⁴.

ABSTRACT

The National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities (PNPCT), established by Decree No. 6,040/2007, is recognized as a historical and legal milestone in the search for a balance between human relations and the environment. This recognition stems, above all, from valuing culturally differentiated groups and encouraging the sustainable use of biodiversity. However, the invisibility of these groups has resulted in the weakening or loss of knowledge, ancestry, and belonging, in addition to compromising the conservation of biodiversity due to the absence of adequate public policies. Given this scenario, it is essential to foster debates that promote the legitimacy of the PNPCT and the appreciation of the traditional practices and knowledge of Native Peoples and Traditional Communities, which play a fundamental role in the socio-environmental balance. The present work aims to understand the importance of government public policies aimed at Native Peoples and Traditional Communities, highlighting their interrelationship with Good Living as a means to preserve culture, heritage, traditional knowledge and biodiversity. The research, of a bibliographic nature and with an interdisciplinary focus, highlights the indispensability of systematized public policies directed to Native Peoples and Traditional Communities. In this context, the PNPCT must prioritize socio-cultural development, the appreciation of traditional knowledge and knowledge, and respect for the identity of these groups, reaffirming their essential role in building a sustainable and inclusive future.

Keywords: Native Peoples and Traditional Communities. Patrimony. Good Living.

¹ Dr. student in the Graduate Program in Environmental Sciences at the State University of Mato Grosso - PPGCA/UNEMAT

evely.bocardi@unemat.br
<http://lattes.cnpq.br/2565369558392798>

² Dr. in Social Sciences from the Pontifical Catholic University of São Paulo-PUC/SP, Professor of the Graduate Program in Environmental Sciences at the State University of Mato Grosso-PPGCA/UNEMAT

sandrosguarezi@unemat.br
<http://lattes.cnpq.br/6517662915137218>

³ Post-doctorate in Ecosocioeconomics and Good Living from the Graduate Program in Urban Management - PPGTU/PUCPR, Professor at the Federal University of Mato Grosso - UFMT and the Graduate Program in Environmental Sciences at the State University of Mato Grosso-PPGCA/UNEMAT

lilianecsa@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/5051941963927030>

⁴ Dr. in Organizational Planning and Management for Sustainable Development (UFSC) with sandwich internship in Social Economy (École des Hautes Études in Social Sciences - EHESS, France). Regional University of Blumenau/SC Foundation

carlos.cioce@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9034603212802471>